

Presidente: Deputado Madruga da Costa  
Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão

## SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No Período de Antes da Ordem do Dia, e após a leitura do expediente, iniciou-se o período destinado ao tratamento, pelos Srs. Deputados, de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados António Silveira (PSD), Paulo Valadão (PCP), Albano Pimentel (PS), António Gomes (PS), Gaspar da Silva (PSD), Francisco José Silva (PSD), Martins Goulart (PS), Luís Bastos (PSD), Rui Melo (PSD), Carlos César (PS), José Carlos Simas (PSD), Jorge Cabral (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves.

No Período da Ordem do Dia foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Resolução (PCP) que recomenda ao Governo Regional que autorize e incentive os agricultores da Ponta da Fajã Grande a plantarem criptomérias e aproveitarem alguns terrenos para pastagens e que proceda a estudos e indemnize os agricultores.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Rui Meireles (CDS), Gaspar da Silva (PSD), Paulo Valadão (PCP), Renato Moura (Indep.) e Albano Pimentel (PS). Foi aprovada por maioria a proposta de alteração do Deputado Independente Renato Moura.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Rogério Serpa (PS), Paulo Valadão (PCP), Renato Moura (Indep.) e Gaspar da Silva (PSD). Na sequência da declaração de voto do Deputado acabado de citar usou da palavra, para um protesto, o Sr. Deputado Renato Moura (Indep.), tendo o Deputado Gaspar da Silva usado da mesma para um contraprotesto.

- Proposta de Resolução do (CDS) que recomenda ao Presidente do Governo Regional que exonere o Sr. Américo Natalino Viveiros, das funções de Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Na discussão desta proposta usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (CDS), Paulo Valadão (PCP), Jorge Cabral (PSD), Renato Moura (Indep.), Carlos César (PS), Rui Meireles (CDS), Luís Bastos (PSD) e Victor Evaristo (PSD), tendo a mesma sido aprovada por maioria.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS sobre “As falsas explicações do Governo Regional relativas à não concessão de subsídios.”

O pedido de urgência foi aprovado por maioria, após as intervenções do Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS), Renato Moura (Indep.), Paulo Valadão (PCP) e Alvarino Pinheiro (CDS).

Passou-se, de seguida, à apreciação e votação da referida proposta - “As falsas explicações do Governo Regional relativas à não concessão de subsídios “ -, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Victor Evaristo (PSD), Paulo Valadão (PCP), Renato Moura (Indep.), bem como o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves.

A proposta foi aprovada por maioria . Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Victor Evaristo (PSD), Paulo Valadão (PCP) e Dionísio de Sousa (PS).

- Finalmente, foi aprovada também por maioria, uma Proposta de Resolução da Mesa da ALRA, declarando findo o período legislativo de Março.

Os trabalhos terminaram às 16,40 horas.

---

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Rui Melo, Tomás Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, António Braga Furtado, Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, João Sousa Braga, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; CDS - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão; Deputado Indep. - Renato Moura.

Presidente: Estão presentes 50 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (Manuel Valadão): Da Sub-Comissão de Trabalhadores do Aeroporto das Flores uma exposição sobre preocupações dos trabalhadores daquele Aeroporto.

- O Presidente da Comissão de Inquérito à gestão do projecto geotérmico de S. Miguel envia a esta Assembleia o Regimento da mesma Comissão.

- Do Sr. Deputado Regional do PS, Victor Ramos, o seguinte requerimento:

- “Nos dias 24 e 26 de Outubro de mil novecentos e noventa, decorreu na Ilha do Pico, o II Congresso do Movimento Cooperativo Regional, em cujas conclusões manifestam preocupação pela excessiva demora na transferência do património dos extintos Grémios da Lavoura para o movimento cooperativo;

- Considerando que, efectivamente, a legislação que prevê a transferência do referido património data de 86;

- Considerando ainda, que em ofício datado de 31-08-90 o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas refere estar em “estudo” a forma de atribuição das instalações do IACAPS nas ilhas de Graciosa, Pico, S. Jorge, S. Miguel e Terceira, para as cooperativas que as requereram ao abrigo da legislação existente;

Requeiro, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas me informe:

1. Em que situação se encontra o “estudo” sobre atribuição do património dos extintos Grémios da Lavoura ao sector cooperativo?

2. Quais as dificuldades encontradas, que têm contribuído para a não aplicação da legislação existente, face às solicitações das cooperativas?

3. Para quando prevê, o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que sejam concretizadas a transferência das instalações do IACAPS para o sector cooperativo?

Horta, Sala das Sessões, 27 de Março de 1992.

O Deputado Regional do PS: Victor Ramos.”

Secretário (Manuel Goulart): Do Sr. Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão, um requerimento do seguinte teor:

“Como é do conhecimento geral o Aeroporto das Flores faz parte de uma Empresa-Pública (ANA-EP) que garante altos padrões de qualidade em termos de segurança e operacionalidade.

O Aeroporto das Flores está dotado de meios técnicos e humanos especializados no que toca à navegação aérea, à aproximação aeroportuária e à segurança na aterragem e descolagem.

O Aeroporto das Flores foi estruturado para apoio a vôos domésticos e para cumprimento de obrigações internacionais.

O Aeroporto das Flores está situado num ponto geográfico importante, dispõe de uma ajuda rádio à navegação aérea com utilização internacional. A ANA - EP dispõe nas Flores de um importante conjunto de trabalhadores, naturais ou radicados na ilha, com formação especializada adequada.

Acresce que a ANA-EP é, na ilha das Flores, uma das empresas com maior dimensão.

As considerações precedentes vêm a propósito do facto de ultimamente se vir falando estarem a haver contactos informais entre a ANA-EP e o Governo Regional com vista àquilo que tem sido chamado de regionalização do Aeroporto das Flores.

Convém lembrar e sublinhar que qualquer eventual redução da qualidade operacional do Aeroporto das Flores, que resultasse de uma eventual cessação da sua vinculação à ANA-EP, seria altamente preocupante atendendo às condições meteorológicas e outras que condicionam muitas vezes o tráfego aéreo naquela ilha e naquela zona da Região.

Convém também sublinhar que quer o interesse regional, quer o desenvolvimento harmónico da Região seriam seriamente afectados caso o número de postos de trabalho e o estatuto especializado dos trabalhadores da ANA-EP, no Aeroporto das Flores, fosse posto em causa.

Tendo presente o que atrás se expõe o Deputado signatário vem, ao abrigo das regras estatutárias e regimentais aplicáveis, requerer com muita urgência ao Governo Regional resposta às questões seguintes:

1º - Tem ou não fundamento a notícia que circula na Região, segundo a qual teriam havido recentemente contactos, embora informais, entre o Conselho de Gerência da ANA-EP e o Governo Regional com vista à regionalização do Aeroporto das Flores?

2º - Sendo afirmativa a resposta à pergunta anterior cabe perguntar de quem foi a iniciativa. Da ANA-EP? Do Governo Regional?

3º - Qual é o entendimento e avaliação que o Governo Regional faz sobre a exploração pela ANA-EP dos Aeroportos de Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores? Pensa o Governo Regional que algum ou alguns destes Aeroportos deveriam ver reduzida a sua condição operacional àquela que resulta da classificação em Aeródromos?

4º - Qual a opinião do Governo Regional sobre as consequências económico-sociais para a ilha das Flores do facto do respectivo Aeroporto ser explorado pela ANA-EP, através de profissionais especializados? Acha o Governo Regional que seria positivo para aquela ilha uma eventual redução de postos de trabalho naquela estrutura aeroportuária?

Sala das Sessões, 27/3/92

O Deputado Regional do PCP: Paulo Valadão.

Secretário (Manuel Valadão): Dos Srs. Deputados Regionais do PS, João de Sousa Braga e António Braga Furtado, o seguinte requerimento:

“- Considerando que no plano para 1992, o programa 34 tem uma dotação de 250. 000 contos para protecção do molhe do cais de Vila do Porto, além de equipamentos e estruturas portuárias;

- Considerando que é a todos os títulos desaconselhável passar mais um ano sem protecção, deixando o molhe vulnerável;

- Considerando que os serviços de apoio ao porto, nomeadamente as novas instalações dos Serviços Administrativos estão desenquadrados do conjunto, e não estão a ser utilizados;

Nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, solicita-se que seja perguntado às Secretarias competentes do Governo Regional - Economia e Habitação e Obras Publicas:

1º- Para quando estão previstos o início dos trabalhos de protecção do molhe do Cais de Vila do Porto?

2º- Se estão previstas outras obras, além da protecção do molhe, nomeadamente no que se refere as novas instalações para os Serviços Administrativos?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Março de 1992

Os Deputados Regionais do PS: João de Sousa Braga e António Braga Furtado.”

- Consideram-se aprovados os Diários n.ºs 67, 68, 69 e 70 da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Presidente: Não havendo mais expediente para dar conhecimento aos Srs. Deputados e não havendo também na Mesa qualquer proposta de voto, passamos, de imediato, ao período reservado ao tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para uma intervenção.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Não poderia deixar de terminar este Período Legislativo de Março, sem tecer algumas considerações sobre o sector agrícola regional, dado que, até é possível termos presente o relatório apresentado pela Comissão Parlamentar dos Assuntos Económicos.

Dos contactos estabelecidos pôde este Parlamento aferir com alguma acuidade da situação actual da agricultura açoriana. Mas da análise do sector, a oposição, digo melhor, o PS vir afirmar que não há uma política agrícola regional, é uma atitude, direi menos séria, descabida e talvez apropriada a tempos eleitorais.

Há uma política agrícola regional definida e em execução; ela incide fundamentalmente nos segmentos carne/leite.

é aliás neste segmento da agricultura, que a Região tem claramente comprovada algumas vantagens próprias.

O que não impede que alguns agricultores tenham optado - orientados e acompanhados tecnicamente pelos Serviços dependentes da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - por outros segmentos como sejam a fruticultura, a horticultura e a floricultura.

Mas esta “diversificação” tem de ser dimensionada e adaptada acima de tudo à realidade ilha e à dimensão regional.

Aliás, é de boa ética referir que, há muito definida a política agrícola regional, o seu mais directo responsável, ou seja, o Secretário Regional da Agricultura e Pescas, tem chamado a atenção dos agricultores para as correcções ou medidas mais adequadas, para que a agricultura açoriana, ganhe competitividade, face ao desafio que lhe foi colocado pela integração Europeia.

E porque é importante também para este Parlamento ter conhecimento e comparar até com as conclusões da Comissão, cito parte de uma intervenção do Dr. Adolfo Lima, aquando do encerramento do V Congresso de Agricultura na Ilha de Santa Maria em Julho de 1991, e no que concerne às prioridades da agricultura açoriana.

Cito:

“1. Uma diminuição progressiva da população activa do sector, sem perturbação do tecido social utilizando para o efeito, e como suporte, a ajuda directa aos rendimentos, facilitando o reforço da exploração familiar adequadamente dimensionada.

2. Uma produção agrícola, voltada para o mercado interno e, em alguns casos, bem determinados para a exportação.

3. Uma produção agro-pecuária, voltada para a exportação baseada em sistemas extensivos, maximizando a utilização do recurso próprio que é a pastagem.

4. Uma correcta aplicação dos mecanismos de estruturação fundiária, a par do aumento da cobertura das necessidades em caminhos, abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica.

5. O lançamento de uma política destinada a melhorar o funcionamento do mercado dos factores de produção e de colocação dos nossos produtos.

6. Produzir “qualidade”, valorizando os nossos produtos tradicionais e diversificando os mercados.  
7. Uma participação cada vez maior das organizações de produção nas acções indispensáveis à modernização e controlo da produção, assim como da intervenção directa nos mercados.

8. Impulsionar uma nova atitude por parte do sector de transformação do leite, procurando-se a possibilidade de gerar maior valor acrescentado, quer por concentração empresarial, quer por diversificação de produtos, quer por exploração de novos mercados.

Todas estas componentes da política agrícola regional têm, como é obvio, por objectivo, melhorar os rendimentos dos agricultores e transformar numa actividade cada vez mais aliciante a agricultura regional.

Nós sabemos na Região clara e inequivocamente para onde queremos caminhar em matéria de agricultura.

O que reconhecemos também, é que nos falta o dinheiro suficiente para mais rapidamente se responder a todas as questões, que se prendem com as infraestruturas de apoio ao sector.

Também permitam-me discordar daqueles que pensam que esta é a crise das crises da agricultura açoriana, penso que esta é a “crise” da mudança, mas é óbvio, que não esquecendo toda a problemática que envolve a agricultura a nível europeu e mundial, é credível digo, que se aproxima o tempo da agricultura ter de contar com verdadeiros empresários agrícolas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há sinais claros e visíveis de que o envolvimento dos agricultores na resolução dos seus problemas, é hoje um dado inquestionável.

As associações agrícolas da Região - umas mais do que outras - assentam hoje a sua actividade não como sindicatos de classe; mas antes e sim como parceiros sociais empenhados em ombrear com as suas congéneres nacionais e europeias, na procura de maximizar os ganhos dos agricultores e ajudar a definir medidas sectoriais de política para a classe.

Noutra vertente, a entrada em funcionamento do PEDAP/Açores e as implicações positivas que este Programa de origem comunitário terá sobre as explorações agrícolas, podendo em vários casos conceder ajudas a fundo perdido de 75% do investimento, é uma possibilidade nova e uma perspectiva aliciante que os agricultores regionais têm ao seu alcance.

Também o reconhecimento pela Comunidade de que os Açores e outras ilhas europeias têm dificuldades próprias e derivadas da sua insularidade ou ultraperiferia, reconhecimento esse consubstanciado no POSEIMA, programa esse que muito brevemente será posto em prática pela comunidade, abrirá aos açorianos e nomeadamente aos nossos agricultores novas e oportunas ajudas, que é importante também aqui se referir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconhecendo o trabalho realizado pela Comissão, e a procura sempre difícil de produzir um documento escrito que sintetize tudo quanto se ouviu e concluiu, não poderia deixar passar em claro, aquilo que obviamente numa perspectiva política, se venha a esta Casa afirmar a não existência de uma política agrícola regional.

Como interessado na problemática agrícola tendo procurado ler e encontrar outras pistas para o problema.

Daquilo que li nesta área e oriundo do PS, nunca encontrei qualquer outra, ou outras alternativas;

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é mentira!

O Orador: Daí concluir, que isso sim, o PS, ainda procura encontrar ou imaginar uma política agrícola para a Região.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.,

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado António Silveira sobre a política agrícola deste Governo Regional. E não queria deixar passar esta oportunidade sem lhe colocar algumas questões porque, desde já, nós consideramos que este Governo Regional, quando teve política agrícola, teve uma má política agrícola ou, na generalidade dos casos, esteve ausente toda e qualquer política de desenvolvimento do sector agrícola, porque o não desenvolvimento também é uma política.

De qualquer modo vamos colocar alguns aspectos que consideramos mais significativos, em nosso entender, de se comprovar que, efectivamente, houve uma grande ausência de política agrícola.

Todos nós recordamos que, quando aprovámos o Plano de Médio Prazo nesta Casa, um dos assuntos a que se referiu o Sr. Deputado que acaba de intervir foi a algumas infra-estruturas da própria ilha a que ele pertence - a Ilha de S. Jorge.

Recordo-me, por exemplo, de nessa altura ter aqui aparecido o problema da Rede Regional de Abate e da Rede de Abate das Ilhas, incluindo a Ilha de S. Jorge.

Assim, eu perguntaria ao Sr. Deputado se ele entende que será de boa política agrícola continuar a abaterem-se animais nas condições em que se abatem na Vila das Velas, em S. Jorge? Se isso é uma boa política agrícola, nós é que talvez não saibamos o que será uma política agrícola a sério, e é essa que falta na Região Autónoma dos Açores.

Um outro aspecto que queremos ainda referir é que este problema da falta de infra-estruturas, quer no sector das carnes, quer no sector leiteiro - os dois principais da agricultura desta Região - não se fazem sentir só em S. Jorge. Ainda na 2ª feira passada referimo-nos a uma situação semelhante que se passa na Ilha das Flores, situação que consideramos muito grave, que o próprio Secretário Regional na comissão o reconhece ao considerar que a atribuição de cotas agrícolas deverá ser revista para as ilhas de Flores e Pico depois das fábricas, aí a construir, estarem a funcionar.

Temos ainda, e relacionado com isto, uma resolução da própria Comunidade Económica Europeia onde o Governo Regional poderia ter ido buscar fundos, onde o Governo do Continente está efectivamente a ir buscar fundos para a Rede Nacional de Abate, e, infelizmente, esses fundos nunca foram trazidos da Comunidade Económica Europeia pelo que a falta de dinheiro a que alude o Sr. Deputado António Silveira não corresponde totalmente à verdade.

Por outro lado ainda, e porque muito haveria para dizer sobre este assunto, o problema dos técnicos na área da agricultura nesta Região é aquilo que todos nós sabemos e que vem referido no relatório, que já por este período legislativo passou, dos Assuntos Económicos.

Portanto, só a falta de tempo me impede de continuar a falar sobre esta matéria. De qualquer modo são pedidos de esclarecimento que eu deixaria ao Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel para pedir esclarecimentos.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Silveira:

Começo por lamentar que, na altura certa, o Sr. Deputado e a sua bancada não tenham querido intervir, ou seja, na sequência da discussão do relatório, e tenham guardado para o Período de Antes da Ordem do Dia para fazer uma intervenção desse estilo.

De qualquer maneira aqui fica o meu reparo porque, na altura, fiquei esperando as ameaças da véspera, inclusivamente dum Sr. Deputado que saiu com um monte de papéis dizendo “Amanhã já vemos!” e que eu até pensei que ele me ia bater com o monte de papéis, mas, como dizia, fiquei esperando, dormi mal nessa noite preocupado com isso e, no fundo, “a montanha pariu um rato” porque ninguém disse nada no dia seguinte, nem tão pouco o Sr. Secretário disse. Parece que houve uma ordem de unir fileiras no sentido do silêncio.

Independentemente disso, eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado António Silveira se, na sua opinião, houve uma política agrícola porque, se a houve, os resultados são muito maus porque, neste momento, eu considero que em duas ilhas dos Açores, pelo menos - S Miguel e Terceira -, a agricultura e essencialmente a pecuária estão num estado de quase calamidade pública e a situação tende a agravar-se. Portanto, se houve política agrícola - que eu não acredito que tenha havido - foi no sentido de criar essa situação porque eu também não acredito que a culpa da situação má, péssima, por que neste momento passa a lavoura, seja exclusivamente da conjuntura ou dos lavradores. Quem

dirige, quem orienta, quem tem a política agrícola que o Sr. Deputado diz que o seu Governo tem, também tem uma quota parte de responsabilidade - e talvez a maior!

Embora o Sr. Deputado tenha feito uma intervenção onde cita o Sr. Secretário Regional, eu tive o cuidado de ler muitas intervenções do Sr. Secretário Regional e estou de acordo com muito do que ele diz. Não estou de acordo é com a prática! Quando o Sr. Secretário Regional diz que são precisos caminhos de penetração, pois já há muitos anos que diz isso - desde o Plano de Médio Prazo 85/88; quando diz que é determinante água e luz nas pastagens, todas estas coisas que nós sabemos que são imprescindíveis, estou de acordo com ele. Não posso é estar de acordo quando vejo que durante estes anos todos nada se fez nessas áreas.

De qualquer maneira gostava que o Sr. Deputado António Silveira me dissesse, no caso de continuar a reafirmar que existe uma política agrícola, se ela conduziu aos resultados que nós vemos hoje?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Valadão há uma questão concreta a que eu não quero fugir: acho que o Governo, rapidamente, tem de fazer uma casa de Matança nas Velas em S. Jorge. Se era essa a resposta que queria, aqui a tem!

Quanto aos outros problemas, eu continuo a reafirmar o que disse. E poderíamos levar aqui todo o dia ou toda a Sessão a discutir ou a dizer que há uma política agrícola, porque penso que há, embora também saiba que há algumas coisas que não foi possível fazer-se. Aliás, também disse na minha intervenção que o Governo, mais do que ninguém, gostaria de ter os caminhos de penetração todos prontos em todas as ilhas, a água e a electricidade em todas as pastagens. Simplesmente o PSD não tem “varinha de condão” - e parece que o PS também ultimamente não tem - e, portanto, não foi possível fazer tudo isso. Mas isso não quer dizer que não haja uma política agrícola: o que quer dizer é que não foi ainda possível atender a algumas realidades que nós reconhecemos que ainda não estão atendidas na sua totalidade. Mas, daí, o meu caro amigo Albano Pimentel vir dizer que nada se fez em termos de caminhos de penetração e em termos de água e de electricidade, parece-me que é uma redundância. Já se fez muito, falta muito para se fazer, o que é natural, porque realmente o sector agrícola tem evoluído.

E não vale a pena estarmos aqui com esta troca de galhardetes.

Os agricultores têm hoje algumas dificuldades que nós reconhecemos, derivam da integração europeia, derivam de uma nova mentalidade e estou certo (e isso é claro!) que também eles têm hoje uma vida que é diferente e que melhoraram em alguns aspectos.

É esta a minha opinião sobre este assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para pedir esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna.:

Dirijo a palavra ao Sr. Deputado António Silveira para lhe pedir alguns esclarecimentos porque se apresentou aqui a defender o Governo Regional, dizendo que ele tinha uma política correcta de desenvolvimento ao nível do sector agro-pecuário.

Queria fazer referência ao facto de, nesta Casa, se ter aprovado legislação que se prende com a zona demarcada, com a preservação de um tipo de queijo genuíno e que, para tal, se criou o selo de garantia.

Como, de facto, o Sr. Deputado é um indivíduo que se apresenta conhecedor dessa área, gostaria que me respondesse ao seguinte:

Vossa Excelência sabe bem qual é a fragilidade do queijo de S. Jorge;

Vossa Excelência sabe que, neste momento, já se exporta queijo com o selo de garantia;

Vossa Excelência também sabe que em S. Jorge os animais bebem água de depósitos que são construídos na pastagem e que são abastecidos pela acção da gravidade com a água que cai na pastagem e que leva consigo os dejectos dos animais que aí pastam e que, inclusivamente, os nitratos são arrastados, porque não se dissolvem às primeiras chuvadas, para dentro desses depósitos, transformando-se em nitritos.

Vossa Excelência sabe que isso provoca a criação de bactérias patogénicas altamente perigosas para o queijo de S. Jorge.

Vossa Excelência também sabe que os nitritos provocam uma acidez no queijo, o que vai provocar situações desagradáveis ao nível da qualidade.

Não acredito que Vossa Excelência diga isso com convicção, ou seja, que de facto houve uma política correcta de desenvolvimento, porque isso não está correcto, porque esse sector em S. Jorge deveria ter sido mais acarinhado.

Também gostaria de utilizar a minha palavra para fazer referência a um caso muito específico e de que ainda hoje os lavradores de S. Jorge são vítimas disso. É o seguinte:

Quando a Pró-Pico esteve no seu período de exportação de carne, S. Jorge exportou em média 750 cabeças de gado nesses 3 anos, quando, anteriormente, já exportava 2 mil e tal cabeças de gado anualmente.

Quando a Pró-Pico foi à falência, S. Jorge passou a exportar cerca de 6 mil cabeças de gado.

O que é que aconteceu?

Os lavradores de S. Jorge viveram alguns anos a pão e laranjas, com dificuldades económicas, e ainda hoje se ressentem disso, e o Sr. Deputado acha que esse comportamento do Governo Regional tem a ver com uma boa política de desenvolvimento ao nível da agro-pecuária?!

Era esta a questão que lhe queria colocar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para prestar esclarecimentos.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta questão trazida hoje aqui à Câmara leva-me a referir alguns aspectos que me parecem particularmente importantes, uma vez que se continua a insistir numa tecla que, se alguém continua confuso com a mesma, é efectivamente o Partido Socialista.

É muito fácil pegar no programa do Partido Socialista para aquilo que ele intitulou de “o seu programa de governo” e ver o que é que ele propunha como política agrícola. É uma vergonha, Srs. Deputados!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu não sei como é possível continuar a insistir-se numa tecla e dizer-se que não há uma política agrícola se o número de explorações agrícolas tem diminuído a favor do aumento da área das pastagens, o que é um sintoma positivo de que algo se tem modificado...

Deputado Victor Ramos (PS): Com a monocultura!

O Orador:... que o número de terras aráveis e culturas permanentes tem beneficiado a área das pastagens; que o número de explorações com pastagens permanentes tem aumentado bem como a respectiva área; que a área de explorações com superfícies agrícolas úteis também tem vindo a aumentar; que o número de cabeças de gado bovino tem vindo a aumentar; o número de ovinos e caprinos também tem vindo a aumentar em termos da diversificação da própria pecuária; o número de explorações agrícolas e com motomecanização, com tractores e máquinas, tem vindo também sucessivamente a aumentar; o número de explorações com trabalhadores a tempo permanente, bem como o número desses, tem vindo a diminuir, o que é um sintoma positivo uma vez que tem diminuído a população activa na agricultura (tínhamos índices extraordinariamente altos); tem havido bastantes apoios às organizações de produção; tem havido uma série constante de acções de formação profissional, conforme se poderá ver pelos relatórios que aqui estão.

No campo da investigação e experimentação tem havido bastante trabalho desenvolvido e em todas as ilhas - se quiserem posso dar-vos números.

No campo dos recursos florestais também se tem feito bastante no desenvolvimento e protecção florestal.

Quanto à qualidade do leite todos nós sabemos o que tem havido neste campo, sobretudo em S. Miguel e na Terceira, em que cerca de 80% do leite é de classe A.

Francamente! Só os cegos é que não querem ver! Não se sabe o que é que este Partido Socialista tem como alternativa como política agrícola!...



(Protestos inaudíveis da bancada do PS).

O Orador: Eu vou ler só uma passagem interessante do que o Sr. Deputado Martins Goulart nos disse na Televisão aqui há dias. Dizia o seguinte:

“Primeiro que tudo e num curto espaço de tempo”, Sr. Deputado Martins Goulart, o seu partido “iria apresentar medidas e incentivos económicos que o Governo Regional nunca soube aplicar na Região como, por exemplo, a LoA, um documento que é uma obra jurídica e não é através de decretos e decisões de ordem legislativa que se faz, por exemplo, emparcelamento.”

Eu pergunto;

- O Partido Socialista ia fazer emparcelamento através de uma nova reforma agrária por imposição ao nosso tecido de agricultores?

(Protesto inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Francamente, Srs. Deputados! Os Srs. continuam nas “ruas da amargura”!  
Muito obrigado.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu aceito algumas das conversas ouvidas aqui porque a maior parte das pessoas só há alguns meses ou há alguns dias é que começaram a se debruçar sobre estes assuntos. Mas há algumas questões que eu não posso deixar em claro porque se trata de declarações feitas por pessoas que...

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César).

O Orador: Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Deixe-me acabar e depois diga o que quiser!

...por pessoas que profissionalmente são avalizadas e que nos trazem aqui algumas declarações que eu leio, penso e julgo que não têm nenhuma razão de ser.

Quando se fala de um Matadouro toda a gente sabe que todas as ilhas têm que ter um Matadouro, que tem que haver uma Casa de Matança em condições. Mas de que é que serve um Matadouro se nessas ilhas os talhos que há não estão equipados com frio? As coisas têm que ter o “antes” e o “depois”.

De que serve ter uma Casa de Matança com frio só para o Sr. Veterinário fazer a inspeção e, depois, quando a carne sai de lá, ser posta “às moscas” ou atrás de uma rede a temperaturas que não têm condições? Eu julgo que aqui há má qualidade da carne. Portanto, uma coisa tem que ser com a outra. Não há apenas um Matadouro: há uma série de questões que têm a ver com esse mesmo Matadouro.

Quando se fala numa rede regional há consciência de que, neste momento, na Região há um número de animais com qualidade capaz de formar uma rede regional, de competir em qualquer sítio?

Eu reporto-me ao que diz a Comissão, ou seja: “Mercê de factores externos e possíveis de controlar há que diversificar toda a nossa produção.”

Depois diz o seguinte:

“A nossa produção neste momento é de pouco mais de 300 milhões e, no caso do leite, não podemos competir, não temos o número...”

Portanto, julgo que há muita gente que quer “pôr o carro adiante dos bois”. Estas coisas têm que ter uma sequência.

Quando se diz que se quer caminhos, que se quer melhoramentos, que se quer água e luz, julgo que primeiro que tudo tem que haver melhoramento das pastagens. Neste momento o problema da luz está resolvido porque todas as ordenhas mecânicas têm um motor e assim sucessivamente.

O que me parece é que as pessoas querem tudo ao mesmo tempo e não são capazes de atender às prioridades. Quem defende, como tenho ouvido aqui o Partido Comunista defender, as pequenas explorações pensa que as Flores, seguindo as cotas que vai ter, poderá ter os 7 milhões mais 1 milhão?

Eu tenho dificuldade em acreditar que as Flores vá ultrapassar a parte que lhe toca desses 7 milhões. Era só isto que eu queria dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP:): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tecer algumas considerações, embora muito breves, sobre a resposta que deu o Sr. Deputado António Silveira. E o Sr. Deputado António Silveira admite a falha deste Governo Regional nas infra-estruturas. É o Sr. Deputado que o confessa, que o admite. Pela nossa parte, isso satisfaz-nos!

Por outro lado, em relação a algumas declarações do Sr. Deputado Francisco José Silva, devo dizer que nestas coisas o facto das pessoas estarem ligadas há uns meses, há uns anos ou há muito anos, muitas vezes pode ser secundário porque há muitas pessoas que lidam muitos anos com estas coisas, que podem ter, às vezes, experiências muito profundas, muito longas, mas, às vezes, também têm experiências muito infelizes. Se for necessário, havemos e poderemos e esperemos que haja oportunidade de podermos aprofundar estas matérias, aqui, porque há muito que se diga neste campo das profundas experiências feitas no campo da agro-pecuária, da comercialização de carnes, etc., etc...

No entanto, eu queria ressaltar um aspecto: é que o Sr. Deputado também vem confessar a má política deste Governo num outro sector, que é o sector da defesa do consumidor desta Região.

Quando o Sr. Deputado diz “De que é que serve ter frio na Rede Regional de Abate para depois a carne ser posta às moscas?”, o Sr. Deputado confessa que aquele Governo Regional, que ali deveria estar, afinal não teve a capacidade de exigir o cumprimento mínimo das regras de higiene no que diz respeito à alimentação da população desta Região.

São aspectos concretos que nós pensamos que, efectivamente, ainda bem que o Sr. Deputado os traz cá porque, provavelmente, vai dar azo a que os possamos também abordar e aprofundar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel para prestar esclarecimentos.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora não sendo especialista na agricultura, senti uma grande desilusão com alguns dos meus colegas de comissão que eram especialistas porque, no fundo, não me ensinaram nada.

Em relação ao que o Sr. Deputado Gaspar da Silva disse há pouco, eu só queria fazer um apelo: que a Comunicação Social transmitisse para o exterior esta sua charla triunfalista sobre a agricultura para ver em S. Miguel - nas nossas terras - e na Terceira o que é que pensam os lavradores, o que é que pensam as pessoas que neste momento têm graves problemas na área da agricultura e da pecuária, porque o que o Sr. Deputado fez aqui, embora sem ter a possibilidade de recorrer, como é habitual, aos relatórios da UGT...

(Risos do PS)

...foi uma charla triunfalista sobre a agricultura e a pecuária: está tudo bem! O Sr. Secretário Regional reconhece que não está tudo bem e o Sr. Deputado é que vem para aqui dizer que está tudo no “melhor dos mundos”?!

(Protestos inaudíveis do Deputado Gaspar da Silva)

O Orador: Eu recuso-me a discutir isto a esse nível, Sr. Deputado Gaspar da Silva! O Sr. Deputado devia ter discutido era na altura certa em vez de vir para aqui fazer a apologia de defesa do Governo. Nós já sabemos qual é o candidato no futuro Governo, que não vai existir. Portanto, escusa de se cansar muito porque, em primeiro lugar, não há Governo do PSD e, em segundo lugar, provavelmente não tem lugar lá para si.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para prestar esclarecimentos.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que eu não disse aquilo que o Sr. Deputado afirmou. Eu não disse nada disso e não vale a pena estarmos aqui a tentar “voltar o bico ao prego” - perdoem-me a expressão. Eu disse que já se fez muito, mas que ainda não se conseguiu atingir a totalidade daquilo que se pretendia. Foi isso que eu disse e o Sr. Deputado percebeu perfeitamente.

Quanto ao Sr. Deputado António Gomes, essas questões da água e de algumas dificuldades que ainda existem, eu espero que o Sr. Deputado, com a informação que deu a esta Câmara, não tenha assustado os Srs. Deputados e, provavelmente, alguém que nos esteja a ouvir e que as pessoas deixem de comer “queijo de S. Jorge”. Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

Eu julgo que a qualidade tem melhorado de ano para ano e continuamos a apostar nessa questão.

Quanto à outra questão que o Sr. Deputado aqui traz, eu queria dizer-lhe que isso é um atrevimento da sua parte. Permita-me que lhe diga, porque o Sr. Deputado não sabe o que está a dizer: as pessoas em qualquer época e em qualquer altura, em S. Jorge, exportaram gado para onde muito bem quiseram. Nunca houve regras que exigissem que as pessoas exportassem para o lado A, B, C ou D. Portanto, acho que foi um grande atrevimento da sua parte vir para aqui dizer o que disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD) Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só gostava de dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Segundo julgo e se a memória não me falha, as pessoas responsáveis em cada ilha pela fiscalização dos talhos e pela sua adaptação às normas regionais serão os veterinários de cada ilha.

Quando se fala que não há caminhos de penetração, eu poderia dizer que no Pico se fizeram 280 km...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu creio que sobre diversos aspectos e relacionados com a temática em causa - da ausência da política agrícola - não vale a pena levar as coisas muito para diante porque o Partido socialista continua a enveredar por outro tipo de questões que nada têm a ver com a matéria que se está aqui a discutir.

é lamentável que, quer o Sr. Deputado Albano Pimentel, quer outros da sua bancada sintam alguns recalamentos e sempre que eu uso aqui da palavra sobre qualquer assunto venham com a UGT à baila. Não sei quais são os vossos recalamentos contra a UGT e contra o seu Secretário-Geral. Eu penso que os Srs. devem dizer isso na sede própria do vosso partido.

Eu sei que os Srs. engoliram muitos sapos pelo facto do Secretário-Geral da UGT ter assinado um acordo económico e social, mas isso é problema vosso e devem definir isso em sede do vosso partido e com os vosso camaradas.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Penso que essa é uma questão que deveria, de uma vez por todas, ficar aqui esclarecida porque eu não me estou a referir a questões de carácter laboral mas sim a questões sérias, a rebater todos os assuntos que os Srs. levantam aqui sobre a ausência de política agrícola e se os Srs. são um partido que nada tem a ver com as classes trabalhadoras aqui nos Açores, o problema é vosso. Isso está mais que patente no dia a dia!

(Risos do PS)

Sobre os outros aspectos que o Sr. Deputado Albano Pimentel aqui traz, é óbvio que como sempre, eles têm uma dose de 80% de galhofa e 20% é que pode ser mais ou menos séria. Ele farta-se de dizer que não é especialista na agricultura, mas nas comissões quer-se mostrar sempre um “expert”

na matéria (os F1, os Limousines, etc.), o que até já foi objecto de algumas intervenções técnicas de esclarecimento por um deputado então especialista na matéria na comissão para que o Sr. Deputado Albano Pimentel se deixasse desses enlevos, dessas graças, a querer ser “mais papista que o Papa”. Portanto, essa questão de não ser especialista e, depois, vir para aqui mandar as suas anedotas, já não convence ninguém. O Sr. Deputado é especialista como os outros nas questões de matéria política. Não queira constantemente atirar com o escudo para a frente para disfarçar as suas próprias insuficiências.

No que respeita aos especialistas da agricultura na Comissão, devo dizer que não houve especialista na mesma. Todos deram o seu contributo válido, todos apresentaram os seus pontos de vista e foi para que o Sr. Deputado tivesse optado por ser muito discritivo e não opinar nas discussões que então se geraram sobre esta matéria. Fez bem, quis trazer aqui para o Plenário, que é o sítio certo para se discutir essa temática. Só que todas as vezes que se discute essa matéria, os Srs. saem sempre pela porta do cavalo, e vão continuar a sair porque, efectivamente, nunca chegam a uma conclusão e nunca foi dito aqui o que é que o Partido Socialista pensa sobre uma política agrícola: diz, volta para trás, não tem ideias concretas, faz afirmações como as que foram feitas aqui há tempos na televisão, dizendo que se devia fazer o emparcelamento era pela ocupação selvagem das terras. Ao fim e ao cabo era isso que o Sr. Deputado Martins Goulart queria dizer...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ...enfim, uma série de monstruosidades.

- É este Partido Socialista que quer governar os Açores? Francamente! Mais vale optarem, nestas questões, pelo silêncio na aprendizagem.

Muito obrigado.

(Risos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para defesa da honra.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado António Silveira: eu pedi a palavra para defender a honra porque me sinto nesse direito. Mas antes de lá irmos quero-lhe dizer o seguinte:

Quando aqui trouxe a este debate o problema do abastecimento de água às explorações agrícolas, tinha o objectivo de dar a entender que a Ilha de S. Jorge devia ter sido mais acarinhada porque tem um produto de marca registada que é preciso preservar para se poder apresentar no mercado agressivo que bem conhecemos.

Vou defender a honra porque o Sr. Deputado considerou que havia algum atrevimento da minha parte quando aqui foquei dados do DREPA.

Ora, quando eu os foquei não foi para fazer demagogia, mas, sim, para focar casos que são reais porque é uma situação que ainda hoje se vive e que penalizou a lavoura, inclusivamente em S. Jorge. Se houve atrevimento, foi da parte dos Srs. do Governo e de todos quantos se envolveram no problema da Pró-Pico quando exportavam gado que nada tinha a ver com um produto desta Região, e ainda hoje, em S. Jorge (e o Sr. Deputado sabe isso muito bem), os lavradores sofrem essas consequências.

Era só isto que queria dizer.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Sr. Deputado António Silveira volta a dizer que já se fez muito, mas que “dificuldades ainda existem” - é o termo que usa. Portanto, sobre esse assunto estamos conversados.

Em relação ao Sr. Deputado Francisco José Silva, devo dizer que o Sr. Deputado toca num ponto que é exactamente um daqueles que nós todos temos aqui debatido, ou seja, a falta de técnicos ligados ao sector agro-pecuário.

É essa uma falha deste Governo Regional (mais uma) porque, efectivamente, no sector agro-pecuário faltam engenheiros agrónomos, faltam engenheiros agrícolas, faltam médicos veterinários, faltam pessoas licenciadas em economia, e este Governo Regional nada tem feito para incentivar, nos seus próprios serviços, que os seus quadros técnicos estejam preenchidos.

Em relação ao problema da fiscalização alimentar não depende desta ou daquela classe profissional. A fiscalização alimentar depende de serviços que, no caso concreto, são serviços regionais - concretamente são os serviços da fiscalização Económica, dependentes da Secretaria Regional da Economia. É esse o serviço responsável pela fiscalização, assim como são os serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas responsáveis pela qualidade alimentar.

Efectivamente, Srs. Deputados, o Governo Regional neste Capítulo - e são os Srs. que o admitem - falhou completamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado António Gomes: eu talvez não lhe devesse responder nem preciso defender a minha honra. Só lhe quero dar um esclarecimento muito rápido.

O Sr. Deputado não está a analisar nada de agricultura. Essa comparação que o Sr. Deputado faz aos dados do DREPA não tem nada a ver com esta questão que o Sr. Deputado para aqui trouxe da Pró-Pico. As pessoas venderam gado para onde quiseram e não se encaminhava as pessoas para venderem para lado nenhum. Mas quero-lhe dizer mais, Sr. Deputado:

Em S. Jorge a lavoura não tem nada para receber da Pró-Pico. Algumas das pessoas que exportaram gado assumiram essas dívidas com muitas dificuldades da sua vida, mas cumpriram. A Pró-Pico não deve nada à lavoura de S. Jorge! Que fique bem esclarecido e para sempre, Sr. Deputado!

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Senhores Membros do Governo:

Um genuíno movimento de repulsa está em gestação na sociedade civil açoriana em resultado da mais recente ofensiva política desencadeada pelo actual Governo Regional contra esta Assembleia Legislativa e que, por intermédio desta, acaba por se dirigir contra todo o Povo dos Açores.

Aqui se encontram representados os legítimos representantes do povo de cada ilha e, sem destrinça de filiação partidária, todos tomámos conhecimento da voz do protesto público manifestado pelas mais diversas entidades que reclamam o atendimento sério dos seus justos anseios e o respeito pela legalidade democrática na Região Autónoma dos Açores.

Alguns nesta Câmara - mas já em minoria - preferem afirmar uma cumplicidade explícita com o irresponsável Governo que ainda conduz a actividade executiva nos Açores.

É uma opção subserviente a que nos habituaram esses e outros deputados que os antecederam e que ao longo de mais de década e meia em que o PSD tem exercido funções governativas perpetuaram o hábito de servir o chefe e o partido em vez de defenderem os interesses das populações.

É, felizmente, uma escolha que já conta com poucos adeptos, pois o chefe já não convence sequer o partido, quanto mais o Povo que dele se cansou.

Nem a febre inauguracionista consegue melhorar a imagem de um Governo fracassado e sem rumo. Pelo contrário, a conduta de fiéis seguidores de Américo Tomás coloca os governantes regionais numa posição nada invejável... E o Povo que antes apupava o Governo nas ruas e nas touradas, agora presenteia o chefe com vaias do tamanho de um estádio para todo o País tomar nota.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isso é uma anedota!

O Orador: São os sinais da mudança que se aproxima. É o protesto justo de uma população que já não se deixa enganar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Srs. Membros do Governo:

O conflito institucional aberto pelo Governo no âmbito da execução do Plano e Orçamento para o ano em curso atenta contra a legitimidade democrática deste Parlamento Regional - cujas deliberações têm de ser acatadas - e marca o momento mais baixo da actuação de um executivo

regional que, ao longo de dezasseis anos, adoptou, como norma, não ocupar o lugar que lhe compete no quadro do poder político autónomo consagrado na Constituição e no Estatuto.

Durante este período de maturação democrática, as forças da oposição e, muito especialmente o Partido Socialista, têm denunciado e combatido, quase em permanência, os atropelos cometidos pelo Governo do PSD e o clima de desrespeito pela normalidade democrática criado quando se violam as mais elementares regras ético-políticas que devem fundamentar o relacionamento entre instituições legitimadas pelo voto livre dos cidadãos.

Hoje voltamos a cumprir com a nossa obrigação, intervindo na defesa da reposição da verdade e do bom nome desta Assembleia, para que cesse o lamentável procedimento deste Governo e, em particular, se repreenda quem o chefia.

O momento é também oportuno para se iniciar uma caminhada firme com o objectivo de recuperar a credibilidade de cada um dos órgãos de governo próprio da Região.

Para se atingir tal desiderato torna-se imprescindível mobilizar as vontades dos democratas, dos homens e das mulheres que prezam a liberdade como valor essencial da vida comunitária e abraçam a autonomia com convicção; de todos os que se apercebem dos perigos reais decorrentes do enfraquecimento do regime autonómico.

Os sinais que estão à vista são deveras preocupantes.

Um deles resulta do “entendimento” de cumplicidades, estabelecido em vésperas de eleições, entre os mentores do centralismo democrático que governam o PSD nacional e os subalternos da ala ortodoxa regional do partido maioritário que se presumem autonomistas.

Deste conluio, sairá sempre vencida a Autonomia, tal como aconteceu na malograda tentativa de fazer aprovar a última revisão do Estatuto.

Outro sinal prende-se com a arrogância de discurso e de postura de quem se julga insubstituível e, sem qualquer espécie de legitimidade, se comporta, abusando do poder, como se tivesse antecipadamente ganho as próximas eleições.

Estes são apenas dois sintomas de uma perturbação institucional que urge resolver em simultâneo com a grave crise económica e social que afecta cada uma das ilhas dos Açores, exigindo, por isso, dos responsáveis políticos, um acompanhamento atento de todos os aspectos da vida regional e, sempre que se justifique, a tomada inequívoca e concertada de posições sólidas em defesa do regime democrático e da Autonomia da Região.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira questão que importa clarificar relaciona-se com a execução do Plano e Orçamento da Região para 1992.

Encontra-se amplamente documentada em toda a imprensa regional a estratégia do Governo e do PSD que a todo o custo tentaram inviabilizar a publicação do decreto orçamental. Fruto das encomendas feitas aos escribas defensores do partido no poder, escreveram-se rios de tinta e moveram-se montanhas de influências para que as alterações orçamentais introduzidas pela oposição ao governo fossem declaradas tecnicamente incorrectas. Impelidos pela cegueira revanchista de responsabilizar os partidos da oposição e o deputado independente pelas consequências de um eventual atraso na publicação do orçamento - e tudo tendo feito para que fosse julgada necessária uma reapreciação da proposta orçamental em nova reunião da Assembleia, o PSD e o Governo acabaram por demonstrar que não tinham apoios nem razão.

Ficou igualmente provado que o Governo e o PSD não dispõem de quadros técnicos ou políticos capazes e competentes para analisar um orçamento elaborado com coerência e rigor na parte respeitante às alterações orçamentais introduzidas pelos opositores ao governo.

De facto, não teve fim feliz para o Governo a novela jornalística que, apesar de tudo, também terá consumido alguma soma de dinheiros do erário público regional.

À campanha difamatória do PSD teremos obrigatoriamente que responder.

A verdade reposta resume-se simplesmente no seguinte: a entrada em vigor do Orçamento Regional para 1992, a partir do dia nove do mês corrente deve-se exclusivamente aos entraves colocados pelo PSD que atrasaram a publicação do decreto orçamental desnecessariamente.

A Região viveu, por isso, à custa de duodécimos; a execução do Plano ficou suspensa e, uma vez mais, todos os açorianos ficaram prejudicados pela irresponsabilidade de um Governo que, agora usando da falsidade, continua a querer imputar a terceiros os custos da sua própria insensatez.

É, pois, em estado de desespero e de desorientação que o Governo insiste no serviço dos mesmos agentes de propaganda e agora, também, contando com o reforço assinalável dos escriturários das Secretarias Regionais a quem foi imposta a tarefa de desinformar entidades representativas e grupos de cidadãos sobre fictícias dificuldades orçamentais.

Mas a estratégia de desinformação do Governo vai voltar-se contra o próprio - disso estamos seguros!

A Assembleia Legislativa, em defesa da sua honra e dignidade, não poderá descansar enquanto sobre esta questão subsistirem quaisquer indícios de dúvidas. De Santa Maria ao Corvo, de porta a porta, se for necessário, os açorianos acabarão por saber que no actual Governo a seriedade não é uma qualidade que abunde.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O plenário deliberará sobre a justa medida do esclarecimento que o Povo dos Açores merece da sua Assembleia.

O Partido Socialista, através da proposta de resolução hoje apresentada, julga ter dado o contributo necessário para que a eficácia da decisão do Parlamento fique assegurada. Desejo, todavia ainda deixar um breve aviso ao Governo.

Os deputados do Partido Socialista acompanharão com redobrada atenção os passos deste Governo durante os seis meses que restam até à data das eleições.

Poderão os actuais governantes ter a certeza de que não hesitaremos em utilizar os mecanismos legais ao nosso alcance para por termo a qualquer acto de abuso de poder, combatendo o clientelismo e todas as formas de corrupção.

Com um controlo cuidado acompanharemos a evolução dos gastos públicos e, em particular, estarão sob mira permanente os planos, já confirmados, de aplicação de recursos financeiros da Região em proveitos partidários e eleitorais do PSD.

Prometo-vos desta tribuna que estaremos atentos!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Os Açores têm Orçamento e têm Plano.

O Governo dispõe de todas as condições para executar a política aprovada pelos órgãos de governo da Região.

Se o não fizer, obrigá-lo-emos a pagar a conta junto do eleitorado!

Obcecado pela política espectáculo o actual Governo teima em não servir os interesses da nossa comunidade.

Um governo que durante quatro mandatos sucessivos não conseguiu resolver qualquer dos grandes problemas estratégicos que ainda bloqueiam o desenvolvimento da Região.

O “estado de crise” e de intranquilidade que hoje se vive nos Açores é, infelizmente, um sinal amargo e alarmante da estratégia inadequada ou, sobretudo, da falta de estratégia que caracterizou o assistencialismo clientelar de uma governação, tão prolongada no tempo e desajustada a uma época de tão importantes consequências.

Chegamos, assim, a um termo de dezasseis anos de experiência autonómica sem a consciência de um percurso e sem o sentido de se haver procurado e conseguido um projecto de desenvolvimento regional que tivesse equacionado os factores condicionantes e estruturantes desse desenvolvimento.

O caso da acessibilidade da Região e da sua comunicabilidade com outros espaços geográficos, económicos e culturais, designadamente através de uma atenção prioritária à problemática dos transportes, continua por resolver e tem constituído o principal elemento de precarização da actividade económica açoriana.

Simultaneamente, o desinteresse dos sucessivos governos regionais pelo planeamento e execução de acções intensivas nas áreas do ensino, da formação profissional, dos bens de cultura, do apoio e atenção à juventude e aos valores que acompanham as novas gerações, faz perigar o envolvimento

capaz e inteligente dos recursos humanos disponíveis na Região, já de si tão escassos em função da dimensão própria do arquipélago.

As crises que hoje são tão visíveis na agro-pecuária e nas pescas, bem como na organização empresarial, em geral, têm atrás de si a responsabilidade política do PSD, que fomentou o isolamento político, económico e cultural dos Açores, atrasando irremediavelmente processos de integração económica, de inovação e de modernização da nossa capacidade produtiva.

Ao fim de mais de década e meia, não obstante os vultuosos recursos financeiros empregues, os Açores continuam longe do patamar médio de desenvolvimento nacional e considerando a situação de recessão a que se assiste e o proliferar incontrolado de bolsas de pobreza, há que urgentemente derrubar o muro que nos separa de um futuro de progresso e de bem-estar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Mergulhado em profunda crise interna, cansado e desgastado pela longa permanência no poder, sem ideias nem projectos renovadores, o PSD não poderá responder ao desafio deste final de século nos Açores.

Quando o debate interno nesse partido se transforma num degradante espectáculo público, quando entre dirigentes que são actuais ou antigos governantes se produzem afirmações como “(...) há corrupção no Governo(...)” e “(...) as pessoas têm medo (...)”, fica -se com a indicação que o fim natural está próximo.

Mas em democracia, a regra de ouro chama-se alternância democrática.

Na situação açoriana a transição não trará sobressaltos. As populações já esperam a mudança e o Partido Socialista está preparado para assumir a responsabilidade histórica de governar os Açores.

Com antecedência suficiente daremos a conhecer aos açorianos a nossa proposta eleitoral.

Apresentaremos um Programa de Governo, uma nova orgânica e um elenco governativo completo.

Até lá vamos suscitar a abertura de um amplo debate político e cultural, continuando a trabalhar, assiduamente, em todas as frentes para dinamizar a esperança dos açorianos num futuro melhor.

Porque, tal como aconteceu depois das últimas eleições autárquicas, muito esforço terá de ser dispendido para resolver a pesada herança que o PSD dentro de poucos meses legará.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Uma especial tarefa legislativa merece-nos ainda particular relevo.

Trata-se do processo de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região.

O Estatuto é a pedra angular do regime autonómico e a sua actualização, dentro dos períodos normais de revisão, deve constar do topo da agenda deste órgão legislativo.

Como é do conhecimento geral, foi possível estabelecer, nesta Assembleia e durante a actual legislatura, um largo consenso sobre a segunda revisão estatutária, na sequência e em conformidade com a entrada em vigor da Lei de Revisão Constitucional de 8 de Julho de 1989.

Também todos nos recordamos que esse projecto consensual de revisão, formalizado através da Proposta de Lei nº 1/90, não foi votado durante a V Legislatura da Assembleia da República, constituindo hoje o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores o caso anómalo e desprestigiante de ser a única Lei da República que não foi adaptada à última revisão da Constituição.

A Assembleia Legislativa Regional não deve, por imperativo político e constitucional, demitir-se da obrigação de renovar, durante a actual legislatura, perante a Assembleia da República, a iniciativa legislativa respeitante à revisão do Estatuto, visando não só o respeito pela legalidade mas também actuando no sentido de favorecer a normalização do relacionamento entre as duas instâncias parlamentares sobre tão relevante tema.

A posição de unanimidade conseguida durante a actual legislatura regional quanto ao âmbito e a forma da necessária revisão estatutária justifica plenamente que se retome o processo de revisão com a legítima expectativa de que a dignificação do regime autonómico impõe ao Parlamento Açoriano a premência de produzir uma resposta institucional estável e coerente, condições que ficarão satisfeitas se esta Assembleia, também por unanimidade, acordar remeter dentro de um curto prazo para a Assembleia da República uma proposta de revisão do Estatuto, na globalidade idêntica à que caducou



no contexto de uma conjuntura legal estranha ao quadro político-institucional próprio da Região Autónoma dos Açores.

O Partido Socialista defende, assim, que ao renovar-se o projecto de revisão estatutária, se recupere, na íntegra, o articulado da Proposta de Lei nº 1/90 aprovado por unanimidade e, para além desse elenco normativo, se considere e se debata a oportunidade de uma eventual modificação do regime estabelecido para a base do sistema eleitoral regional, bem como a possível introdução de um novo artigo que institua o mecanismo de dissolução da Assembleia Legislativa Regional para atender a casos de vazio governativo decorrente, por exemplo, da demissão do Governo Regional.

Estas alterações sugeridas pelo Partido Socialista, não impedirão, todavia, uma apreciação e votação céleres da Proposta de Lei de revisão do Estatuto.

Para o efeito, propomos ainda aos deputados desta Câmara e aos partidos nela representados que, nesta circunstância peculiar de revisão estatutária, seja acordado estabelecer, também por unanimidade, um calendário próprio que prescindia da aplicação das normas regimentais respeitantes à fixação de prazos para o processo ordinário de revisão do Estatuto.

Se o consenso sobre estas duas questões não for possível, nomeadamente, o âmbito da revisão e a adopção de um processo excepcional de reapreciação da proposta, deixará de fazer sentido retomar a iniciativa legislativa nos termos da anterior plataforma consensual. Isto é, se algum deputado ou partido representado neste parlamento se desvincular do pressuposto político em que assentou o processo de revisão estatutária já aprovado nesta legislatura, a revisão estatutária não poderá concluir-se em tempo útil, e quem a impedir assumirá o ónus e as consequências da manutenção em vigor de um Estatuto desactualizado que inviabilizará, designadamente, qualquer alteração ao sistema eleitoral regional.

Senhor Presidente Senhores Deputados Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista tem a Ante-Proposta de Lei preparada para dar entrada na Mesa da Assembleia.

Mas como acabo de afirmar - e repito - só o concretizará se todos os deputados e os partidos que representam desde logo assumirem o compromisso de votar sem atrasos inúteis um projecto de revisão, no essencial idêntico ao projecto de revisão aprovado a 21 de Março de 1990.

Cumprimos, assim, com a palavra dada ao Povo Açoriano.

Esperamos que as demais forças políticas nos acompanhem, contribuindo igualmente para o aperfeiçoamento da autonomia e a dignificação dos seus órgãos de governo próprio, e prestigiando sempre o papel insubstituível da Assembleia Legislativa Regional como alicerce principal e instituição mais representativa do regime de autonomia política e administrativa dos Açores.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Luís Bastos pede a palavra para?...

Deputado Luís Bastos (PSD): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria começar por pedir desculpa ao Sr. Deputado Martins Goulart mas, com toda a sinceridade e franqueza, eu não encontrei outra figura para responder ou fazer alguns comentários a esta intervenção que o Sr. Deputado acabou de proferir.

Sr. Deputado, nós somos a favor de uma democracia em pleno funcionamento na sociedade açoriana - estou convencido que eu e todos os deputados da minha bancada.

Mais, Sr. Deputado: nós somos a favor de que, em democracia, a alternância do poder se deve verificar; nós somos apologistas de que, na realidade, o povo deve decidir os que julga que são os melhores para, num determinado momento histórico da vida desse povo, poderem governar esta

sociedade. O que nós não podemos, de forma alguma, neste clima democrático que nós defendemos, Sr. Deputado, é ouvir de um homem que eu considero responsável, como político que é do maior partido das oposição (líder do maior partido das oposição nos Açores) e lá fora, com certeza, que as pessoas nem acreditarão, como é que, apesar da legítima ambição que os Srs. têm de governar esta Região, nós ouvirmos, sem qualquer prova, sem qualquer tipo de fundamentação, o Sr. Deputado dizer coisas monstruosas como chamar-nos de “cúmplices de abusos de poder”, como chamou-nos de “subservientes”, de “arrogantes” de “responsáveis por campanhas difamatórias” que “no Governo e neste partido não abunda a seriedade”. Desculpe, Sr. Deputado mas, definitivamente e com esse comportamento, o Sr. fica arredado do leque daquelas pessoas (e o povo vai compreender isso) que têm o mínimo exigível de categoria para se afirmar como uma alternativa ao Governo desta Região.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado agora está aqui na Assembleia, penso que já regressou, e está-se mesmo a ver a campanha eleitoral (está à vista!) e o Sr. quis iniciá-la hoje aqui. Mas, infelizmente para todos nós e para a dignidade, de que o Sr. tanto fala, desta Assembleia, o Sr. Deputado começou esta campanha de forma muito má para si e, felizmente, muito boa para nós.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Administração Interna pede a palavra para?...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Administração interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou dizer como disse o Sr. Deputado Martins Goulart, referindo-me à sua própria pessoa como o ainda líder do Partido Socialista porque acho que isso são questões internas do Partido Socialista, como muitas das questões que falou são questões internas do PSD, como não vou pôr em causa a legitimidade do Partido Socialista para ser oposição: o Partido Socialista tem o seu lugar na oposição porque não teve a maioria de votos dos açorianos.

Essas circunstâncias podem mudar e podem não mudar. Mas também não admito que o Sr. Deputado Martins Goulart ponha em causa a legitimidade deste Governo para governar os Açores e daquela bancada para representar quem o elegeu. É natural que estas coisas também funcionem para os dois lados. Este Governo é legítimo! Este Governo resultou da vontade da maioria do Povo dos Açores, como o Governo que sairá das eleições de Outubro será, com certeza, também um governo legítimo porque um governo democrático, porque um governo que há-de sair da maioria da vontade do Povo dos Açores!

Mas o que é essencial em democracia, Sr. Deputado, não é a alternância democrática: aquilo que é essencial em democracia é respeitar a vontade livremente expressa pelo povo que elege os seus representantes. Isso é que é o essencial em democracia e isso o povo dirá em Outubro!

E porque nós estamos cientes dos resultados que temos obtido, poremos à consideração desse mesmo povo: estamos cientes dos resultados obtidos a nível local, a nível regional, a nível nacional e nos espaços mais amplos onde nos integramos e onde temos vindo a apurar o alargamento do nosso espaço e a consideração das nossas especificidades, nomeadamente através do POSEIMA, que tiveram nos Srs. Deputados os seus grandes inimigos e que hoje têm que reconhecer que foi uma forma da Região afirmar o seu espaço no contexto europeu.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quanto à questão que refere, que será discutida no ponto 4 da Ordem de Trabalhos e porque eu, nessa altura, provavelmente ao abrigo das disposições regimentais, não poderei de novo intervir, sempre lhe digo, Sr. Deputado, que tudo isso resulta da cirurgia cega feita pelo Partido Socialista, pela falta de assunção de responsabilidades do Partido Socialista.

O Partido Socialista e a oposição quando em relação a uma dotação de receita retiram 1 milhão de contos sem assumir a responsabilidade de onde é que o tiram, obviamente que remetem para o Governo a responsabilidade de fazer essas alterações. E o Governo tem-nas feito! “Fiquem os dedos vão-se os anéis”, e algumas das coisas que nós considerávamos importantes e que apoiávamos, agora

não podemos apoiar. Mas assumam as vossas responsabilidades perante os Açorianos e se for preciso, tal como vós, ir de porta a porta, ilha a ilha, casa a casa explicar as nossas razões, nós também iremos por essa Região fora afirmar as nossas razões.

O problema, Sr. Deputado, é que o Sr. sente todas as suas feridas neste momento: as feridas que não consegue suturar, a fracturas que tem, a impossibilidade de apresentar uma alternativa, porque, Sr. Deputado, a alternativa não é a lei das finanças regionais que apresentou porque, com aquela lei das finanças regionais que apresentou, nós recuamos 15 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr Deputado Martins Goulart para prestar esclarecimentos e contraprotestar.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu concederei aos Srs. Deputados do PSD e ao Sr. Membro do Governo que interveio mais algum tempo para ler o que eu acabei de dizer.

Compreendo que tenham enorme dificuldade em reter as palavras, os argumentos e os raciocínios que apresentei ao longo de 25 minutos e que tenham respondido de uma forma passional numa primeira impressão que é natural que aconteça quando eu intervenho. Mas quero precisar duas questões muito claras: nunca pus em causa a legitimidade de quem governa. Acusei o Governo de ser “irresponsável”. Nunca pus em causa a legitimidade da bancada que o apoia. Pura e simplesmente afirmei que ela era “cúmplice” com a manutenção de um quadro em que esta Assembleia era vítima, e veremos hoje se a cumplicidade se repetirá ou não quando esta Assembleia tentar reunir para fazer a defesa da sua honra e dignidade, uma ofensiva sistemática do Governo de pôr em causa a competência legislativa e a força de lei que tem um orçamento aprovado nesta Assembleia.

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Deputado não se exalte porque eu demonstrei todas as questões que aqui apresentei. Podia demonstrar outras, como, por exemplo, neste momento está acabada de ser feita uma sondagem, paga pelo Governo Regional dos Açores, a coberto de ser uma sondagem de opinião, leitura de jornais, audiências de rádio, mas que é uma sondagem política paga pelo Governo Regional para o PSD não gastar alguns milhares de contos para seu proveito próprio e obter informações políticas...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade! Temos a confirmação disso. A Norma/Açores está a fazer isso, temos entrevistadores identificados e os Srs. Deputados e o Governo, não obriguem, porque isso é dinheiro público que está a ser gasto para consumo interno do PSD. Nós exigimos que o resultado dessa e doutras sondagens que já foram feitas sejam distribuídas à oposição, aos restantes partidos, porque o dinheiro é público e tem sido gasto, até hoje, com proveito exclusivo do PSD. Tudo o que foi dito nessa intervenção, parágrafo por parágrafo, tem fundamento.

Mais digo: que, por exemplo, a arrogância, que não significa falta de legitimidade de governar, comprova-se com cabeçalhos de jornais: “Governo vai ouvir as ilhas para preparar o Plano de Médio Prazo futuro”.

- Com que legitimidade, Srs.. Deputados?! Com que legitimidade vai o Governo agora percorrer as ilhas na véspera de eleições se ele ainda não tem o seu programa eleitoral e utilizará dinheiros públicos, eventualmente, para ter os serviços administrativos e técnicos do Governo para fazer o seu próprio programa eleitoral?

Estejam descansados os Srs. Deputados do PSD. O PS a tempo e horas, mas não cedo demais para que o PSD não copie as nossas propostas...

(Risos do PSD)

E dou também um exemplo:

O PS, através de duas intervenções minhas, feitas aqui nesta Assembleia, pronunciou-se especificamente sobre transportes e sobre pescas. Na altura, o discurso natural e de serviço do Governo, para desvalorizar as minhas intervenções, era o de dizer: “nem sequer para artigo de jornal serve! É chapa que vem dali!”

Nós estamos habituados e, se viesse um elogio, ficaríamos particularmente preocupados porque então estaríamos, de certeza, a fazer má política.

Essas duas posições julgo que ficaram claramente bem definidas. e eu posso lembrar aos Srs. Deputados que, depois da intervenção sobre os transportes, o Sr. Presidente do Governo Regional veio pedir-me uma cópia.

Estranhamente, passados alguns meses (e foi a semana passada), na Europa, o Sr. Presidente do Governo Regional repete, plágia a proposta do PS nos transportes...

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: ...copia a posição do PS que eu tomei nesta Assembleia sobre pescas.

Não correremos mais riscos do PSD copiar as nossas propostas! Em Julho e Agosto o Povo Açoriano conhecê-las-á para V. Exas. não terem a possibilidade de copiar mais nenhuma!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Melo para um protesto. Queria, no entanto, dar conta de que o Partido Socialista, relativamente à primeira parte do Período de Antes da Ordem do Dia, não dispõe de mais tempo. Gostaria de dar esta informação para que o Sr. Deputado tivesse isso em conta.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, eu não posso levar isso em conta porque a direcção do meu Grupo Parlamentar gere o seu tempo e não o do Partido Socialista. Se o Partido Socialista não sabe controlar o seu tempo, isso é um problema do Partido Socialista.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS).

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Início este meu protesto, que é a figura para poder usar da palavra, fazendo duas felicitações:

Em primeiro lugar quero felicitar o Sr. Deputado Martins Goulart por estar de visita à Região. Desejo-lhe boa estadia e que ela seja, de facto, frutuosa.

Queria também felicitá-lo pela sua exaustiva intervenção. Ela vem de encontro àquelas intervenções que, hoje em dia, só são produzidas por aquele grande Socialista Fidel de Castro!!!

(Risos da bancada do PSD)

É uma intervenção que o Sr. Deputado tem tido tempo para a fazer, visto que o Sr. Deputado tem vindo tirar a falta a esta Casa de 2ª a 6ª feira, ou seja, chega aqui, tira a falta e vai-se embora e, assim, tem tido tempo toda a semana para escrever.

Ora, eu gostava, em nome da bancada do Partido Social Democrata, de também aderir às suas ideias e de ter certeza que aquilo que está a dizer é bom para a Região Autónoma dos Açores. Mas tenho dúvidas e a principal dúvida que tenho relaciona-se, como já foi dito aqui pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna, com o POSEIMA.

Vossa excelência, numa intervenção produzida nesta Casa, considerou o POSEIMA de “programa colonialista”, que era uma barbaridade, uma monstruosidade fazer a adaptação de um programa desses à Região Autónoma dos Açores. Hoje em dia constata-se que o POSEIMA vem dar resposta (não resolve tudo, sempre o dissemos) aos grandes problemas que afligem alguns sectores da nossa sociedade.

Mais, Sr. Deputado: sobre fazer imitações vamos conversar nelas. É só ver as imitações que tem feito recentemente o Partido Socialista, copiando os Deputados do Partido Social Democrata de S. Miguel que fizeram uma quantidade de visitas e contactos (e que continuam a fazer) às populações e, agora, o Partido Socialista, 6 meses antes das eleições, começa a fazer essas visitas para que as mesmas apareçam nos jornais.

(Risos do PS)

Mas mais, Sr. Deputado: o Sr. Deputado politicamente é atrevido. O Sr. Deputado afirmou, bem como os responsáveis da sua bancada, antes das eleições de Outubro, que o que estava em causa era o Dr. Mota Amaral e Martins Goulart.

Vossa Excelência foi o cabeça de lista do Partido Socialista; o Dr. Mota Amaral foi o cabeça de lista do Partido Social Democrata. Toda a gente entendeu nesta Casa que era o ensaio geral das eleições - eram as primárias eleições regionais. Logo, viu-se o resultado, o povo disse-o, e, como é costume, Vossa Excelência entra em pânico e demite-se, após a derrota, naquele mesmo dia.

Depois, o Sr. Deputado faz uma quantidade de afirmações e diz que “há um problema de orquestra”. E quanto à dignificação da autonomia e deste Parlamento, eu gostaria imenso - e o Partido Social Democrata - que o Sr. Deputado fosse, de facto, o líder da oposição ou do Partido Socialista. O que nós estamos a ver, cada vez mais, é que o Sr. Deputado não é mais do que um maestro da “orquestra dos assobios”!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar queria prestar alguns esclarecimentos em relação ao Plano de Médio Prazo.

É óbvio que, independentemente do resultado das eleições de Outubro, nós não podemos funcionar em função da próxima eleição daqui a n meses. Um Plano de Médio Prazo dá muito trabalho a preparar, tem trabalhos preparatórios, para além da definição de caminhos a seguir, que obviamente nós temos que deixar feitos para o próximo Governo do PSD ou para o próximo governo que sair da maioria das eleições. Há trabalhos que nós temos que fazer e nós assumimos sempre as nossas responsabilidades. Os Srs. Deputados do Partido Socialista e o Partido Socialista de forma geral é que não assumem as suas responsabilidades. E não assumiu, por exemplo, nas alterações que introduziu no Plano e no Orçamento votado nesta Câmara em Novembro e, por isso, é que nós temos estado a fazer o vosso trabalho, por isso é que nós temos que estar a fazer, a partir do documento que tínhamos apresentado, inflexões, que são inflexões que nós consideramos penalizantes mas que temos que as fazer.

Quanto às outras questões levantadas, nós não podemos deixar de lhe dar um sentido essencialmente político. E o sentido essencialmente político é o seguinte:

Os Srs. Deputados do Partido Socialista e o Partido Socialista de forma geral nunca esperaram que, em função de um maior conhecimento mútuo e de uma partilha de responsabilidades, nós pudessemos encontrar plataformas de entendimento com o Governo da República como encontrámos, e plataformas de entendimento bem mais alicerçadas do que aquelas que os Srs. procuram encontrar. A vossa estratégia falhou completamente: a vossa estratégia era vitória de

Sampaio + (mais) vitória de Goulart + (mais) Governo nos Açores. Isso passou! Isso caiu! Isso não conseguiram!

Deputado Martins Goulart (PS): É o vosso raciocínio!

O Orador: Imediatamente deixaram cair, a seguir, o líder nacional do Partido Socialista com uma cambalhota das posições do Partido Socialista nos Açores...

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: São leituras que nós podemos fazer porque é isso que explica o que acontece nesta Casa! Agora, deu-se a cambalhota e pensa-se que se pode preencher as lacunas das vossas insuficiências com a vinda das Comissões Nacionais do Partido socialista aos Açores. Não é assim que conseguem provar que têm alternativas! Assim conseguem provar que não têm alternativas!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pediu o prolongamento do Período de Antes da Ordem do Dia nos termos regimentais.

Em consequência disso, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para pedir o seguinte esclarecimento ao Sr. Secretário Regional:

Se é verdade que o Governo deseja apenas, com estas visitas que faz às diferentes ilhas dos Açores, proceder a um processo de audição que não corresponde a uma interrupção no Planeamento Regional e que tente com isso, de igual modo, salvaguardar a oportunidade de um conjunto de trabalhos preparatórios que permitam a outro governo, em tempo devido, poder apresentar à Assembleia propostas de Plano e de Orçamento, eu pergunto ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna se vê algum inconveniente em que, de hoje em diante, o Governo seja acompanhado em todas as visitas que vai fazer a todas as restantes ilhas dos Açores e em todos os contactos com todos os parceiros sociais, agentes económicos e outros, por delegações parlamentares...

Deputado Luís Bastos (PSD): Isso é que era bom!

O Orador:... nomeadas pelos respectivos partidos de acordo com a representação que detêm aqui no Parlamento e que acompanhem e tenham acesso a todos os trabalhos preparatórios de que o governo já dispõe.

Se o Governo estiver de acordo com isso, certamente que aquilo que o Governo neste momento está a fazer é um trabalho sério; se não, é uma coisa à socapa para o partido do Governo e não para o Governo que é apoiado aqui por esse partido.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para responder ao Sr. Deputado Carlos César.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos César vem em socorro do presidente do seu partido...

A questão que o Sr. Deputado Carlos César coloca tem a seguinte resposta:

Obviamente nós estamos a fazer os trabalhos preparatórios. Nas ilhas da Região o Partido Socialista tem a sua representação, tem os seus deputados, os quais normalmente acompanham as visitas do Governo e sabem o que lá se trata e o que lá se passa. A forma de governar do Governo é uma forma que sempre foi transparente. O Sr. Deputado está a pôr eu causa um dos mais importantes princípios

de funcionamento dos órgãos de Governo próprio da Região ou dos órgãos de qualquer estrutura alicerçada no funcionamento democrático, que é o princípio da separação de poderes. É, se calhar, alguma cadeira aonde ainda não chegou o Sr. Deputado!...

“Troikas” existem efectivamente na Europa onde está o presidente anterior, o presidente do momento e o presidente futuro. Mas mesmo que nós tivéssemos que fazer isso nos Açores, teríamos sempre PSD antes, PSD agora e PSD depois!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?...

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria só salientar à Câmara a forma humilde como o Sr. Deputado Carlos César usou da palavra em solidariedade ao seu líder de partido. Foi uma atitude digna de registo, uma atitude de pronto-socorro que acontece a muitos. O Sr. Deputado Martins Goulart embatucou, não teve hipótese de responder ou não conseguiu e, então, veio logo o pronto-socorro do Partido Socialista, o Deputado Carlos César, como é hábito fazer aos outros Deputados da sua bancada, dar-lhe uma ajuda.

Quanto às visita do Governo, Sr. Deputado Martins Goulart, eu queria-lhe dizer o seguinte:

Enquanto o Governo faz essas visitas para trabalhar, o Sr. Deputado faz essas visitas para cantar!

(Risos do PSD)

Deputado Manuel Serpa (PS): E Mota Amaral não vai lá!?

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não vai não!

Deputado Martins Goulart (PS): Mas se cantasse teria melhor imagem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O meu esclarecimento à Câmara é no sentido de que o Sr. Deputado Martins Goulart, aquando da sua 2ª intervenção, voltou-se para esta bancada, dizendo que os Deputados do Partido Social Democrata não tinham tido tempo de estudar o seu discurso, de traduzir as palavras, com aquele ar professoral a que ele já nos habituou há muito tempo.

Parece-nos, porém, que nos está a atirar areia para os olhos. O Partido Social Democrata tem um programa de Governo e tem que executá-lo e à medida que vai executando o seu programa tem, no mínimo, a obrigação de divulgar publicamente as obras que tem feito.

Ora, o que vos “dana”, Sr. Deputado Martins Goulart, é ver o semblante da juventude, dos adultos, de uma geração espezinhada ao longo de anos que sempre sonhou ter uma avenida marginal daquelas e que, agora, chora de alegria ao ver a concretização de um projecto que o Partido Social Democrata foi capaz de realizar. O vosso problema é, efectivamente, ver as obras e não as palavras.

O que me parece é que o Sr. Deputado, a 6 de Outubro, irá de novo fazer aquilo a que já nos habituou; abandonar o barco antes que vá ao fundo!

Muito obrigado,

(Risos do PSD)

(Protestos inaudíveis do Deputado Martins Goulart)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquelas coisas do Sr. Deputado Rui Melo a gente tem que lhes dar o devido desconto. Eu já lhe disse uma vez que ele tem uma vocação para servir aqui à frente do Grupo Parlamentar do PSD de “cabo de vassoura”...

Deputado Rui Melo (PSD): E o Sr. de “pronto-socorro”!

O Orador: Não quero privá-lo do prazer que lhe dá essa função!!!

Mas, de qualquer forma, a resposta que me deu o Sr. Secretário Regional da Administração Interna merece, da nossa parte, um comentário político, porque de política se trata.

A resposta que percebi, independentemente da envolvimento que ele deu a estas coisas, é que o Governo não está disposto a que essa delegação parlamentar o acompanhe nessas funções que, no dizer do Sr. Presidente do Governo, na altura em que anunciou estas questões, “se destinava a ter uma visão o mais plural possível e uma participação o mais plural possível” desses trabalhos preparatórios para o próximo Governo que viesse.

Vejo que a ortodoxia no Governo tem graduações diferentes: enquanto o Sr. Presidente do Governo que não é conhecido por ser grande democrata, admitia outro Governo que viesse, o Sr. Secretário Regional da Administração Interna já diz que (e não sei para que é que se vai fazer eleições num regime assim) que o “PSD antes”, o “PSD durante” e o “PSD depois”, quaisquer que sejam os trabalhos preparatórios, quaisquer que sejam os eleitores certamente.

Portanto, há uma visão aqui que é exteriorizada pelo Governo e que foi bem espelhada e transmitida à Assembleia pelo Presidente do PS e que é, efectivamente, uma visão prepotente, administrativa de processos que são políticos e que são eleitorais e redutora de quaisquer veleidades, quer dos eleitores, quer dos deputados, quer dos agentes económicos e sociais. O PSD ergueu uma teia à volta de tudo e, através dessa sua sobre-presença em todos os sectores, procura, dessa forma, minimizar qualquer manifestação democrática nos Açores.

Evidentemente há sempre uma coisa que ele não controla e há sempre uma coisa em relação à qual nós permanecemos com esperança. É que ele não sabe onde votam os eleitores açorianos porque esse voto, por menos que eles desejem, é um voto secreto.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente. O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart mas antes, queria reconhecer, aqui, o ar um pouco abatido do Sr. Deputado Carlos César. Não sei se tem alguma coisa a ver com a derrota da JS nas eleições para os estudantes de Coimbra...

Sr. Deputado Martins Goulart: com todo o respeito que tenho pela missão que Vossa Excelência desempenha aqui neste Parlamento e nesta Região Autónoma, já não é a primeira vez que Vossa Excelência acusa a Comunicação Social dos Açores de “subserviente” e “ao serviço do poder” e outras coisas deste género. Aliás, o mal não é só seu: em quase praticamente todas as bancadas, também esta aqui tem essas ideias quando, muitas vezes, as notícias não são favoráveis às pessoas nelas envolvidas.

Mas com todo o respeito que tenho por vossa Excelência e pela sua luta, quero dizer ao Sr. Deputado que não há nenhum órgão de Comunicação Social - e eu prezo-me de conhecer um pouco o meio - que tenha no seu código deontológico a censura a qualquer manifestação por parte da oposição. Se Vossas Excelências não ocupam a Comunicação Social é manifestamente, porque não querem. E dispenso-me até de dizer que é por preguiça...

Muito obrigado.

Presidente. O Sr. Secretário Regional da Administração Interna pede a palavra para?...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Para prestar mais um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos César.

Presidente. Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:



O Sr. Deputado Carlos César tem na sua intervenção - e é só por isso que eu intervenho - um vício de raciocínio que eu tenho que destacar e que é o mesmo vício de raciocínio que traz todo o conjunto de “iluminados” do Partido Socialista à Região Autónoma dos Açores: é “levar”.

Nós, Sr. Deputado, não pensamos que seja preciso “levar” o que quer que seja, se o Partido Socialista tem a implantação que tem em relação às entidades que vão ser ouvidas, às forças vivas em cada ilha, às várias entidades representativas em cada ilha, a população de cada ilha vai transmitir a vossa mensagem. Portanto, nós não precisamos de “levar” nada nem os Srs. precisam de mandar nada. Em princípio, se têm essa vitalidade toda, estão lá no tecido social local. Não precisam de “levar” nada. Mas a ideia nem é vossa; a ideia é de lá. É preciso “levar” aos Açores os líderes nacionais! É preciso “levar” à Madeira a pseudo resposta à agressão, à democracia na ilha! É preciso “levar” sempre!... Não é preciso “levar”: ou está ou não está!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César, naturalmente para prestar esclarecimentos.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer duas coisas: são os “vícios de raciocínio” do Sr. Secretário Regional da Administração Interna que não é “iluminado”.

O primeiro “vício de raciocínio” é que a questão é inversa:

- Por que é que é só o Governo a receber essas opiniões...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Os Srs. podem lá ir quando querem!

O Orador. Mas, pelos vistos, quando vamos insultam-nos, não é verdade?

Mas, dizia, por que é que é só o Governo o destinatário, o Governo que é formado por um só partido, o destinatário desse fluir de informação que ele considera indispensável para um planeamento futuro, que pode vir a não ser protagonizado pelo mesmo partido?! - este é que é o primeiro vício.

O segundo vício é o seguinte:

Quando Vossa Excelência diz “o Governo vai...”, então o Partido Socialista que vá também! É que Vossa Excelência está confundindo o Governo com o PSD nesta função quando não devia confundir porque o Governo, se executa esse plano de audição com seriedade, está a fazê-lo como uma instituição de Governo próprio da Região e não como um partido político. Portanto, como instituição de Governo próprio da Região devia fazer representar esses órgãos de governo próprio nesse processo de audição em vésperas de eleições e não representar apenas o partido do Governo.

Portanto, o processo não é sério e mais se adensam as dúvidas sobre até a sua legitimidade constitucional quando Vossas excelências permanecem com esse tipo de defesa aqui. E a ver vamos!...

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?...

Deputado Rui Melo (PSD): Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos César.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O esclarecimento que queria pedir ao Sr. Deputado Carlos César é muito simples:

- O Sr. Deputado considera que quando as Comissões desta Casa visitarem as ilhas devem ser acompanhadas pelos Srs. Secretários Regionais?

Deputado Carlos César (PS): O Sr. Deputado ainda não percebeu (e é uma pena!) o que é um Deputado!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Administração Interna pede a palavra para?...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos César colocou-me duas questões que eu gostaria de responder.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar distingo e aprecio, e compartilho isso com toda a Câmara, a solidariedade que vem sendo manifestada pelo Sr. Deputado Carlos César para com o seu líder: saltou, procurando

resguardá-lo deste debate e fazendo com que não respondesse por aquilo que veio aqui dizer. Isso é sempre apreciável!

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão é a seguinte:

- O Partido Socialista, os seus Deputados aqui presentes, estão a dizer aos Açorianos que precisam da “bengala” do Governo para entrarem em contacto com as forças vivas desta Região?!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Srs. precisam disso? Os Srs. precisam que nós sejamos ponte entre os Srs. e a população açoriana?! Com certeza que não precisam... eu estou certamente a perceber mal...

Deputado Martins Goulart (PS): Não percebeu nada!

O Orador: Os Srs. para perceberem a sensibilidade dos Açorianos precisam que, através do Governo, se estabeleça esse contacto?!

Nós temos contacto com os nossos Deputados que suportam o Governo e, por aí, temos já grande parte do conhecimento e da sensibilidade da população que eles representam. Eu não misturo partido com governo, Srs. Deputados! Agora, eu sei é que há um governo, que é apoiado por um grupo de deputados, como sei que os Srs. podem manifestar a sua actividade política e exercê-la através dos vossos deputados. E o que eu espero é que os vossos deputados nas várias ilhas, os vossos autarcas, as pessoas que são militantes do vosso partido nos vários locais vos emprestem essa sensibilidade que a gente também vai às várias ilhas buscar e que os Srs. também têm mecanismos para ir às várias ilhas buscar.

Agora, querem o Governo como bengala?! Afinal somos muito mais importantes do que pensávamos!!!

Muito obrigado. Sr. Presidente.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para responder.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu também não digo mais nada. é a última vez!

(Risos da Câmara)

E é para esclarecer, de uma vez por todas, que nós até entendemos que o Governo deve visitar as ilhas (é verdade!) e que deve estar o máximo de tempo lá, porque é preciso um rosto para esta derrota e para esta estagnação que se vive.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: É preciso! E Vossas Excelências precisam ir lá mostrar a cara de um insucesso!

Agora, o que se trata, neste caso, é que o Governo está, ao abrigo de um processo, que, aliás, tem disciplina legal própria, ao abrigo dos dinheiros públicos, de ilha em ilha, de parceiro social em parceiro social, de agente económico em agente económico, a recolher e num processo de informação que, em rigor, há todas as razões para considerar que é um processo de informações que apenas tem a ver com o município do partido do governo para fazer o seu programa eleitoral.

É essa a suspeição na base da qual vos lançamos este desafio hoje!

Ora, se essa suspeição deve ser varrida deste clima de relacionamento, Vossas Excelências não têm nenhum inconveniente (bem pelo contrário) em generalizar esse processo, torná-lo abrangente de toda a opinião multipartidária, torná-lo abrangente através da instituição que é o Parlamento e reter

nesse processo a ideia de que todos nós estamos a preparar o futuro e que, conforme a indicação dos eleitores, seremos os executores desse futuro nos tempos mais próximos.

Vossas Excelências recusam isso! Têm a intolerância de, perante todas as propostas que vão no sentido de nos associarmos para fazermos reflexões conjuntas, não permitirem que isso se faça com total seriedade. Nós não entendemos que estas visitas do Governo constituam instrumentos de campanha eleitoral. eu não subscrevo esse entendimento. Aquilo que eu me preocupo é estar eventualmente privado de um mecanismo mais facilitado e de um processo que só está a aproveitar os agentes do partido do Governo, e eu sinto-me preocupado pelo facto de não poder também participar num processo que tem essas facilidades, à partida, e que devia ser um processo que preparasse quem viesse depois.

O Professor Cavaco Silva foi mais simpático com o antigo Secretário-Geral do Partido Socialista, em vésperas de uma presidência europeia, ao pô-lo ao corrente de algumas situações pendentes e de alguns processos preparatórios dessa presidência do que Vossas Excelências estão a ser em vésperas de eleições...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso é diferente!

O Orador: ... para a Presidência do próprio Governo da Região.

Portanto, é nesse quadro de problemas que nos movemos. Não é no quadro de demagogia que Vossa Excelência procura colocar aqui.

E que fique assente esta questão; nós não temos nada contra as visitas do Governo! Nós até temos a convicção que em cada visita que o Governo está a fazer, de que em cada excursão que faz a qualquer ilha da Região, se avançam e aumentam factores de descontentamento e são vistas, repetidas e difundidas pela Região manifestações de descontentamento que só beneficiam os partidos da oposição e não o partido do Governo. Portanto, não é nessa área argumentativa que nós colocamos aqui estas questões.

Que fique absolutamente claro: nós não temos medo nenhum de que Vossas Excelências falem, falem, falem e apareçam! Quanto mais, melhor para nós!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?...

Deputado Rui Melo (PSD): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero aqui protestar e mesmo rejeitar a tentativa do Partido Socialista em parlamentarizar o Governo. Está é que é a intenção do Partido Socialista! Mas da mesma maneira que nós rejeitamos que o Governo venha governamentalizar o Parlamento, nós não permitimos que o Parlamento e os partidos da oposição venham parlamentarizar o Governo. Isto é que tem de ficar claro, Srs. Deputados! Estão definidas as áreas de actuação e cada um faz o que lhe compete.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista estão aqui a tentar se imiscuir no exercício das funções da governação dos Açores quando não estão mandatados para isso. Por isso tem de ficar claro que, da mesma maneira que nós não concordamos que o Governo venha governamentalizar a Assembleia, também não concordamos que os partidos da oposição queiram parlamentarizar o Governo.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções damos por encerrado o Período de Antes da Ordem do dia e vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 12,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12,30 horas)

Vamos iniciar o Período da Ordem do Dia com a continuação da apreciação da Proposta de Resolução que recomenda ao Governo que autorize e incentive os agricultores da Ponta da Fajã Grande a plantarem criptomérias e a aproveitarem alguns terrenos para pastagens e que proceda a estudos e indemnize os agricultores.

Na altura em que ontem interrompemos os nossos trabalhos o Sr. Deputado Rui Meireles tinha pedido a palavra para uma intervenção. Dou-lhe, portanto, a palavra.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apoiamos a proposta aqui apresentada pelo Partido Comunista e alterada depois, por duas razões:

Em primeiro lugar porque entendemos ser justo que o Governo indemnize os 8 agricultores cujos terrenos, no sítio das Covas, foram afectados pelo desabamento de terras, com uma área relevante apenas de 1 hectare, cometendo, assim, um acto de acuidade em relação às anteriores indemnizações dadas às pessoas que habitavam na Ponta.

Em segundo lugar, porque, colaborando na limpeza de alguns serrados pela remoção de alguns predregulhos, o Governo não gasta do herário público nenhuma fortuna e contribui, assim, para o aproveitamento agro-pecuário dessa zona e a sua rentabilidade económica.

São fundamentalmente estas duas razões que levaram o grupo Parlamentar do CDS a apoiar a Proposta de Resolução apresentada pelo Partido comunista e depois alterada pelo Deputado Independente.

Presidente: Continua a discussão. Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva. (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre a proposta de alteração em causa, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, após uma conveniente análise a todo esse processo e tendo em linha de conta inclusivamente a última informação chegada, com a data de Dezembro, à Comissão e relacionada com essa matéria resultante de um parecer solicitado à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, entende que sobre os pontos em causa, de apoio à limpeza - e estamos a falar da proposta de alteração - dos terrenos afectados, esta operação poderá, de alguma forma, também implicar riscos porque se, de facto, nós formos verificar o decreto legislativo regional que considera aquela zona como “zona de alto risco”, quando se refere à mesma é ao lugar da Ponta e o sítio das Covas é um sítio que está incluído neste lugar.

Parece-nos, assim, que continua a existir algum risco. Aliás, o próprio parecer da Secretaria, emitido pelos seus técnicos, afirma que “somos de parecer que continua a haver perigo de derrocadas de terreno, quer na área da quebrada anterior como nas áreas contíguas” e, por conseguinte, parece-nos que a questão do perigo continua a colocar-se.

Daí que nos pareça que essa questão poderá continuar a revestir-se de algum perigo mesmo para aquilo que é proposto na proposta de alteração no que se refere sobretudo à limpeza dos terrenos afectados porque a própria limpeza sem uma rearborização seguida poderá também implicar, logo de seguida, uma maior erosão.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não está de acordo com a proposta em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de chamar a atenção novamente para o que é a proposta que aqui apresentei de alteração e que, quando fala de limpeza, não fala de limpezas diárias que tenham que ser rearborizadas. Estamos a falar de terrenos que ficam em zonas que não são abrangidas por aquela “zona de alto risco” e que são pastagens - não sei se o Sr. Deputado Gaspar da Silva teve ocasião de estar lá no sítio e por isso lhe presto esse esclarecimento - mas, como ia dizendo, trata-se de pastagens, trata-se de terrenos de cultivo, trata-se de todo um conjunto de coisas que não têm nada a ver com arborização. Ou seja, nunca ninguém pensou ir plantar árvores no sítio das pastagens.

Assim sendo, esta intervenção que agora foi aqui feita parece-me perfeitamente desenquadrada do que é o espírito da proposta. Quando se fala de limpeza, fala-se de limpeza dos terrenos que estão efectivamente naqueles locais mas que têm já o seu tipo de cultura. Obviamente que não se ia modificar nada esse tipo de cultura.

Portanto, esta proposta não inclui nada de arborização, na medida em que já se entendeu que realmente quanto à arborização ela se destinava às zonas resultantes da quebrada e a arborização nesses sítios viu-se que efectivamente não seria razoável e estamos a falar de outras realidades completamente diferentes.

Ora, se o PSD pensa em não apoiar esta proposta, não é pelas razões que aqui foram referidas pelo Sr. Deputado Gaspar da Silva, mas será, eventualmente, por outras razões que não esta.

O que na proposta se quer contemplar é um acto de justiça para com aquelas pessoas que, embora tendo sido prejudicadas, não receberam qualquer tipo de indemnização, na medida em que alguns foram indemnizados na totalidade pelo desaparecimento dos seus terrenos e há outros que, embora prejudicados, não receberam qualquer tipo de indemnização.

É exactamente a esses que se entende que, num acto de justiça, porque a Região deve olhar a todos os cidadãos por igual, que a esses que estão parcialmente prejudicados se deve dar uma ajuda no sentido de lhes devolver as suas pastagens, os seus terrenos de cultivo, em termos de eles os poderem utilizar como antes efectivamente vinham utilizando.

É isto que aqui se propõe, e tão somente isto, razão pela qual a proposta tem a sua razão de ser, defende uma situação justa que merece, por essas razões, obviamente, o apoio do Deputado Independente e que também, por estas mesmas razões, parece que deveria merecer o apoio geral de toda esta Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à proposta que está agora em apreciação, ou seja, esta última, há dois pontos a destacar:

Em relação ao primeiro ponto propõe-se o “apoio à limpeza dos terrenos afectados”. Citando um officio da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, no seu ponto 5 diz-se que “a parte de terrenos adjacentes à área de maior perigo situados entre o caminho da Fajã e o mar apresenta-se susceptível de aproveitamento agrícola como, aliás, se pode verificar pelo bom aspecto das culturas actuais”.

Eu julgo que o ponto 1 da proposta em apreço contempla precisamente o que a Secretaria refere no ponto 5 do seu officio.

Em relação ao ponto 2 onde se propõe a realização de um inquérito, apesar da Comissão, quando lá esteve, não ter obtido, em relação às entidades competentes, nenhuma informação sobre isso, julgo que não é de maneira nenhuma complicado tentar-se que se faça um inquérito para se saber se existem ou não existem, propondo-se seguidamente que “seja dado um tratamento semelhante ao verificado em 87”, obviamente nos casos que forem semelhantes, se tal se constatar.

A posição dos Deputados do Partido Socialista na Comissão foi de abstenção, naquela altura, porque tinha sido adiantado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão que iria apresentar uma proposta de alteração e, assim sendo, abtivemo-nos no sentido de esperar para vermos se essa proposta de alteração poderia ou não influir na nossa decisão.

A proposta aqui apresentada, neste momento, pelo Sr. Deputado Independente altera e é menos radical do que a proposta inicial e, por isso, vamos votar favoravelmente a proposta.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação, em primeiro lugar, da proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Renato Moura.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Renato Moura relativamente à Proposta de Resolução do PCP foi aprovada com 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS, 1 voto favorável do PCP, 1 voto favorável do Deputado independente e registou 25 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para uma declaração de voto.

Antes, porém, queria dar conta à Câmara de que a votação desta proposta de resolução prejudicou, como aliás já tinha ontem sido indiciado na própria intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, a proposta apresentada pelo Sr. Deputado do PCP sobre este mesmo assunto.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente a Proposta apresentada pelo Sr. Deputado Independente, por estar de acordo com os objectivos nela contidos, quer quanto à limpeza de terrenos afectados, e que não são considerados de alto risco, quer quanto à realização do inquérito no sentido de se apurar quais os prejuízos havidos e, conseqüentemente, se têm lugar indemnizações aos proprietários eventualmente afectados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar queremos regozijar-nos pela aprovação desta Proposta de Resolução em consequência da proposta que apresentámos e da alteração aqui apresentada ontem, pelo Sr. Deputado Independente.

Efectivamente, os aspectos considerados por nós fundamentais, estão contemplados e foram aqui aprovados. Em nosso entender, fez-se justiça em relação aos agricultores possuidores de terrenos naquela zona.

Na realidade, há hipóteses dos agricultores do sítio das Covas serem indemnizados, tal como os seus colegas que sofreram os prejuízos de 87.

Por outro lado, nós apoiamos a realização do inquérito, porque temos a certeza daquilo que propunhamos inicialmente. Portanto, consideramo-lo altamente positivo, bem como também em relação aos que não tiveram indemnizações e que não estão na zona considerada de alto risco, possam ver os seus terrenos produzirem, novamente, no máximo, em função da limpeza que possa, eventualmente, vir a ser efectuada logo após a publicação desta resolução.

Disse. Muito obrigado.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas uma curta declaração de voto, para dizer que esta Assembleia tem de assumir responsabilidades em matérias desta natureza, na exacta medida em que o Governo não cumpre com as suas obrigações, relativamente àquilo que devia, em determinadas áreas da governação.

O surgimento sucessivo de resoluções, serve para colmatar essas falhas, e muitas são, da Administração Regional.

Hoje, com esta aprovação, acabámos por dar corpo a mais uma recomendação que, obviamente, o Governo terá de assumir e que poderia ter assumido, se desejasse governar bem, sem que lhe fosse recomendado por esta Assembleia.

Todavia, os representantes do Povo dos Açores quiseram, na sua maioria, dar ao Governo mais uma recomendação que o mesmo tem de entender como uma crítica a mais, à sua actividade e à sua má actividade. Na medida em que, em actividade governativa, como em tudo, se peca não apenas por acção, mas também por omissão. Esta era uma situação de omissão, relativamente a uma parte das pessoas afectadas, cuja justiça fica agora colmatada através desta medida.

Pena é que em circunstâncias desta natureza, e em coisas tão pequenas como esta, o Grupo Parlamentar do PSD não se deseje associar a recomendações desta natureza, que são de mera justiça para com cidadãos desta Região, embora vivendo em pequenas ilhas e em pequenos lugares. É pena que o Grupo Parlamentar do PSD, em matérias desta natureza, mantenha um alinhamento tão submisso, mesmo em relação a pequenas omissões do Governo Regional dos Açores, e não esteja disponível para ajudar, dando o seu voto favorável, no sentido de fazer recomendações que são de toda a justiça. É pena, e o Partido Social Democrata não pode deixar de ser penalizado por isso. E é pena que o seja, por via desse comportamento.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para uma declaração de voto.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta proposta de alteração, por todas as razões já aqui invocadas no debate da mesma. E continua a reforçar as suas razões, que estão bem patentes na informação dada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, ou seja, verifica-se sempre que aquela é uma zona de alto risco, mesmo que seja apenas para se proceder a uma limpeza em consequência dos desprendimentos de terras, conforme refere o ponto nº 1 da Proposta.

Efectivamente, tudo o que possa advir, daqui para o futuro em termos de consequências, será da responsabilidade de quem aprovou, se daí resultarem perigos para as populações.

Por todas estas razões e, sobretudo, pelo facto de aquela zona ser considerada de “alto risco”, conforme refere o Decreto Legislativo Regional aprovado, nós votámos contra esta proposta de alteração. E até porque, inclusivamente, estranhámos a posição de então, de alguns deputados agora independentes, mas que na altura faziam parte do PSD e que eram até contra todo este processo, prestando-se mesmo a dar algumas informações aos Deputados do PSD presentes na Comissão da altura.

Assim, o Partido Social Democrata, por todos estes motivos, votou contra esta proposta de alteração. Disse.

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pede a palavra para?

Deputado Renato Moura (Indep.): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou usar da palavra para fazer um protesto dado que, relativamente a honra e dignidade, eu tenho-as e de modo que não precisamos conversar sobre essa matéria.

E vou protestar em relação à insinuação feita pelo Sr. Deputado Gaspar da Silva, relativamente ao meu comportamento sobre este processo, na altura em que era membro do Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado, sobre esta matéria, forneci aos membros do PSD que se encontravam na Comissão, todos os elementos que lhes permitissem formular uma opinião sobre esta matéria. E sempre lhes disse que a minha opinião era que esta Proposta de Resolução não tinha razões para ser aprovada, naquilo que toca à plantação de criptomérias, na zona de “alto risco”, porque entendia que depois de haver um decreto legislativo regional que considerasse a zona de alto risco, não faria sentido que, por resolução, se incentivasse as pessoas a irem para aquele local. Foi isto que eu disse sempre à Comissão e que assumi, aqui, neste Plenário e na proposta de alteração que fiz. Esse aspecto obedece, como é óbvio, à mesma lógica que sempre obedeceu a minha posição nesta matéria.

Julgo que o Sr. Deputado Gaspar da Silva teria agido com maior dignidade nesta matéria, se tivesse dito apenas isto, porque é esta a realidade. Eu nunca disse que se houvesse pessoas prejudicadas noutros locais, as mesmas não deveriam ser beneficiadas. E a proposta que ora apresento, é a constatação duma realidade. Aliás, o ofício que os Srs.citam, só faria com que esta Assembleia aprovasse essa solução. De modo que, penso que há razões para protestar pelo facto de aqui terem sido trazidas insinuações na pretensão de justificar uma posição, obviamente injustificável por parte do Partido Social Democrata, e julgava que com a colaboração que dei aos membros do PSD na Comissão - na altura em que lá estava -, não mereceria agora que se devolvesse essa colaboração que foi dada com muito gosto, nos termos em que isso foi feito e com a insinuação que foi feita, e que não me parece digna de quem a proferiu, nem do Grupo Parlamentar em nome do qual ela foi proferida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para um contra-protesto.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome da minha bancada queria contraprotestar e para dizer que limitei-me a invocar as posições do Sr. Deputado Renato Moura, sobre a questão da rearboração - é verdade. Mas esta questão implicava a deslocação de pessoal e de máquinas para aquela zona como também o implica a própria

limpeza em consequência do desprendimento de terras previsto na própria proposta de alteração agora apresentada.

Se, por um lado, o Sr. Deputado Renato Moura era - na altura - contra a medida da rearborização, não se compreende que agora acabe por manifestar uma opinião que é contrária à primeira.

Portanto, limitei-me a invocar isso, por isso não há razões para o protesto do Sr. Deputado. Quando muito, há razão para o contraprotesto da nossa parte, pelas outras ilações políticas que ele continua - com a habilidade que lhe é peculiar - a trazer a esta Câmara, com o intuito de denegrir a imagem do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pede a palavra para?

Deputado Renato Moura (Indep.): Para protestar em relação ao que disse o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Presidente: Eu vou dar-lhe a palavra. No entanto, eu agradecia que fosse breve e que tivesse em conta estas questões do Regimento e dos protestos depois de declarações de voto, porque a integração regimental disto é um pouco mais complicada do que se fosse num debate normal.

De qualquer forma, e como dei a palavra primeiro para um protesto e depois para um contraprotesto, vou dar-lhe a palavra.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sou, efectivamente, obrigado a protestar, na medida em que no contraprotesto feito pelo Sr. Deputado Gaspar da Silva, volta-se a fazer uma afirmação que é falsa e que, como tal, precisa de ser protestada.

No ofício que mandei aos membros da Comissão, do qual tenho aqui, cópia que posso facultar a todos os Srs. Deputados, não disse que a Proposta do PCP não deve ser aprovada. O que aqui está dito é:

“Dando satisfação ao solicitado, junto remeto a V. Exa. um dossier sobre a Ponta da Fajã Grande, na Ilha das Flores, e que tem a ver com a Proposta de Resolução do PCP, entrada em 21 de Janeiro do corrente ano, o qual poderá obviamente ser facultado aos demais membros da Comissão”.

Depois tem uma relação de todos os documentos enviados. E termino dizendo “com os melhores cumprimentos” - mais nada!

No ofício não está dito que eu entendo que a proposta não deva ser aprovada. De modo que não é razoável que aqui se diga isto.

Assim sendo, e sobre esta matéria, encerro o assunto porque parece-me que não se deve perder mais tempo com um assunto de tão pequena monta.

O PSD ficará com a posição que tem, os demais ficarão com a posição que têm. A partir de agora a Resolução é desta Assembleia, quer o PSD queira, quer não.

Presidente: Seguidamente, passamos ao 2º ponto da nossa ordem de trabalhos, ou seja, à apreciação duma Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social, que recomenda ao Presidente do Governo Regional que exonere o Sr. Américo Natalino Viveiros, das funções de Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

“ Proposta de Resolução

É do conhecimento público que sobre o actual Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pende uma acusação formulada pelo Ministério Público de ter praticado o crime de falsificação de documentos quando desempenhava as funções de Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Trata-se de um processo judicial que envolve graves acusações a um membro do Governo, puníveis no Código Penal Português, por actos cometidos no exercício de funções governativas.

Efectivamente, o arguido, Américo Natalino Viveiros, de acordo com averiguações da Polícia Judiciária, constantes da acusação, ordenou a emissão de BRIS para importação de carne em nome



do Governo Regional para abate público local, quando era sabido pelo arguido que tal carne se destinava a empresas do continente, pois que tal volume de carne não era facilmente consumível na Região, espaço, por excelência, exportador daquele produto.

Tal carne importada em carcaça foi desmanchada no matadouro da Pró-Pico e remetida, em quartos, conjuntamente com carne de produção açoriana para o continente, após camuflagem da sua origem estrangeira, sendo o Secretário Regional acusado de conhecer tudo isto, e bem como a própria emissão de documentos higio-sanitários passados por funcionários da Secretaria Regional do Comércio e Indústria referindo que a carne era de animais dos Açores.

O arguido é ainda acusado de não desconhecer que a Junta Nacional de Produtos Pecuários, única entidade, à data, com legitimidade para realizar importações de carne com destino ao continente, previa naquela altura um excedente de produção nacional de carne de bovino.

Face ao conhecimento público, em outubro passado, do citado processo judicial, o arguido, actual Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, limitou-se a emitir um comunicado escrito em que não se pronuncia sobre os factos constantes da acusação, nem sequer os nega, antes se reserva para sede do processo judicial.

Não menos estranho e igualmente condenável foi o silêncio absoluto do Presidente do Governo Regional.

Perante uma tão grave acusação impunha-se um imediato esclarecimento público de toda esta complexa situação que envolveu o Governo, e a assunção das inerentes consequências políticas.

Independentemente do desfecho judicial do processo, que se encontra na esfera dos tribunais, e só a eles compete ajuizar definitivamente dos factos e das efectivas responsabilidades criminais do acusado, os poderes políticos não podem ficar insensíveis à circunstância de um político, no exercício de funções políticas e governativas, ser acusado, pelo próprio Ministério Público, do crime de falsificação de documentos, após investigação e por queixa da Polícia Judiciária. Face a acusações bem menos delicadas o ex-Secretário Regional do Trabalho do I Governo Regional e o anterior Secretário Regional da Economia deste IV Governo Regional foram exonerados dos seus cargos, este último apenas na sequência de uma denúncia parlamentar sobre eventuais irregularidades cometidas na administração de uma empresa com capitais públicos, ainda antes de exercer funções governativas.

Quando se pretende moralizar o exercício da acção política, e da própria Administração Pública, combater todas as formas de corrupção e prática de ilegalidades, em ordem à defesa dos superiores interesses do estado, da Região e dos cidadãos, impõe-se que o exemplo e o rigor venham dos principais responsáveis dos órgãos de Governo próprio da Região.

Como se lê no Programa do IV Governo, aprovado pela Assembleia Legislativa Regional” o prestígio da Administração depende muito da sua eficiência, mas ainda mais da ética escrupulosa dos seus servidores. Uma Administração prestigiada honra os que nela trabalham e honra também a Região”.

Se, compreensível e logicamente, funcionários e quadros superiores da Administração e Institutos são suspensos da sua actividade em resultado de inquéritos, inspecções ou queixas-crime, afigura-se política e moralmente insustentável manter em funções um membro do governo alvo de processo crime movido pelo Ministério Público, por actos cometidos no exercício das suas funções.

Finalmente, tendo presente que nem o membro do Governo arguido apresentou o seu pedido de exoneração do Governo Regional, nem o Presidente do Governo o exonerou das suas funções:

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, a Assembleia Legislativa Regional, órgão máximo representativo da vontade do povo dos Açores, face à acusação provisória de crime de falsificação de documentos movida pelo ministério Público ao arguido Américo Natalino Viveiros, actual Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, por actos praticados enquanto Secretário Regional do Comércio e Indústria do Governo Regional dos Açores e visando salvaguardar coerentemente os princípios ético-morais de que a sociedade açoriana e o seu povo são portadores, na linha de dignificação dos órgãos de Governo próprio da Região, resolve recomendar ao Presidente do

Governo Regional a imediata exoneração de Américo Natalino Viveiros das funções de Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas do Governo Regional dos Açores.”

Presidente: Está aberto o debate sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

As primeiras palavras e reflexões da Representação Parlamentar do PCP, no debate deste problema, são dedicadas a aspectos do Relatório que a Comissão de Política Geral sobre ele aprovou apenas com os votos favoráveis do PSD, e no qual são defendidos conceitos de trabalho parlamentar que não podem deixar de ter comentário.

A figura de resolução está prevista no Estatuto da Região que, explicitamente concede aos Deputados o direito de apresentar propostas de resolução.

Há casos em que a proposta de resolução visa explicitamente a consagração de alguma recomendação a entidades exteriores à Assembleia, em especial ao Governo Regional.

É certo que quando através de uma sua Resolução a Assembleia visa recomendar ao Governo qualquer recomendação ou orientação essa Resolução não é imperativa, mas não deixa de ter, uma vez aprovada, o peso e a importância política que lhe advém do facto de corresponder à opinião maioritária do órgão que, por ser eleito, representa o Povo da Região.

Assim é espantoso que os Deputados do PSD na Comissão de Política Geral se atrevam a dizer que uma proposta de Resolução que visa recomendar qualquer atitude ao Governo “se reverte de um carácter inócuo”.

O facto de o Regimento não estabelecer regras especiais ou próprias para a tramitação das propostas de Resolução apenas resulta de tais regras não serem eventualmente necessárias. Por outro lado quando é dito que a ALRA “não tem competência regimental para fazer cumprir, face ao Executivo, qualquer recomendação ou Resolução” tem que se ter presente que se está a dizer uma redundância, porque uma recomendação é sempre e apenas isso mesmo.

Dizer que a Proposta de Resolução não tem existência regimental é o mesmo que querer dizer que o direito estatutário de apresentar propostas de resolução vale menos que o Regimento, aprovado, aliás, pela Resolução nº 7/91/A, de 21 de Agosto. Aliás o artigo 163º do Regimento trata, em termos suficientes a tramitação das propostas de Resolução.

Por outro lado ainda, da leitura do relatório constata-se que o Sr. Presidente da Comissão entende que a proposta em apreciação é irrelevante, o que em si mesmo é muito respeitável, mas, no nosso entender, perfeitamente irrelevante, isso sim para o funcionamento da Assembleia e para a apreciação da matéria.

Os Deputados desta Assembleia, todos eles, têm o direito de apresentar propostas de resolução nas quais se façam recomendações ao Governo. Se por acaso, o Governo Regional entende que não deve ter em conta aquelas recomendações aprovadas, ou seja, aquelas que tiverem a maioria de votos na Assembleia, assume a responsabilidade política disso .

Não é nem aceitável, nem legítimo pretender-se que não haja resoluções propostas e aprovadas apenas para que o Governo não fique confrontado com o que esta Assembleia pensa sobre qualquer assunto.

Começa a haver sinais que o partido aqui maioritário em termos relativos, o PSD, tem vontade de, podendo, vir no futuro a condicionar o debate e a decisão política deste Órgão.

Contra esta tendência, bem presente no relatório que referi, há que alertar os Açorianos.

Senhor Presidente. Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo

A matéria que estamos a apreciar em termos políticos é das mais delicadas.

Está relacionada com uma questão que alertou a opinião pública, que prejudicou muita gente, que motivou vários momentos de debate nesta Assembleia, mas que nunca teve um esclarecimento completo sobre os seus desenvolvimentos - caso da Pró-Pico.

Bastaria a relação que há entre a acusação que pende contra o então Secretário do Comércio e Indústria e o caso da Pró-Pico para que o assunto devesse ter merecido um tratamento muito atento e esclarecedor.

Todos nós aqui desejaremos concerteza que seja feita justiça e que o agora acusado, se for inocente, que tal seja reconhecido e se for culpado que tal implique o seguimento que a lei preconiza.

Não estamos é perante um simples caso em que um cidadão se vê acusado judicialmente por qualquer eventual crime cometido.

Estamos sim perante uma situação em que um político, no exercício de funções governativas, é acusado pelo Ministério Público do crime de falsificação de documentos.

As notícias que sobre este caso apareceram na comunicação social vieram, embora com alguns anos de atraso, de encontro às suspeitas, às dúvidas e à convicção que era a de muita gente, de que vários episódios relacionados com a Pró-Pico teriam tido uma cobertura governamental muito pouco normal e apropriada às circunstâncias.

Muitos dos deputados e governantes que aqui estão são cidadãos com boa memória e recordam-se concerteza, que embora “à boca pequena” muito se falou, nessa época, que a importação de carne era abusiva e que se tinha destinado a misturar com outra produzida nos Açores e isto em favor da empresa Pró-Pico. Várias coisas se diziam sobre este assunto e que até à data ficaram por esclarecer.

É pelo menos estranho que o Sr. Presidente do Governo não tenha sentido necessidade de prestar qualquer esclarecimento sobre este assunto.

Não deixa de ter importância a referência feita na proposta do CDS sobre outros casos de membros do Governo que foram exonerados ou a quem foi solicitado que pedissem a exoneração por acusações bem menos fortes e bem menos objectivas.

O processo judicial que vimos referindo estará, ao que supomos, a correr a sua tramitação.

Cabe aos tribunais, e só a eles, tomar as decisões que se venham a revelar necessárias, mas cabe aos órgãos políticos institucionais fazer um juízo político sobre um processo que resulta da actividade governativa, e portanto política, do acusado.

Senhor Presidente Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Todo o caso que deu lugar a acusação agora pendente - o caso Pró-Pico nunca foi esclarecido, principalmente no que respeita ao nunca desmentido envolvimento governamental.

Considerando que nem após o surgimento desta acusação judicial o Presidente do Governo Regional se sentiu politicamente obrigado a esclarecer o envolvimento do Governo no caso;

Considerando que as suspeições e dúvidas sobre procedimentos político-administrativos crescem fortemente em função da nuvem de mistério que envolve o caso;

Considerando que o Sr. Secretário Regional Américo Viveiros, alvo de uma séria acusação, não sentiu qualquer necessidade, antes recusou, prestar algum esclarecimento que pudesse eventualmente salvaguardar a dimensão ética que os actos políticos têm que ter;

Considerando que situações anteriores de diversa natureza, mas eventualmente inferior importância, tiveram tratamento diferente no seio do Governo;

Considerando, fundamentalmente, que a dimensão ética da política não se compadece nem com silêncios inadequados, nem com a recusa em prestar esclarecimentos, nem com a criação e manutenção de um ambiente de suspeição não esclarecida;

A Representação Parlamentar do PCP entende que a proposta de Resolução do CDS, que estamos a apreciar, tem razão de ser pelo que lhe dará o seu apoio, salvo se durante este debate aparecerem dados que alterem o quadro de análise que referimos.

Disse.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral (PSD): É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, é para um esclarecimento muito rápido ao Sr. Deputado Paulo Valadão, concretamente quando faz referência ao Relatório da Comissão, afirmando que este dizia que as propostas eram inócuas. Não é assim. O que o Relatório refere, é que baseou-se no caso concreto desta Proposta de Resolução, e no entendimento do Estatuto, e não nas propostas de resolução, em geral, mas sim nesta proposta em particular.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou responder ao pseudo-esclarecimento do Sr. Deputado Jorge Cabral, na medida em que, na minha intervenção, precisei tudo aquilo que nós pensamos sobre a matéria.

Aliás, estranho o facto de o Sr. Deputado do PSD ter pedido a palavra para um assunto da Comissão e não para uma intervenção essencialmente sobre a questão em análise.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Oh! Pelo amor de Deus!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma intervenção.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social na Proposta de Resolução que nos ocupa trouxe ao conhecimento oficial desta Assembleia que “sobre o actual Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pende uma acusação formulada pelo Ministério Público de ter praticado o crime de falsificação de documentos, quando desempenhava as funções de Secretário Regional do Comércio e Indústria”.

Na altura em que um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta veio a Plenário, uma maioria formada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, entendeu que o assunto deveria baixar à Comissão para uma análise aprofundada.

Na prática, como do relatório se pode ver, a Comissão não efectuou qualquer diligência donde resultasse informação externa adicional à que já então era de possível conhecimento da Assembleia. Nem tão pouco o Partido Social Democrata foi capaz de convencer o Senhor Secretário Regional, ou o Senhor Presidente do Governo, a irem à Comissão. O Deputado Independente sempre pensou que assim aconteceria.

Na Comissão, o que de novo se ouviu - mas que também se poderia ter ouvido logo e directamente no Plenário - foi uma exposição do Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, que se tem de presumir nesta matéria especialmente qualificado.

Nessa exposição, o Deputado Victor Evaristo, que foi à Comissão em substituição de outro deputado, confirmou que existia o processo em Tribunal, e que ele nascia de uma participação em resultado de averiguação da Polícia Judiciária, certamente baseada em denúncia. Igualmente confirmou que a acusação do Ministério Público existia. O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD também apelou à Comissão no sentido de não aprovar a Proposta de Resolução do CDS, já que ele nunca permitiria - como Presidente do Grupo Parlamentar do PSD - que em relação a um deputado da oposição isto se fizesse.

Senhor Presidente Senhores Deputados:

Como é sabido, na altura em que este assunto veio a lume, na comunicação social, o Secretário Regional fez distribuir uma nota, do seu Gabinete, em que informava que como então Secretário Regional do Comércio e Indústria se limitara a cumprir uma decisão do Governo. O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, em reunião da Comissão de Política Geral, também confirmou esta situação.

Tudo visto e conjugado levaria a concluir que a responsabilidade não é do então Secretário Regional do Comércio e Indústria, ou pelo menos não é só dele, porque é de todo o Governo Regional. Significa isto que se pretende dizer que a haver crime, o então Secretário Regional do Comércio e Indústria seria o autor material, mas que outro é o autor moral.

Se um Secretário declara que uma questão é de todo o Governo e se quem representa o Governo é o seu Presidente, naturalmente que estando em causa todo o Governo, exigia-se, não só em termos de obrigação política de um órgão de Governo, mas em honra da ética e da moral, uma explicação imediata, muito clara e completamente documentada de todo o problema.

Não são conhecidas declarações explicativas do Presidente do Governo sobre esta matéria; e o Presidente do Governo de então é o mesmo do Governo de hoje!

Tal como na altura declarei publicamente, repito hoje que não obstante se ouvir os governantes darem tantas entrevistas, “neste caso o povo não teve o privilégio de ouvir explicação ao assunto, o que é, no mínimo, preocupante”. A preocupação mantém-se ainda hoje!

E porque a nomeação e exoneração dos membros do Governo tem a ver com a confiança do Presidente do Governo - e esta tem de ser devidamente fundada e com sentido de Estado - a proposta de resolução é a forma possível de esclarecer um assunto que justificadamente preocupou os Açorianos.

É isto que está em discussão não é a vontade, a capacidade de trabalho ou o mérito do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma intervenção.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução que estamos a apreciar, insere-se, como o ilustra uma já estabilizada prática parlamentar, no conjunto de poderes de iniciativas dos deputados garantidos por lei.

A menção que é feita à inexistência regimental da figura da “Resolução”, quer pela Comissão Parlamentar no seu relatório, quer pelo PSD na sua declaração de voto, não é nova, já foi feita pelo Presidente do Governo. Mas é tanto mais ridícula quanto o próprio Regimento em vigor se encontra aprovado através de duas Resoluções: a Resolução nº 7/91/A, de 21 de Agosto e a Resolução nº 4/91/A, de 11 de Julho. Há mesmo uma praxe que inutiliza qualquer dúvida.

Na sequência do processo a que se faz referência na Proposta de Resolução, em que o então Secretário Regional do Comércio e Indústria foi parte activa num caso aparentemente destinado a falsear circuitos comerciais e a iludir a legislação aplicável, os deputados proponentes pedem-nos que seja aprovada uma recomendação ao Presidente do Governo Regional para que proceda à imediata exoneração daquele titular, hoje Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

É óbvio que os autores desta proposta não elegeram como seu objectivo principal o cumprimento de uma recomendação, cuja aplicação está apenas associada à vontade dos seus destinatários e não à dos seus autores.

Toda esta questão, porém, mercê da sua evolução, alcançou outro valor político que me parece inexpugnável.

Quando esta pergunta aqui foi apresentada, em 27 de Janeiro passado, acompanhada de um requerimento que pedia a sua apreciação sob o regime de urgência e dispensa de exame em Comissão, o PS recusou-se, e bem, a considerar a sua votação imediata, sem que o principal visado pudesse, ele próprio, prestar explicações em sua defesa. Escolhemos para esse fim, a ambiência mais reservada e tranquila de uma Comissão Parlamentar, que por despacho do Presidente da Assembleia coube à Comissão Permanente de Política Geral.

Fizémo-lo por muitas razões, entre as quais, a de evitar o imediatismo e a tentação da vocação sensacionalista da proposta do CDS transmitindo ao debate, ou procurando que isso viesse a acontecer, mais ponderação, menos folclore, mais responsabilidade e menos impolítica: quisemos julgar desde logo esta proposta de resolução na sua vertente mais política: ou seja, um membro do Governo comete nessa qualidade determinados actos e deve, por isso, dar explicações a quem, nessa qualidade o avalia, que é a Assembleia Legislativa Regional, nos termos da alínea a), do nº 1 do artigo 32º da Lei 9/87 de 26 de Março, sem prejuízo do que, a outro título, se estatui no artigo 50º do diploma citado.

Não há qualquer imperativo legal para clausura a que se obrigou o Sr. Secretário. Ele não está a cumprir uma obrigação sua ao recusar-se a comparecer na Comissão Parlamentar para que foi convocado para esclarecer este caso. Ele está a sonegar uma competência de outrém.

Independentemente do despacho judicial, o político deve ser avaliado nas circunstâncias e nos actos que reportam ao seu estatuto de titular de um cargo fiscalizado constitucionalmente e em permanência por esta Assembleia. Por essa razão, não se tratava de uma “inquirição jornalística” contra o inefável “segredo de justiça”, trata-se de uma fiscalização parlamentar à margem das formalidades da preservação daquele segredo.

O PSD não pode fazer confundir duas coisas diferentes.

Não entendeu, nem entende assim o Deputado Victor Evaristo, que, na Comissão Parlamentar como aqui foi advogado officioso do Secretário nomeado pelo PSD.

Consciente de que nada vale o sacrifício galhardo numa causa perdida, aquele Sr. Deputado levou-nos numa viagem pela opacidade de uma floresta de explicações, que pretendiam chamar pelas boas intenções de um Secretário para invocar o perdão da irregularidade dos seus actos.

Já o disse anteriormente e repito: para quem não é, nem advogado, nem Deputado, Natalino Viveiros está demasiado tempo nos Tribunais e nas Comissões Parlamentares de Inquérito.

É já mais uma nódoa no já preocupante cadastro do Governo, uma nódoa de que o Governo também não se quer livrar.

Pelos vistos e pelo que vi, já nem no PSD há quem jure que o Secretário é impoluto: já só há quem para ele reclame a simpatia popular que se nutria por Alves dos Reis ou por os mais fiéis por Robin dos Bosques.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Escusamo-nos de repetir o conteúdo introdutório da proposta do CDS. esse conteúdo não foi contraditado.

Se há uma visão unilateral sobre este problema específico, a culpa só pode ser atribuída ao presumível falsificador.

O Sr. Secretário recusou-se a comparecer, como já dissemos, na Comissão desta Assembleia, tal como hoje virou de novo as costas a este debate. Ele revelou com isso temor perante os resultados do esclarecimento político que a situação e as acusações presentes exigiam e exterioriza desrespeito e desprezo pelas funções reservadas por lei à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Trata-se, todavia, de uma atitude que assume uma significação mais vasta e caracteriza o actual momento político regional, como já foi hoje justamente salientado.

Efectivamente, a prática política intra-institucional em geral demonstra que, tendencialmente, os governos governam para iludir os parlamentos e estes actuam para condicionar os governos.

Ao longo de quase quinze anos nos Açores, os deputados integrados no Grupo Parlamentar do PSD menosprezaram, à margem da opinião multipartidária do Parlamento, os aspectos nucleares e mais eficazes da capacidade legislativa e fizeram sempre ruir quaisquer veleidades na eficácia da sua função fiscalizadora.

Agora, depois da mudança de atitude de um deputado que fez flectir o comportamento da Assembleia gerando em certos casos a existência de uma “maioria fiscalizadora” o Governo Regional passou a optar por uma espécie de “corte de relações” com o Parlamento, reduzindo ao mínimo - e, às vezes a níveis de indigência intelectual - a sua presença nos debates parlamentares, recusando a prestação de informação e documentos aos deputados, não comparecendo às convocatórias das Comissões, fazendo os seus deputados se auto excluírem...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: ...da execução de deliberações parlamentares e cultivando em geral uma atitude de claro distanciamento face a qualquer debate político que aqui tenha lugar.

O Comportamento do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas neste caso insere-se bem neste quadro, que tipifica o estado de relações intitucionais existentes.

Não se trata de um qualquer membro do governo - é um proeminentíssimo influente do partido do Governo.

A questão, porém, não fica por aqui, sobretudo quanto à má vontade crescente com que o PSD olha as competências parlamentares. A declaração de voto do deputado advogado de defesa de Natalino Viveiros chega mesmo a pôr em causa, pela segunda vez em pouco tempo, a conduta do actual Presidente da Assembleia Regional, por ter aceite à discussão a Proposta de Resolução do CDS, que na óptica do PSD não tinha cabimento regimental. O ódio indisfarçável ao Parlamento já nem poupa o Presidente da Assembleia, que é aqui diariamente admoestado pelo presidente do Grupo Parlamentar do PSD e por alguns dos seus deputados.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voltemos ao momento de partida deste debate, para em síntese, justificarmos o nosso sentido de voto.

Desde logo duvidemos da utilidade desta Proposta do CDS quanto aos seus aspectos literais, e, se, nesta fase, só eles pesassem, talvez nem a votássemos favoravelmente.

Porém, o desenvolvimento político que ela teve, após a sua baixa à Comissão, desde a afronta à Assembleia e até ao temor revelado pela verdade, permite que, no estrito entendimento que aqui e na Comissão revelámos, o Partido Socialista sinalize o seu descontentamento através do voto favorável perante uma proposta que acabou por revelar importantes virtualidades políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É claro que Mota Amaral não matará a “galinha de ovos de ouro” por mais pecaminosa que ela seja.

(Risos do PS)

Como o Presidente do Governo sempre julgou ser o “porteiro do céu”, sempre deu guarida aos pecadores que lhe interessam.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e CDS)

Presidente: Para participar no debate, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Meireles. antes, porém, gostaria de significar que não me sinto admoestado por nenhum dos Srs. Deputados. Todos os Deputados desta Casa têm a liberdade de tecer, sobre o Presidente da Mesa, as considerações que entenderem mais adequadas e este, a possibilidade de se defender, sempre que estas são menos justificadas e que tem pelo seu ponto de vista.

Nesta conformidade, e após este esclarecimento, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Srs. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendeu o Grupo Parlamentar do CDS fazer apresentar, neste Parlamento, a Proposta de Resolução que recomenda ao Governo a exoneração do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Queremos que fique previamente bem vincado que nada nos move contra a pessoa e cidadão Sr. Américo Natalino de Viveiros, mas cumprimos, com esta iniciativa, o dever indeclinável de fiscalização dos actos políticos daqueles que aceitaram servir a colectividade.

E quem aceitar tal desafio deve exercê-lo dentro do espírito de servir e não de servir-se.

E é por isso mesmo que, nos regimes democráticos ortodoxos as sindicâncias aos homens públicos são constantes e prática comum, quer exercidas ao nível institucional, quer ainda facilitadas à opinião pública responsabilmente.

No tempo da democracia heróica, que Sócrates descreve na República de Platão, diz-se que o exercício do poder deveria recair nos mais capazes e nos mais honestos e a grande dificuldade encontrada era a de convencer essas pessoas a governar, pela simples razão de que essas normalmente não o desejam, porque desprezando a riqueza, temem ser apodados de mercenários, exigindo abertamente o salário do seu cargo, temem ainda ser considerados (e cito textualmente) de “ladrões”, por tirarem vantagem da sua posição e desprezam ainda as honrarias porque as não estimam.

“Força é pois, - continuo a citar, - sejam constrangidos e castigados, se se pretende que eles consintam em governar; de onde vem que se arrisca a ser considerado uma vergonha ir voluntariamente para o poder, sem aguardar a necessidade de tal passo. Ora o maior dos castigos é ser governado por quem é pior do que nós, se não quisermos governar nós mesmos”.

E concluía esse gigante do pensamento que percorria as ruas de Atenas rodeado de juventude, envolto numa modestíssima capa, que, se houvesse um estado de homens de bem, arriscar-nos-íamos a que houvesse competições para o não governar, como agora o há para alcançar o poder e tornar-se-ia então evidente que o “verdadeiro chefe não nasceu para velar pela sua conveniência, mas pela dos seus súbditos”.

Mas este era o estado democrático da época heróica duma Grécia experimentada politicamente na monarquia, na aristocracia, na ditadura e no viver em democracia, cuja pureza o grande filósofo se esforçava por manter e legar às gerações futuras, como educador que era.

Sr. Presidente, Srs.. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas o mundo evoluiu e após séculos de convulsões, de atropelos às liberdades fundamentais da pessoa humana é precioso equacionarmos se a democracia açoriana estagnou no idealismo da renascença dos principados orientados pela filosofia política de Nicolau Maquiavel ou se trilhamos os pontos de vista da democracia moral que se perfila já em muitas repúblicas do mundo em que vivemos.

É que este tipo de regime democrático assenta, entre outros princípios, na regra de ouro de que, quem governa deve reflectir, no seu comportamento diário, a conduta moral e ética assente nos usos e costumes dos governados, isto é, não pode exhibir, comportamentos que ofendem normas gerais, comumente aceites como boas pela sociedade civil.

E por terem desrespeitado tal princípio, muitos ministros têm sido demitidos ou exonerados, muitos Presidentes da República têm abandonado o exercício do poder.

É que os princípios Socráticos sobre o perfil dos governantes, não morreram nem morrerão jamais.

Os governantes devem ser os exemplares superlativos das virtudes do povo que governam, que neles se querem retratar. Homens de bem lhes chamava Sócrates.

E causa-nos justificada suspeição que o Governo, mormente o Presidente do Governo Regional, continue a manter a sua confiança política a um membro cujo nome está envolvido em processo-crime num dos tribunais desta Região. E apesar da denúncia pública, aliás confirmada pelo Sr. Secretário, continue a mantê-lo no cargo como se de nada se tratasse.

Este comportamento é inadmissível, politicamente reprovável e insustentável. De resto contraria até anteriores atitudes do Presidente do Governo Regional perante situações semelhantes. O que é que se passa realmente?

Perante o silêncio e inação do Sr. Presidente do Governo, todas as ilações a retirar são possíveis e legítimas, desde a cumplicidade no acto, à falta de ética política do seu Governo consentida.

Mas o que de mais espantoso se verifica, nesta triste página da democracia, nos Açores, é que tendo a Comissão Parlamentar de Política Geral convocado o Senhor Secretário para prestar declarações, Sua Excelência se tenha recusado a fazê-lo.

Com esta atitude incorreu num afrontamento grave ao mais alto órgão de governo próprio da Região, bem como demonstrou a nosso ver, o pouco respeito e consideração que lhe merece esta Assembleia bem como um certo temor em responder às perguntas dos deputados cuja legitimidade se circunscreve, como é óbvio, ao julgamento político, jamais à esfera dos tribunais cujo segredo de justiça defendemos.

Mas a permanência em funções governativas do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas constitui também uma afronta ao Povo dos Açores que quer ver as suas virtudes retratadas nos seus governantes. E convenhamos que a pendência dum processo-crime de falsificação de documentos sobre um membro do Governo, levantado pelo Ministério Público, não constitui referência que dignifique quem quer que seja. É este o entendimento do Povo.

Esta ânsia de governar a qualquer preço, este apego de ventosa à cadeira do poder, é bem a expressão, na lógica socrática, da necessidade imperiosa das exoneração do Sr. Secretário até que o Tribunal declare a sentença da sua inocência ou da sua culpa.

Estamos certos de que o Governo assim o entenderá, já que tarde é o que nunca chega. Esta proposta deveria merecer a unanimidade desta Casa como pessoa de bem para que o Governo se penitencie, nesta quaresma, política, do pecado por omissão que já cometeu.



(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos, felizmente, um Estado de direito, nítida delimitação dos poderes, consagrados constitucionalmente (e isso parece custar a alguns). O caso em apreço é, sob o nosso ponto de vista, um caso típico do foro judicial. Mas se não fosse a forte impressão (e isto é sério e delicado) que temos, de estarmos perante um caso de perseguição política, talvez o enquadramento que faremos não tivesse razão de ser. E essa forte impressão que temos de se tratar dum caso de perseguição política, não podia deixar de ter, na sua origem, a “marca” do CDS. O que nos espanta, Srs. Deputados, é que outros partidos, com tradição democrática, se tenham associado a essa “rasteira” que lhes passaram.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Os Parlamentos, em Democracia, sempre foram os espaços privilegiados no que concerne ao debate das ideias e à discussão dos grandes objectivos políticos que devem presidir à governação.

Todos nós quando para aqui viemos, pensámos, não estávamos para qualquer outra missão, pelo menos em princípio. Mais ainda, lá fora o que os açorianos esperam é que aqui se proceda a um trabalho digno, e sério produtivo que corresponda não só à dignidade e ao significado desta instituição como às expectativas geradas em torno das respostas que de nós justamente espera pelo voto que também em nós confiou.

Porém, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há que ter a coragem de reconhecer que hoje nos Açores tais objectivos, expectativas e mesmo o prestígio desta instituição estão profundamente abalados.

Primeiro, pela alteração verificada com a constituição de uma nova maioria em condições de legitimidade democrática duvidosa dado que, imediatamente frustrou e desviou o eleitorado da sua consciente e original intencionalidade de voto.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois, porque o bloco oposicionista subitamente constituído e que une forças de natureza contrária em termos de projectos políticos para a sociedade, surpreendentemente se entendeu. Ora, é aqui que, quanto a nós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, reside o busílis de toda esta nova conjuntura.

E que, se surpreendentemente se entenderam, não foi no entanto com o fim - que lhes seria aliás legítimo - de accionarem os mecanismos necessários para derrube deste Governo que segundo eles não serve interesses dos açorianos.

E, podiam tê-lo feito mas, numa atitude politicamente duvidosa preferiram outros métodos e outra conduta política.

Ora é precisamente esta que pretendemos aqui denunciar, a propósito desta resolução que recomenda ao governo a exoneração de um dos seus membros.

Trata-se efectivamente de uma atitude que de forma perfeita, traduz e tipifica o comportamento e a estratégia desta maioria palaciana.

Ou seja, ao fim e ao cabo o que se pretendeu e pretende é, nem mais nem menos, que a utilização deste espaço para ganhar o máximo tempo útil possível para, transformando-o numa autêntica casa comicieira, fazer passar para a opinião pública aquilo que na vida quotidiana dos seus partidos e pela ausência de uma influência na sociedade e poder interventivo nas grandes questões regionais, estão completamente incapacitados.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assim, se já se sabia é hoje e ainda mais evidente que nas urnas o fracasso seria como será em Outubro próximo total, torna-se não obstante necessário continuar a utilizar esta Assembleia para uma autêntica e irresponsável campanha eleitoral na mira do arrebanhamento de mais alguns votos

nem que para tal se tivesse de sacrificar e desvirtuar o prestígio deste primeiro órgão de governo próprio.

Mas o “tiro”, como se costuma dizer, “saiu-vos pela culatra” Srs. Deputados!

Ou será por mero acaso que é precisamente num período em que o Governo apresenta as mais diversas e notáveis realizações de forte impacto na vida dos açorianos um pouco por todas as ilhas, que aparece esta lastimável pretensão de correr com um homem do Governo Regional?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Não é por acaso, não, Senhores Deputados.

Pretende-se outrossim e mais uma vez desvalorizar, humilhar, achincalhar pessoas e levantar sobre elas suspeitas que toda a gente sabe só aos tribunais compete averiguar.

Independentemente da nossa solidariedade para com este membro do Governo ficam V. Exas. a saber que aguardaremos e respeitaremos a decisão dos tribunais e apenas destes. Até lá ele é apenas um de entre os membros do Governo que dá provas públicas de empenhamento na causa do progresso social dos Açores através das múltiplas e patentes iniciativas do departamento pelo qual é responsável.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento e formular um voto de protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O esclarecimento vai dirigido aos Srs. Deputados Carlos César e Renato Moura, exclusivamente, porque invocaram aqui o meu nome. E para que estas coisas não fiquem no escuro - coisa que parece ser muito do agrado de certas forças aqui representadas nesta sala - eu devo dizer que estando a representar um colega de bancada na Comissão onde esta proposta estava em discussão, e tendo tido conhecimento de que o Sr. Secretário teria invocado como fundamento para não ter sido ouvido na mesma, uma certa reserva que se prenderia com o segredo de justiça e que, portanto, entenderia ele, que seria prematuro prestar esclarecimentos que, obviamente constariam no processo que estava a correr em tribunal, e entendeu também - na minha opinião entendeu bem - ter feito este a ressalva de não ter ido à Comissão, embora tivesse informado o Sr. Presidente da mesma, quais eram as razões por que não ia lá.

Portanto, e contrariamente ao que aqui foi dito, o Sr. Secretário Regional não praticou qualquer acto de desrespeito para com a Comissão, nem qualquer acto de recusa em relação à sua não comparência na mesma.

Ele informou quais as razões que se prendiam com o processo decorrente em tribunal e que todos os factos que lhe pudessem ser perguntados, ele reservar-se-ia o direito de não responder exactamente por isso.

Eu, tendo tido conhecimento disso e conhecendo alguns factos embora não tivesse qualquer ligação com o processo, nem como advogado, nem sequer como advogado officioso - Sr. Deputado Carlos César - limitei-me a dar alguns esclarecimentos em conversa na Comissão, até porque sempre entendi que o Partido Socialista reservaria a sua posição de voto, pelo conhecimento maior ou menor que tivesse destas questões.

Portanto a minha intenção foi, tão somente, dar alguns esclarecimentos que facultassem aos Deputados membros dessa Comissão, um melhor conhecimento da realidade que estava a decorrer no processo judicial. Foi só com esta intenção, com mais nenhuma.

Portanto, Srs. Deputados Carlos César e Renato Moura, eu não tive qualquer motivo especulativo, nem tive intenção de defender, na Comissão, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas que, obviamente, se estará a defender nos meios e em sede próprios.

Foi feita aqui uma afirmação posta na minha boca que eu queria deixar bem clarificada.

Foi dito que eu, como Presidente do Grupo Parlamentar desta bancada, não “permitiria” (acho que foi assim que eu ouvi) que em relação a qualquer outro Sr. Deputado que se encontrasse nas mesmas condições em que agora se encontraria o Sr. Secretário Regional, que o mesmo tomasse qualquer posição antes de se saber o resultado do processo em tribunal.

O que eu disse e repito, foi que a situação de se tomar uma posição de juízo, ainda que político, sobre uma matéria, a qual apenas se encontrava em fase de acusação simples do Ministério Público, acusação essa que sofreu imediatamente um requerimento de instrução contraditória, ou seja, todo o processo volta à averiguação inicial, o que eu disse foi que me parecia que figuras políticas com representação nesta Casa - sendo ela o primeiro órgão político - deveriam ponderar bem (mesmo a emissão dum juízo político) uma vez que o processo corria num outro órgão de soberania, porque poder-se-ia correr o risco de, dias depois, o arguido - neste caso o Sr. Américo Natalino Viveiros - ficar ilibado e assim, nós ficaríamos (desculpem o termo) “dependurados” na emissão dum juízo político que afinal se tinha concluído que não havia razão para emitir. Foi isto que eu disse.

Neste momento, rematei com o seguinte:

Se em vez do arguido em questão, estivesse um Sr. Deputado da oposição, eu recomendaria (o que é diferente de “proibiria” como aqui foi dito) aos Srs. Deputados da minha bancada que ponderassem muito bem, sobre se se deveria pronunciar qualquer juízo político que do qual nos poderíamos “arrepender”. E eu digo arrepender, porque entendo que o arrependimento é algo que só existe em quem tem capacidade para o ter. Ora, quem não tem capacidade para sofrer qualquer arrependimento por algum acto que pratique, embora político, obviamente que nem sequer pensa nestas coisas.

Por outro lado, houve aqui uma certa confusão, isto é, falou-se em autores morais e autores materiais. Eu devo dizer que eu fui alheio, completamente, a essas questões que aliás eu não confundo e que nem sequer sei porque é que foram aqui chamadas.

Por outro lado, o que se verifica neste caso, é que mais uma vez, utilizando a figura dum Secretário Regional - tal como o processo ZOFRAM que desde a demissão do Secretário em questão a algazarra parou e toda a gente se calou e nunca mais se disse nada - fica-se com a ideia clara de que a oposição vive obcecada pela figura do Sr. Presidente do Governo, e não pela figura dos diversos Secretários. Ou seja, aproveita-se qualquer circunstância de um Secretário se encontrar envolvido (como qualquer cidadão deste País) num processo judicial - sem que tenha qualquer razão para ser acusado ou muito menos condenado - e também porque se quer perseguir a figura do Presidente do Governo, e perante isto, qualquer coisa serve para atingir essa figura.

Para terminar eu queria formular um breve voto de protesto.

V. Exa. , Sr. Presidente, já teve o cuidado de dizer que tem a ombridade e a dignidade suficiente, para não permitir que alguém o admoeste.

Eu só queria dizer que eu, na qualidade de Presidente deste Grupo Parlamentar ou qualquer Deputado da minha bancada, se permitiu sequer - até pelo grau de consideração e de muita amizade que lhe temos - fazer qualquer admoestação a V. Exa. Daí o meu vivo protesto em relação ao que foi aqui dito sobre esta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para prestar esclarecimentos.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata terei de dizer que tive o cuidado de tomar nota daquilo que V. Exa. disse na Comissão. E percebo que o que terá feito falta, como pessoa de muita palavra que é, foi não ter tomado nota daquilo que ia dizer, para que não dissesse aquilo que, eventualmente não queria.

Todavia, o que o Sr. Deputado disse na Comissão foi exactamente aquilo que eu hoje aqui reproduzi. E tenho aqui na minha frente estas notas, como tenho outras, porque não disse tudo o que o Sr.

Deputado lá referiu, mas ainda posso acrescentar mais coisas. Podia dizer, por exemplo, que o Sr. Deputado tinha dito que não lhe perguntassem para saber como é que conhecia este processo etc..

Mas voltando ao assunto em questão, o que o Sr. Deputado disse foi que, como Presidente do Grupo Parlamentar, não permitiria nunca que em relação a um deputado da oposição isto se fizesse. Aliás, na sequência dessa mesma declaração, tive ocasião de chamar a atenção a um colega seu de bancada, de que essa afirmação era susceptível de gerar imensa polémica, se eu tivesse considerado que isso interessaria, de alguma forma, aos trabalhos em desenvolvimento na Comissão em causa.

Todavia, nessa altura entendi que essa referência não era necessária; hoje entendi que, em Plenário, era necessária.

Tenho de deixar também registado como esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Victor Evaristo, que ele ouviu-me falar de autor moral sem eu ter falado no Presidente do Governo. No entanto, assim que ele ouviu falar disso associou logo ao Presidente do Governo.

Eu gostaria de dizer que essa associação é da sua responsabilidade. Mas, efectivamente, talvez ajude a clarificar os nossos espíritos sobre este assunto.

Finalmente gostaria de dizer, que se tem falado do “segredo de justiça” como se se pedisse a ida à Comissão, dum funcionário do tribunal que não podia revelar de que é que se tratava o processo.

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas não ia à Comissão na qualidade de funcionário do tribunal. De modo que, ele ia prestar informações a uma Comissão da Assembleia Legislativa Regional, na sua qualidade de membro do Governo. De modo que o segredo de justiça não tem aqui qualquer cabimento e queria prestar este esclarecimento quer me parece importante.

De momento, ficaria por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma segunda intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não podíamos deixar passar em claro a intervenção do Sr. Deputado Luís Bastos que demonstrou, no âmbito desta Assembleia, quem é que se preocupa em trazer aqui as questões político-eleitorais que ultimamente têm caracterizado a maior parte das intervenções da sua bancada, talvez por falta de argumentação, noutros casos para se introduzir nos próprios debates, como foi o caso da sua intervenção.

Devo dizer que foi uma intervenção em jeito de declaração política e que bem pouco acrescentou ao que aqui nos traz. Mas referiu, até, que se tratava dum caso de perseguição política. Se me permite, Sr. Deputado, dir-lhe-ei que não é característica, nem é sensato, sequer, admitir que o modesto Grupo Parlamentar do CDS enverede por esses caminhos. Nessa matéria, terá que reconhecer que questões de perseguição política assentam muito bem na maioria que suporta o Governo - que suportou até agora - e que a tem caracterizado em alguns aspectos das suas actuações.

Quanto ao envolvimento do prestígio desta Assembleia, relativamente a questões como esta que o CDS aqui trouxe, e relacionando-o com o novo quadro e xadrez político - é sempre bom lembrar - e o reconhecimento geral que existe, felizmente, desde 29 de Maio do ano passado, esta Assembleia ganhou outra dinâmica, ganhou outra dignidade e tem possibilitado, de facto, a dinamização do Parlamento dos Açores, depois de 15 anos de monótona maioria parlamentar do PSD que governamentalizou, de forma chocante, esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do CDS trouxe a esta Assembleia Legislativa Regional, uma importante e polémica situação que envolve um membro do Governo Regional alvo de graves acusações.

Aliás a matéria que está na base do processo formulado pelo Ministério Público de acusação de prática de crime de falsificação de documentos pelo actual Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas quando desempenhava as funções de Secretário Regional do Comércio e Indústria foi uma questão amplamente debatida, na altura, neste Plenário da Assembleia Legislativa Regional. Estava então em causa a obscura política do Secretário Regional do Comércio e Indústria e do próprio Governo Regional em relação a um sector e a uma empresa cuja falência acarretou gravíssimos problemas económicos e sociais à Ilha do Pico e que hoje ainda não se encontram minimamente

solucionados, apesar dos compromissos então assumidos por algumas entidades públicas e governativas.

Só que, também, na altura, os membros do Governo envolvidos sonegaram importantes informações ao Parlamento, indispensáveis a uma melhor e mais profunda avaliação do inquestionável grau de responsabilidade governamental no escandaloso processo que originou a falência da Pró-Pico.

O conhecimento público do processo instaurado a Américo Natalino Viveiros, como membro do Governo Regional, trouxe à luz factos e procedimentos que desde logo evidenciam a prática de actos e acções políticos e economicamente condenáveis, por parte da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, bem como lesivas dos interesses regionais e nacionais.

Sr. Presidente, Srs.. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não foi, não é, nem será intenção do Grupo Parlamentar do CDS levar esta Assembleia Legislativa Regional a intrometer-se na esfera própria dos tribunais. Respeitamos escrupulosamente a independência daqueles órgãos. Aliás o sentido de responsabilidade desta Assembleia jamais permitiria que quem quer que fosse arrastasse este órgão de Governo próprio da Região para tal procedimento.

Ao Tribunal o que é dos Tribunais e só a eles compete ajuizar definitivamente dos factos e das efectivas responsabilidades criminais do acusado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante referir aqui formalmente que nada move o Grupo Parlamentar do CDS contra a pessoa do actual Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas. Só que os poderes políticos não podem ficar insensíveis à circunstância de um político, no exercício de funções políticas e governativas, ser acusado, pelo próprio Ministério Público do crime de falsificação de documentos, após investigação e por queixa da Polícia Judiciária. Não se trata de um cidadão qualquer nem de uma queixa qualquer. A este propósito, importa esclarecer aqui que a perspectiva apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, que só após o conhecimento definitivo do processo, e até eventual julgamento, é que haveria lugar para que o visado respondesse, politicamente, perante esta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Colocam mesmo os Srs. a própria hipótese de numa eventual condenação - e aqui eu quero que me expliquem - como é que uma Comissão da Assembleia poderia ouvir o visado?!

Será que passa pela cabeça do Grupo Parlamentar do PSD levar a Assembleia e a Comissão da Assembleia, ao local próprio destinado aos condenados?!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: É legítimo levar esse raciocínio, por absurdo que pareça, a todas as suas consequências, porque os Srs. põem aqui questões absurdas! E as questões absurdas tratam-se com hipóteses absurdas!

De resto, tal como já aconteceu a nível nacional e é prática corrente nas democracias ocidentais mais evoluídas, a figura de titulares de cargos políticos deve estar acima de qualquer suspeita e reunir uma imaculada postura e inquestionável imagem de integridade e isenção.

Ora, não se afigura aceitável que perante um processo crime com as características do que foi movido ao membro do Governo Regional em apreço não tenha havido uma reacção política pública do Presidente do Governo Regional dos Açores.

O seu silêncio além de condenável é estranho porque indicia uma incompreensível cobertura a toda a complexa situação denunciada, em vez da assumpção das inerentes consequências políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é nada estranho que se envolva a cobertura do Presidente do Governo Regional ao dito membro do Governo. Já aqui foi dito por um ou mais Srs. Deputados: basta ter conhecimento e ler o comunicado emitido pelo Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas para ver que é o próprio que no 1º parágrafo da sua defesa avança que e cito: “A importação foi deliberada pelo Conselho do Governo, em 26 de Janeiro de 1983 e executada pelo então Secretário Regional do Comércio e

Indústria, como lhe competia dentro das suas funções”. É o próprio Secretário Regional, alvo do processo crime em apreço, que remete a responsabilidade para o Conselho do Governo Regional, logo invoca o seu Presidente. Pela nossa parte, não fomos nós que introduzimos a temática.

Entendeu a maioria dos Deputados desta Assembleia fazer baixar a Proposta de Resolução em apreço à correspondente Comissão Parlamentar com vista à audição do visado. Paradoxalmente, o actual Secretário regional da Habitação e Obras Públicas recusou-se a comparecer aos trabalhos da Comissão, o que constitui mais um caso inédito e inadmissível nesta galopante postura governamental de desrespeito para com o órgão de Governo próprio mais representativo do Povo dos Açores.

Mas o curioso é que este próprio Secretário Regional não teve qualquer pejo em prestar declarações a jornalistas desta Região, tendo mesmo apresentado um comunicado. Veja-se a diferença de postura e de respeito do Sr. Secretário Regional, entre o comportamento que tem em não colaborar com a Comissão da Assembleia e prestar esclarecimento aos órgãos de comunicação social.

Queremos aqui deixar claro, mais uma vez, que a presente Resolução se fundamenta na salvaguarda coerente dos princípios ético-morais de que a sociedade açoriana e o seu povo são portadores.

Agora, o que é inquestionável é que recai sobre o visado uma suspeita, e se é verdade que como homem está inocente, até prova do contrário, sob o ponto de vista político o tratamento que decorre da formulação da acusação, embora provisória, é bem diferente.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Luís Bastos pede a palavra com que finalidade?

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Serei muito breve, até porque consideramos que o assunto está esclarecido e damo-lo por encerrado. E não vamos embarcar nesta “trapaça” do CDS e dos restantes partidos da oposição, na medida em que querem fazer arrastar a Secretaria das Obras Públicas, lançar fumos de corrupção, lançar suspeitas sobre tudo e todos, fazendo a sua campanha, como é habitual, para que a comunicação social, mais logo, diga que hoje só se falou de suspeitas sobre esta ou aquela pessoa.

Portanto não vamos embarcar nisso. Já está mais que esclarecido que a questão é do foro social e está a ser tratada como deve ser. E nós aguardaremos, serenamente, o resultado.

Eu gostaria ainda de dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que eu não disse que se tratava dum caso de perseguição política. O que eu disse foi que tinha suspeitas e a forte impressão de que isso existia. Acho que estou no meu direito de pensar que se trata dum acto de perseguição política, tal como o Sr. Deputado também tem o direito de levantar suspeitas sobre outras coisas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pediu a palavra para que efeito?

Deputado Renato Moura (Indep.): É para uma intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começaria por tranquilizar o Sr. Deputado José Maria Bairos, porque não vou ler todo o Código Penal, mas apenas a parte necessária para esclarecer em alguns pontos o Sr. Deputado Victor Evaristo. E para dizer-lhe o seguinte:

Diz o artigo 70º do Código Penal, que eu presumia que o Sr. Deputado havia de conhecer, que “têm obrigação de guardar segredo de justiça os magistrados que dirijam a instrução e os funcionários que nela participem”.

Isto serve para dizer que eu tinha razão - e agora há fundamento no próprio Código Penal - quando disse que, afinal, o arguido naquele processo não estava impedido de ter ido à Comissão, por via do segredo de justiça, e de prestar as declarações que entendesse. Isto é só para que não se misture...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Administração interna).

O Orador: O Sr. Secretário não me diga que sobre esta matéria também estava como o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Não estava não!

O Orador: É que, também é qualificado!

(Risos das bancadas do PS, CDS e PCP)

É que se começamos a encontrar muitos nessas condições, começa a ser mais grave!

Já agora, e para completar, gostaria de dizer que em relação ao que foi dito sobre o processo começar todo de novo, porque teve lugar a instrução contraditória, isso não é correcto. E como o Sr. Deputado Victor Evaristo também devia saber e segundo o Código Penal “a instrução contraditória serve apenas para esclarecer e completar a prova indiciária da acusação” - este é o 327º do Código Penal.

Deste modo julgo que as coisas ficam agora mais esclarecidas e serve para nos centrarmos no objecto do que deveria ser a nossa discussão acerca destas matérias.

Eu ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Luís Bastos. Mas não poderei deixar de referir neste debate que me pareceu que essa, sim, abordou temas que, positivamente, nada têm a ver - embora possam ser importantes - com o objecto da discussão que hoje aqui se fez.

O que o Sr. Deputado tentou, foi desviar as atenções desta Câmara, lateralmente para outros assuntos, que, reputo, possam ser importantes e para os quais estarei pronto em qualquer circunstância em que o Sr. Deputado resolva trazê-los ao Plenário nos períodos adequados. Só que nesta circunstância, não era isso que estava em discussão e, daí, o facto de não me pronunciar sobre eles, uma vez que esses assuntos em nada interessam ao que hoje se discute aqui nesta Casa.

E também sobre esta matéria não penso intervir mais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

É apenas para um brevíssimo e indispensável protesto - se me permite o Sr. Deputado Luís Bastos - porque numa matéria com este rigor e esta seriedade, não podemos permitir - embora lhe reconheçamos algum nervosismo - que se utilize palavras como “trapaça”. A matéria que o Grupo Parlamentar do CDS trouxe a esta Assembleia não se trata de nenhuma trapaça! Trata-se, talvez, de pôr termo, em nome do povo dos Açores aos responsáveis por muitas trapaças que foram feitas nesta Região que, talvez devido a uma dessas trapaças, é que se encontra na situação em causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. deputado Carlos César para uma segunda intervenção.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria apenas salientar três questões, e a primeira é sobre o segredo de justiça.

Efectivamente eu não tenho mais nada a dizer sobre isso, visto que o Sr. Deputado Renato Moura já fez referência a esse facto. e, portanto, subscrevo inteiramente aquilo que aqui apresentou.

Em segundo lugar eu gostaria de referir que não se pode invocar, como fez aqui o Sr. Deputado Victor Evaristo, que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, nestas circunstâncias, poderia sair prejudicado por, necessariamente, as suas declarações à Comissão virem a constar do seu processo, a menos que só se admita que se o Sr. Secretário fizer declarações sobre este assunto, elas só resultam na admissão da sua culpabilidade.

Portanto, V. Exa. não pode colocar a questão assim, sob pena de nos dar um péssimo indício, sobre esta matéria, para além dos péssimos indícios que tudo isto revela em relação ao comportamento repetido deste membro do Governo, que como sabem, já foi objecto de outra inquirição deste Parlamento, no âmbito de outra comissão parlamentar de inquérito, sobre muitos outros assuntos, entre os quais já havia uma vaga sensação de que os processos eram quase sempre os mesmos.

Por outro lado, quero referir - e já foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - que se o Sr. Secretário não vai à comissão antes, porque ainda não foi julgado, depois também não vai por uma de duas razões: ou por aquela que ele menciona que acarreta não só algum regime de clausura, mas

sobretudo a sua eventual exoneração do Governo (esperava-se que fosse assim); ou então uma espécie de absolvição política e pública tal, que nem sequer teria interesse esse membro ser inquirido numa comissão.

Finalmente, e porque esta questão também foi levantada, é justo que se saliente que o Sr. Deputado Victor Evaristo, como Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, já várias “agastou” - para usar a terminologia corrente na Presidência desta Assembleia - o Sr. Presidente da Assembleia.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

O Orador: Uma delas, até, só a tendência do Dr. Joaquim Ponte é que votou a favor duma proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia para composição duma comissão de inquérito. E V. Exa. afrontou-o, obrigando a maioria do seu Grupo Parlamentar a votar contra uma proposta que vinha da Presidência da Mesa.

Não se esqueça desta.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: E tem mais. Se V. Exa. conhece o Regimento, quando diz que uma proposta não deve estar à discussão, sabe perfeitamente que a figura a quem incumbe a admissão de proposta, e que tem de observar o que regimentalmente é imposto quanto aos requisitos formais da sua admissão, é Sua Exa. o Sr. Presidente da Assembleia Regional.

Portanto, se V. Exa. acha que essa proposta não devia ser admitida, então acha que o Sr. Presidente da Assembleia admitiu mal e logo, erradamente, posicionou-se em relação a esse problema. E toda a gente sabe que os Srs. Deputados, o Dr. Mota Amaral e o Governo, em geral, não encaram com simpatia esta ambição de representatividade condigna da Assembleia e do seu principal intérprete, que é muito apoiado pelo seu Vice-Presidente, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

(Risos da oposição)

Presidente: O que vale é que eu reajo a estas coisas todas, nas devidas proporções. De modo que também não me entusiasmo muito.

(Risos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Renato Moura, pelo facto de saber ler o Código Penal.

Na realidade, penso que o Sr. Deputado tem a mania que escreve o que os outros dizem e, pelos vistos, não deve ter escrito convenientemente aquilo que eu disse.

Eu há pouco disse que quando cheguei à Comissão, em substituição dum colega da minha bancada, fui informado, pelo Sr. Presidente da mesma, de que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas teria dito que não ia prestar lá qualquer esclarecimento, porque em seu entender o processo encontrava-se em segredo de justiça. Foi isto que eu disse. Não sei se o Sr. Deputado tomou nota, mas se não o fez ainda pode fazê-lo porque está a tempo.

Ora, nada disto tem a ver com a questão de eu saber quem é que deve segredo de justiça. São coisas totalmente diferentes e acho que o assunto está esclarecido.



Quanto à questão da instrução contraditória, julgo que o Sr. Deputado também deve ter tomado à letra aquilo que eu disse. Aquilo que eu disse, quanto ao processo voltar ao início, é uma maneira de falar especialmente para pessoas que não estão aqui, tecnicamente, para me ouvir noutros aspectos. Obviamente o Sr. Deputado, que se preocupa com essas coisas, deve então saber que só é admitida a instrução contraditória, se se revelar no requerimento de instrução, que são aí aduzidos factos novos que possam levar a que a instrução contraditória tenha lugar.

Ora, se ela foi admitida, é porque surgiram factos novos. E, portanto, é por isso que eu disse na Comissão que na realidade, sabia que o processo estaria em fase de instrução contraditória, logo o facto de eu ter dito que talvez fosse prematuro estarmos a emitir juízos políticos enquanto não estivesse concluída essa tal fase nova de instrução contraditória. Foi isto que eu disse e mais nada, até porque não sei mais além disto.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos César, eu não quero insistir de novo na “vaca fria” - desculpará V. Exa. a expressão - porque eu já disse o que tinha a dizer quando à figura do Presidente da Assembleia.

V. Exa. pensa que eu alguma vez já afrontei o Sr. Presidente da Assembleia, bom isso é um problema seu, não é meu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Parece que há ali alguns Srs. Deputados com pressa. Não vale a pena, porque eu sou pago para cá estar e portanto, tenho todo o dia para isto, como o tenho todos os dias, exclusivamente para isto.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que deixassem o Sr. Deputado fazer a sua intervenção, porque tem direito, regimentalmente.

O Orador: No início da minha intervenção admiti - talvez com alguma ingenuidade - que pudessem aparecer dados, da parte do Governo ou do partido que o apoia, que permitissem alterar a análise inicial que nós fizemos relativamente a todo este processo.

Infelizmente - para a Região e para o prestígio deste órgão - nada apareceu, nem da parte do Governo Regional, nem da parte do PSD, isto é, não apareceu qualquer nota, qualquer pormenor, qualquer coisa, enfim, no sentido de contradizer pelo menos uma das considerações feitas na Proposta de Resolução do CDS.

Levantaram-se os Srs. Deputados do PSD para falar de perseguição política, para falar do seu trabalho digno e sério, e para discorrer do comportamento dos outros. Enfim, tentaram desviar as atenções deste processo em questão. Inclusivamente, introduzem problemas de segredo de justiça que nada têm a ver com o que está em causa. Porém, sobre o crime ou sobre a acusação de falsificação de documentos, nada disseram.

Os Srs. Deputados, sobre este assunto, nem tão pouco tiveram a coragem de, num rasgo de heroísmo, afirmar que não há falsificação de documentos, nem isso.

Todos nós sabemos, bem como toda a opinião pública, que houve importação de carne estrangeira. É do conhecimento público que parte dessa carne foi exportada.

Fala-se nos boletins de importação. No entanto, sobre o uso indevido dos mesmos, ninguém esclareceu ou disse alguma coisa.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós pensamos que a suspeição com que entrámos neste processo é maior neste momento, independentemente do processo que os tribunais possam ter. É maior, porque não há nada que nos leve a concluir que o crime de falsificação de documentos não exista.

Aliás, e como já referiu o Sr. Deputado do CDS, em democracia, se surgisse um problema deste teor a qualquer responsável governamental, todos sabemos qual seria o caminho a ser seguido.

Efectivamente, pensamos que não há outro caminho, relativamente a esta Proposta de Resolução, que não seja o de votá-la favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um brevíssimo esclarecimento que vem, novamente, na sequência das novas afirmações do Sr. Deputado Victor Evaristo.

Eu, efectivamente, da primeira vez não li todo o artigo e percebo que isso complicou a vida ao Sr. Deputado, porque se o tenho lido todo, teria evitado que ele demonstrasse que me parece não saber o que é “instrução contraditória”. Ou seja, continuando a ler o artigo ( e vou lê-lo todo) diz-se o seguinte: “Nos processos de querela, haverá sempre instrução contraditória para esclarecer e completar a prova indiciária da acusação e para realizar as diligências, requeridas pelo arguido, destinadas a elidir ou enfraquecer aquela prova e preparar ou corroborar a defesa”.

Portanto, que fique esclarecido que não tem nada a ver com o que o Sr. Deputado tinha aqui antes referido.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar. Pedia aos Srs. Deputados que tomassem os seus lugares.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada com 21 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Deputado Indep. e registou 24 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos agora à apreciação do ponto nº 4 da nossa ordem de trabalhos, uma vez que em relação ao ponto nº 3, entrou na Mesa uma carta do Governo pedindo a retirada da Proposta de Decreto Legislativo Regional relativo ao Estatuto das Casas do Povo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma interpelação à Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

V. Exa., Sr. Presidente, diz que recebeu uma carta do Governo, autor da proposta, no sentido da retirada da mesma.

Eu gostaria de ser informado sobre se o Governo retirou a proposta, pura e simplesmente, ou se aludiu a alguma razão para o fazer?

A razão de ser desta minha pergunta, é porque este assunto já esteve agendado em ordem do dia, no período legislativo anterior. Por isso, gostaria de saber se existe algum motivo para a retirada desta proposta.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social fez-me saber que iria retirar a proposta e que iria formalizar, mediante o envio de ofício. O mesmo invoca os termos regimentais para a retirada da proposta, sem mais nenhuma fundamentação. É dentro desta óptica que ela é retirada.

Passaríamos, então, ao ponto nº 4 que se refere ao processo de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão; dum Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre “As Falsas Explicações do Governo Regional”.

Está aberto o debate sobre este Pedido de Urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se parece depreender da própria atitude desta Assembleia, depois do Sr. Presidente ter aberto o debate sobre essa questão, ela está suficientemente dentro do assunto que já foi aqui invocado e referido várias vezes, durante a sessão anterior e mesmo nesta, e por conseguinte, resta-nos acrescentar - quando se refere no requerimento do pedido de urgência que a eficácia prática da nossa resolução depende da sua imediata apreciação em plenário - que trata-se de repor a verdade e a justiça, na relação entre duas instituições. E qualquer uma destas coisas exige rapidez, por isso trata-se inclusivamente, dum situação que também levaria, entre outras instituições e outras pessoas, a

processo em tribunal. Não acontecendo isto neste caso, e interessando “matar no ovo” a serpente da calúnia, isso terá que ser feito com rapidez.

Esta é a razão por que para a Proposta de Resolução que apresentámos sobre as falsas explicações do Governo Regional relativas à não concessão de subsídios, pedimos para a apreciação em plenário, a decisão e a votação em processo de urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votarei favoravelmente este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão. Mas não sem ter em conta o seguinte, que tive cuidado de escrever, para ser absolutamente rigoroso.

O Deputado Independente entende que é útil a apreciação especializada em comissão quando se tem em conta a disciplina regimental para a emissão de pareceres, que exige que os pareceres “habilitem o Plenário em extensão e profundidade com o máximo de elementos que permitam uma criteriosa apreciação do problema”. Infelizmente é este um preceito frequentemente esquecido, situação que urge pôr cobro, imediatamente.

Entendo, por outro lado, que não é legítimo defender, como alguns defendem, que os assuntos se devem arrastar nas comissões sem um fundamento sério, e sou de opinião que só se deve propor a efectivação de diligências, quando elas sejam obrigatórias, ou delas se puder esperar um contributo necessário, ou pelo menos útil, à emissão do parecer.

No caso em apreço o assunto é suficientemente conhecido para permitir uma apreciação sem parecer da Comissão e o próprio Plenário já esta semana debateu um voto que tem a ver com esta matéria.

Sobre a urgência diria que ela é evidente, pois que as medidas propostas visam remediar e pôr fim a uma situação condenável, que com o andar do tempo tenderia a agravar-se.

Senhor Presidente Senhores Deputados:

O Parlamento existe para actuar. E deve actuar em tempo útil. Nesta como em todas as matérias. Não bloqueando iniciativas, mas antes discutindo-as descomplexadamente, venham elas donde vierem. E por parte do Deputado Independente merecem aprovação ou rejeição, de acordo com o seu mérito, ou demérito e nunca com o fundamento na sua origem. E assim deveria ser para todos.

Para o Deputado Independente, 29 de Maio, sempre! E em tudo!

(Risos da Oposição)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós votaremos favoravelmente, o requerimento de urgência que temos perante nós. E iremos fazê-lo, porque achamos que este assunto é muito importante e por isso mesmo, logo no primeiro dia dos nossos trabalhos, apresentámos um voto sobre este assunto que mereceu a aprovação maioritária desta Assembleia.

Por outro lado, porque consideramos que o assunto é oportuno, vamos votar a sua urgência. Pensamos, também, que é urgente debater este assunto, porque a discussão poderá contribuir para impedir a continuação das anomalias que, eventualmente, estarão em questão.

Por outro lado ainda, pensamos que o preâmbulo da Proposta de Resolução é de tal maneira esclarecedor e documentado que, por si só, é suficiente para ser analisado a ponto de não necessitar desder a uma comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero apenas, como mera formalidade, declarar perante o Plenário que se há matéria que é urgente e que dispensa qualquer exame em Comissão, pela sua objectividade e comprovada análise, deverá ter o apoio desta Câmara para uma inevitável apreciação.

Presidente: Não havendo mais intervenções, passamos à votação sobre a deliberação da urgência e dispensa de exame em comissão da apreciação desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com o carácter de urgência e dispensa de exame em comissão desta Proposta de Resolução, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A deliberação foi aprovada com 21 votos a favor do PS, 2 a favor do CDS, 1 a favor do PCP e 1 a favor do Deputado Indep. e registou 24 votos contra do PSD.

Presidente: Conforme já tinha sido combinado e anunciado à Câmara, anteriormente, vamos debater, de imediato, esta Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, seguindo o carácter de urgência, ou seja, os tempos serão reduzidos para metade, em qualquer circunstância. Portanto haverá um primeira intervenção de 10 minutos e uma segunda de 5 minutos, de acordo com o que está regimentalmente consagrado para estes casos.

(Pausa)

Srs. Deputados eu estava a referir uma situação que não corresponde à realidade. Ou seja, o sistema que vamos seguir é aquele que já vinha sendo adoptado; portanto, 20 minutos na primeira intervenção e 10 minutos na segunda, uma vez que não foi requerido qualquer regime especial para a urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma primeira intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

É das falsas, falsíssimas, caluniadoras e, portanto, corruptoras, - como diria um iminente criador de “slogans” do Governo Regional - explicações do Governo relativas à não concessão de subsídios, que vos venho falar.

Vou fazê-lo, seguindo o texto da Proposta de Resolução, com apenas alguns rápidos desvios para introduzir alguns elementos, que julgo esclarecedores e que estiveram para ser produzidos ontem em intervenção que não foi possível fazer.

1. Pelo Decreto Legislativo Regional 6/92/A, de 28 de Fevereiro, aprovou, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Orçamento da Região para 1992, com o voto favorável do PSD e a abstenção do PS, CDS, PCP e Deputado Independente em votação final global. É bom lembrar para a maioria mutilada que existe nesta Assembleia.

2. Na proposta apresentada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Governo Regional propunha a seguinte afirmação de princípio: “o Governo Regional tomará as medidas necessárias à rigorosa contenção das despesas públicas e ao controlo da sua eficiência, de forma a alcançar possíveis reduções do défice orçamental e uma melhor aplicação dos recursos públicos”. (Artigo 6º, nº 1 daquele diploma).

Lembro a esta Assembleia que o Governo Regional tem uma especial predileção por repetir este princípio, visto que, se repararem no Decreto Regulamentar 12/92/A, que põe em execução o Orçamento, e contra as vozes de “profetas de mau agouro”, de jornais que não curvam a coluna vertebral, ficam sabendo que este Decreto Regulamentar já está publicado. E nele, no artigo 3º, o Governo Regional repete, religiosamente, este mesmo princípio, alterando apenas a contenção de despesas públicas para a forma de otimizar a gestão orçamental.

Acontece, porém, que a oposição não se contentou com aquela vaga e inócua afirmação de intenções, a que, o Governo Regional em anos anteriores não dera qualquer aplicação prática. A oposição parlamentar introduziu naquela proposta medidas de vários tipos, tendentes à concretização daqueles princípios. E o facto de que este princípio que, como já vimos, o Governo repete, ritualmente, nas propostas que apresenta à Assembleia e nos diplomas que publica, o não cumprimento traduz-se em números, já apresentados aqui.

Entre o último ano do anterior Governo Regional, e o último ano deste, as despesas correntes do executivo cresceram 56%; cresceram a uma taxa média anual de 26,5%; cresceram a um ritmo anual, em termos reais de 11,5%.

Foi por essa razão, que a oposição resolveu introduzir algum sentido prático àqueles princípios e intenções.

Algumas dessas medidas só têm repercussões financeiras mediatas, isto é, estão dependentes da aplicação que o Governo Regional lhes der (é o caso “da redução do número de unidades orgânicas dos departamentos centrais do Governo Regional”) nº 3 do mesmo artigo, que eu cito por completo, porque será útil lembrar ao membro do Governo Regional presente o que a Assembleia decidiu.

“Na concretização dos princípios enunciados no número anterior, o Governo Regional aplicará de forma mais ampla e rigorosa, as disposições constantes do nº 2 do artigo 1º e dos artigos 19º e 20º do Decreto Legislativo Regional nº 30/82/A, de 28 de Outubro, como objectivo de reduzir o número de unidades orgânicas dos departamentos centrais do Governo Regional, designadamente, direcções regionais, direcções de serviços e divisões e travar a excessiva departamentalização ocorrida nos últimos anos”. E acrescenta-se: “Trimestralmente, o Governo Regional informará o Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sobre as medidas adoptadas neste âmbito e dos seus efeitos”.

Lembrava, também, a esta Assembleia, que o Governo já perdeu duas oportunidades de dar cumprimento a essa disposição. Perdeu uma grande oportunidade, quando publicou finalmente - quando teve 90 dias dados por esta Assembleia, mas que se prolongaram por 3 anos e mais do que 90 dias do quarto ano - as orgânicas de dois departamentos do Governo Regional, a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e a Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Eu lembro que em intervenção feita, aqui desta tribuna na discussão do Plano e Orçamento, fiz um levantamento e uma comparação entre as chefias e o seu respectivo total no III Governo Regional, bem como no IV Governo Regional. Lembro que o total dessas chefias era - no III Governo Regional, ou seja, em 85 - de 190. Na altura, referi que neste Governo tinham passado para 342, ou seja, tinham subido para mais de 152. Havia, portanto, um aumento de 80%. Mas a base deste cálculo era feita, para aquelas duas Secretarias, com os números de 85. Agora já temos os números deste IV Governo, e, segundo esses números de 85, eram 36 chefias para a S.R.H.O.P. Este Governo acrescentou-lhe apenas mais 42, ou seja, passaram para 78. As da SREC eram 13 e este Governo acrescentou-lhe mais 26, isto é, passaram para 39. Quer dizer que as 342 que aqui tinham sido referidas, passaram para 410. Em relação a 85, houve um aumento não de 152, mas de 220, ou seja, não em 80% - como era em Dezembro de 91 - mas sim, de 116% neste momento. É o espírito com que o Governo Regional mostra a disposição que esta Assembleia lhe impôs; disposição forçada, mas que nem mesmo assim ele cumpre, ou seja, quanto à redução das unidades orgânicas dos departamentos centrais do Governo Regional.

Mas perdeu uma outra pequena oportunidade. Confesso que, quando a Secretaria Regional da Administração Interna pediu para o Hospital de Angra como administrador delegado, um director regional, pensei que fosse aproveitada a oportunidade para, pelo menos, manter em aberto e começar a candidatar-se ao prémio de redução de poupança, que o número seguinte da disposição aprovada nesta Assembleia também prevê para as Secretarias que porventura façam reduções. Mas o Governo Regional nestas coisas tem um comportamento semelhante ao de alguns grupos de futebol; como o comportamento entre o Benfica e os seus filiados. Aconteceu que o Director Regional da Administração e Pessoal foi cedido à Secretaria Regional da Saúde, como administrador do Hospital e, pelo seu lado, cedeu-lhe um “jogador” com méritos confirmados, recebendo da Secretaria da Saúde uma “esperança” futura e que é Director Regional neste momento.

No entanto, não foi só isso. Depois a Secretaria Regional da Administração Interna deu posse - como consta dos jornais - ao primeiro inspector regional da Inspeção Administrativa Regional, um cargo que nunca tinha sido preenchido; foi pela primeira vez. E deu mais preenchimento a três novos chefes de serviços.

Não sei se já se perguntaram o que é que está a acontecer aos adjuntos, que também esta Assembleia reduziu para um. Parece que nalguns casos deixaram de ser adjuntos e estão a ser transformados em assessores.

São as grandes e pequenas oportunidades que demonstram que este Governo Regional perde para pôr em execução a letra e o espírito daquilo que foi decidido nesta área aqui, nesta Assembleia.

Voltando a outras medidas eu diria que outras não têm mesmo qualquer repercussão financeira - exemplo destas medidas são as iniciativas legislativas impostas ao Governo ou simples informações a prestar a várias comissões especializadas da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Acrescente-se que são desta última categoria, as únicas disposições constantes daquelas alterações em relação à concessão de subsídios.

Transcrevem-se a seguir, para avivar as memórias mais débeis:

“No prazo de 60 dias, o Governo Regional apresentará na Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma proposta de decreto legislativo regional contendo as disposições atinentes ao controlo rigoroso e eficaz dos subsídios atribuídos pelo Governo Regional.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Administração Interna)

O Orador: Até à aplicação daquela legislação, o Governo Regional remeterá mensalmente à Comissão de Finanças e Planeamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma relação nominal do montante dos subsídios concedidos e seu cabimento orçamental. “

Finalmente, as disposições com repercussões financeiras directas. Estas últimas são, igualmente, de dois tipos.

Aquelas que se destinam a aplicação de verbas em situações concretas e pré-determinadas. Resumem-se a três. Respectivamente, um reforço de 350 000 contos na dotação provisional da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, para financiar uma remuneração complementar aos funcionários e agentes da administração regional e local (Artº 8º).

Os encargos resultantes das compensações financeiras às câmaras municipais da Região, na sequência de investimentos decorrentes de acordos e tratados internacionais. E ainda, os encargos financeiros decorrentes da eventual aprovação e entrada em vigor da proposta de decreto legislativo regional sobre o apoio aos estudantes do ensino complementar.

Por último, uma disposição de carácter genérico constituída por “uma dotação de ajustamento com valor negativo na Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, no montante de 1 milhão de contos negativos, através da qual o Governo Regional irá ajustar a sua despesa de acordo (...) com os seguintes princípios:

- a) Reavaliação das despesas com o pessoal, transferências e dotação provisional de acordo com a efectiva subida salarial para os funcionários públicos contratada a nível nacional;
- b) Redução dos gastos correntes com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas.

Volto a lembrar que há pouco me congratulei, pelo facto de o decreto regulamentar de execução do orçamento já ter sido publicado, com o nº 12/92/A, de 18 de Março de 1992.

Chamo a atenção para o facto de que em 91 o decreto regulamentar de execução do orçamento foi aprovado em Conselho do Governo em 19 de Dezembro de 90 - estou a falar do decreto regulamentar de execução de 91 - e foi assinado em Angra do Heroísmo em 27 de Dezembro de 90, ou seja, menos de 10 dias depois. O decreto regulamentar de execução do orçamento de 1992, foi aprovado em Conselho do Governo Regional em Ponta Delgada, em 20 de Dezembro de 1991 e foi assinado pelo Presidente do Governo Regional, João Bosco Mota Amaral, em 20 de Fevereiro de 1992 na cidade de Angra do Heroísmo. Aquilo que foi aprovado em 20 de Dezembro pelo Governo, foi assinado por Mota Amaral em 20 de Fevereiro de 92.

O que é lamentável, para além destas datas e desta cronologia é um outro facto. Esta Assembleia aprovou uma dotação de ajustamento de valor de 1 milhão de contos, para redução dos gastos correntes, em avenças, gratificações.

O que é que devia ter acontecido?

O decreto regulamentar de execução devia indicar as condições e as normas de execução dessas reduções.

Então as avenças que vêm aqui referidas? Continuam as mesmas avenças no Governo Regional? Há normas ou não para elas serem reduzidas?

Se são reduzidas, quais são as que estão como tal?

Eu faço lembrar que o decreto regulamentar de execução do orçamento é uma fotocópia de 91 e 92, exceptuando as datas que já foram referidas e aqueles montantes que, habitualmente são referidos, e que aumentam sempre de ano para ano e que este ano também aumentaram, em relação a limites de autorização de despesas. São estas as únicas diferenças, quanto ao resto é fotocópia.

Ou seja o Governo não regulamentou a execução das reduções nos gastos correntes. Como sempre, são as avenças que estão referidas em primeiro lugar.

E quanto às gratificações? Nada está definido nem regulamentado.

Quanto às horas extraordinárias? Nem a menor palavra. E deslocações? Estas devem ser para poupança de gastos. Então os Secretários Regionais vão viajar em classe executiva? E o chefes de serviço também?! Não sabemos, porém se era isto que deveria ter sido regulamentado.

E a publicidade do Governo Regional vai continuar a ser feita como era feita em 91, 90 e 89?!

Não pode continuar a ser feita!

O orçamento aprovado nesta Assembleia impõe ao Governo Regional que execute de forma diferente, poupando gastos nestas tarefas. Isto devia constar, inevitavelmente, como consequência directa, no decreto de execução do orçamento para 92. O mesmo se diz em relação a abonos, a combustíveis e a viaturas.

O que o Governo fez até agora, pelos exemplos apontados, é desrespeitar, totalmente, ignorar e afrontar o que esta Assembleia decidiu.

4. Como claramente resulta das transcrições e considerações anteriores, o alcance das restrições financeiras impostas ao Governo Regional respeita exclusivamente às despesas e gastos correntes da máquina administrativa regional sem qualquer reflexo, portanto, nos subsídios ou subvenções que o Governo Regional atribua ou não a outras entidades apoiando-as ou não em iniciativas da mais variada índole.

5. Para o comprovarmos de forma ainda mais notória, tomemos como exemplo uma das secretarias regionais - a do Turismo e Ambiente - que tem inundado a Região, com ofícios de modelo único, afirmando a propósito e a despropósito que “em virtude das alterações orçamentais introduzidas na Assembleia Legislativa Regional pelo PS, CDS, PCP e Deputado Independente na proposta de orçamento para 92 não será possível satisfazer o solicitado.

É impressionante! Chega a comover!

Como consta do Parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas relativo ao ano de 1989 (Pág. 130 a 134), nesse ano, a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, dispendeu um total de 881 055,8 contos em subsídios, sendo 609 644,5 contos de subsídios reembolsáveis e 271 411,3 a fundo perdido. Todos eles - note-se bem - foram retirados dos programas 21, 29 e 30 do Plano, tendo mesmo 44,8% das verbas daqueles programas sido gastos em subsídios. O que significa que cerca de metade da actividade de investimento daquela Secretaria foi consumida sob a forma de subsídios.

Eu lembro (não seria necessário porque esta Assembleia sabe bem o que é que aprovou) que estes 3 programas envolvem, no Plano deste ano, 2 milhões e 100 mil contos. Lembro, também, que a única alteração que foi introduzida por proposta da oposição, com a benção posterior da posição, foi no programa 29, de 1 milhão e 500 mil contos - “aquisição do espólio da firma das armações baleeiras do Pico”

(Risos do Governo e do PSD)

Não riam, por favor!

Nota-se, igualmente, e como complemento de informação que, entre as actividades subsidiadas constava “o apoio a realizações desportivas” e “apoio a realizações culturais” (Pág., 135 do citado Parecer).

Como se pode constatar pela fotocópia de alguns ofícios daquela Secretaria (“mártir” secretária) que se anexam a esta proposta, são precisamente aquelas actividades que, em 1992, aquela Secretaria se considera impossibilitada de apoiar, em razão das malfadadas alterações orçamentais da oposição parlamentar.

Tudo isto, apesar da demonstração, já feita, refeita e perfeita, de que aquelas alterações não tiveram quaisquer incidências naqueles programas do Plano.

6. Está-se, manifestamente, em face de uma campanha sistemática de deturpação das deliberações desta Assembleia em matéria orçamental - domínio em que, segundo a mais genuína tradição democrática, melhor se expressa a responsabilização e dependência política dos executivos perante os parlamentos eleitos - impondo-se, por conseguinte, a adopção de medidas imediatas e de execução rápida que permitam a reposição da verdade e do real sentido das deliberações desta Assembleia. Entende o Grupo Parlamentar do PS que só um órgão unipessoal como a Presidência desta Assembleia, pode satisfazer aquelas exigências sem delongas escusadas e contraproducentes. E, por outro lado, entende o Grupo Parlamentar do PS que aquilo que vimos propôr se enquadra perfeitamente na competência genérica do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores “de assegurar o cumprimento (...) das deliberações da Assembleia”. E aqui, se a Assembleia deliberar neste sentido, passará a ser duas vezes verdade, porque se vela pelo cumprimento das deliberações que já foram aprovadas por esta Casa e passar-se-á a velar por aquelas que venha a ser aprovadas na sequência desta proposta.

Por este conjunto de razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, submete à apreciação e votação da Assembleia, a seguinte Proposta de Resolução:

a) Que o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores mande publicar em todos os órgãos de comunicação social da Região um anúncio pago - nos órgãos de comunicação com actividade diária, durante 7 dias seguidos, e nos restantes em três números seguidos - informando que o conteúdo dos ofícios que o Governo Regional tem expedido para entidades que lhe solicitam subsídios, dizendo-lhes que não pode atender à sua solicitação “em virtude das alterações introduzidas no Orçamento pela oposição parlamentar”, não corresponde à verdade das deliberações tomadas por esta Assembleia.

b) Que o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores requeira em nome desta Assembleia, junto da Presidência do Governo Regional, fotocópia de todos aqueles ofícios e informe as entidades a que foram expedidos da falta de fundamento daquela desculpa do Governo Regional. Esta proposta de resolução, como todos percebem, trata de repôr a verdade e colocar no seu lugar as competências e o respeito mútuo, que em democracia deve pautar no comportamento entre pessoas e, sobretudo, entre instituições. É o desafio que o PS deixa a esta Assembleia.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS - como já tinha indicado - não pode deixar de votar favoravelmente esta proposta de resolução, que pretende dar resposta, por parte desta Casa, a um dos mais graves atentados, cometido pelo Governo Regional, na sua onda de descrédito por esta Casa, de esvaziamento do seu papel e até de provocação a toda esta Câmara e ao próprio povo dos Açores, porque é a Assembleia que o representa.

Não nos esqueçamos que tal como aconteceu durante 15 anos, e até ao 16º, esta tem sido a Casa mãe dos açorianos.

Infelizmente, este Governo cada vez dá mais provas de intolerância democrática e com as atitudes expostas aqui, e que têm sido denunciadas ao longo destes debates, entrou por um caminho que era de todo inesperado, por ser inaceitável.



O Governo, abusando da complexidade técnica de algumas das matérias, quer fazer crer aos sectores menos informados desta Região, que a Oposição e o Deputado Independente são os responsáveis por aquilo que de mal acontece ao povo dos Açores, na sequência da execução dos dois documentos que aqui foram aprovados. E o mais grave é que omite, consciente e deliberadamente, aquelas acções, essas sim, objectivamente positivas - e algumas delas já executadas - e que resultaram, claramente, de correcções e adendas introduzidas no Plano e Orçamento, pelo plenário desta Assembleia, e que o Governo executa como se fosse iniciativa sua, como se fosse mérito seu.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estamos confiantes de que esta feliz iniciativa vai introduzir a necessária correcção, e diria, a necessária denúncia, que o Governo Regional merece.

O Governo Regional vai ser desmentido perante o povo dos Açores, pelo que tem feito...

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ...e que não é verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A tendência que eu tenho para olhar para este grupo de deputados, é porque não conseguimos ter à nossa frente, a presença - e salvo a presença honrosa do Sr. Secretário Regional da Administração Interna - do Governo em bloco. Esse Governo que enquanto foi maioria, e tinha a certeza que tudo fazia passar aqui dentro, tendo o vosso apoio incondicional (que era suficiente), esteve sempre aqui presente para vos apoiar e para vos defender!

Agora que não tem possibilidades de impôr a sua vontade, abandonou-vos. Os Srs. têm fortes razões para estarem descontentes com o Dr. Mota Amaral e com o seu Governo!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isso é o que tu querias!

(Risos da oposição)

Porque ele agora traiçooou-vos! Ele não quer estar aqui a ouvir o que a gente tem para lhe dizer!

Ele não quer estar aqui a ser confrontado com as decisões da maioria do povo dos Açores e deixa os Srs. sem alternativa, sem poderem sair; a terem que ouvir, a terem que penar, a serem massacrados...

(Risos da oposição)

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador. ...como foram esta semana, como já foram em Janeiro, em Março e como ainda vão ser até aos últimos minutos desta Sessão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É notório como o Governo desprezou esta Casa. A Assembleia não diz nada ao Governo, porque ele não a respeita! Se lhe dissesse alguma coisa ele estava aqui..

Repito: sem ofender a presença do Sr. Secretário Regional da Administração Interna que vem tomar aqui as suas notas, nós queríamos aqui o Governo, em bloco, porque era importante que ele ouvisse. E creiam Sr. Deputados, é até por uma questão de solidariedade para convosco...

(Risos da oposição)

...porque não é justo que os Srs. assumam a responsabilidade dos erros que o Governo comete. E os Srs. têm que se libertar disso para um dia terem coragem de tomar aqui uma atitude de correcção da política do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Querida pedir um esclarecimento à bancada socialista e que se relaciona com a alínea a) da Proposta de Resolução.

Efectivamente, quando aqui se refere que o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores deve mandar publicar em todos os órgãos de comunicação social dos Açores um anúncio pago, durante sete dias seguidos, e nos restantes em três números seguidos, informando que o conteúdo etc., etc. ..., temos uma interpretação de que se refere sobretudo, à comunicação social escrita. Diz-se, até, em três números seguidos, o que implica, logicamente, a imprensa.

Porém - e esta é a questão em apreço - em nossa opinião, e sem prejuízo de contemplar a comunicação social escrita, parece-nos indispensável que fique claramente presente no texto, a necessidade desta matéria passar pela Radiotelevisão Portuguesa, nos Açores,...

(Risos da bancada do PSD)

...pela RDP e pelas emissoras de rádio privadas.

Voices do PSD: Isso é uma palhaçada!

O Orador: Portanto a sugestão é no sentido de assegurar que a resposta da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no mínimo, terá o mesmo eco das provocações do Presidente do Governo Regional.

Deputado Carlos César (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para um protesto.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Efectivamente, eu queria protestar pelo que disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

É evidente que o Sr. Deputado é livre de poder proferir nesta Câmara, determinado tipo de intervenções. No entanto, e tanto quanto me apercebi, a sua intervenção restringia-se à matéria da Proposta de Resolução, aqui em debate.

A certa altura, sem que nada o fizesse prever, o Sr. Deputado resolveu dirigir-se à bancada do meu partido, invocando a figura do Presidente do mesmo e do Governo, por forma a que nós não podemos deixar passar em claro. E não podemos, porque mais uma vez, se evidencia que certa oposição, a propósito de tudo e de nada, deixa claro mais uma vez aqui, que o objectivo por que aqui está, é achincalhar o Governo e, nomeadamente a figura do seu Presidente. Isto até a propósito de coisas que possam não ter qualquer espécie de intervenção.

É caso para lamentar que se vá transformando esta Câmara, de há uns tempos a esta parte, naquilo que o Sr. Deputado do CDS disse. Nós não estamos a tratar de nada que diga respeito ao povo dos Açores.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou de dizer, por palavras muito claras que nós estamos aqui para ser sacrificados, martirizados, até ao último minuto, com todos os dislates que o Sr. Deputado e outros Srs. Deputados queiram pôr pela boca fora.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): É a mesma coisa!

O Orador: Ah é a mesma coisa! No seu entender possivelmente.

O que eu quero deixar claro é que nós vimos para aqui para trabalhar, quando nos deixam. Mas não vimos para aqui, necessariamente, para ter que “sofrer” indiscriminadamente e até ao último minuto, perante aquilo que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e outros Srs. Deputados querem dizer. Ou seja, esta Assembleia transformou-se, aquando da saída do deputado desta bancada, para com base nisso se aproveitar uma coisa espantosa: Esta Assembleia deixa de o ser, não trata de nada que interesse ao povo da Região.

Parou-se de discutir as grandes metas que devem ser preconizadas para o povo dos Açores. Deixou-se de tratar, com serenidade, certas matérias legais que podiam ter interesse.

Esta Câmara transformou-se, sistematicamente, num amontoado de votos de protesto e num amontoado de propostas de resolução, por tudo e por nada, com o fim de achincalhar o Governo e o Partido Social Democrata. E agora isso foi dito claramente, embora já se soubesse.

E se os Srs.. Deputados consultarem as ordens do dia e todas as reuniões de trabalho desta Assembleia, a partir de uma certa altura, verão se aquilo que eu estou a dizer tem ou não fundamento. Protesta-se por tudo e por nada, sem se saber se a finalidade do protesto se justifica ou não. O que é preciso é arranjar um motivo qualquer para achincalhar o Governo e o PSD.

Eu ainda admitiria que em luta política os Srs. Deputados atacassem o Partido Social Democrata. Agora o que é incompreensível é que um órgão, sendo Legislativo, passe ao ataque sistemático a outro que, afinal, é o Governo desta Região.

É uma falta de respeito dos Srs. pelo nosso Governo.

Porque quer queiram ou não, este Governo foi eleito pelo povo dos Açores e não precisou dos vossos votos para estar hoje em funções legítimas.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto o meu protesto vai nesse sentido.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pretendo também fazer um protesto à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, bem como consubstanciar todos os outros protestos.

E protesto, apesar de ter ouvido com toda a paciência o que foi aqui dito, com toda a paciência - repito - porque estou muito seguro que em cada ofício daqueles que sai, está a verdade para os açorianos.

Vozes do PS: É a mentira!

O Orador: Sai a verdade para os açorianos, porque estou convencido - e isso demonstram as instituições a funcionar democraticamente - que este Governo tem toda a legitimidade para funcionar como tem funcionado. aliás, por uma ... estranha alteração substancial na divisão de deputados dentro desta Câmara, neste momento o Governo é suportado, no poder, pela oposição.

(Aplausos da bancada do PSD)

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo é objectivamente suportado no poder, no exercício da sua actividade e no fazer desses ofícios, pela oposição. Pela oposição constituída pelo Sr. Deputado Indep. - para começar pelo que é eleito com menos votos - que foi eleito por votos no PSD e que se coligou com a oposição; eleito pelo Sr. Deputado do PCP por uma mera circunstância de se descobrir um PCP nas Flores que não existe em mais parte nenhuma, como se está a ver; pela mera circunstância de dois votos do CDS em que um é de um Deputado Indep. - que sistematicamente afirma a sua independência - e outro que é líder dum partido que não faz um congresso regional, que não tem eleições internas...

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: ..que não tem democracia interna, há não sei quantos anos; que tem tomado posições sistematicamente centralistas, por um lado, mas que tem outros líderes do mesmo partido, à saída de julgamentos de figuras conhecidas da nossa praça.

Vozes do PSD: Muito bem! muito bem!

O Orador: Uma oposição formada por um Partido Socialista que, oportunisticamente, soma estes 4 votos para fazer 26. É isto que nós temos aqui neste momento.

A paciência que tive até agora, foi aquela que resultava do facto de ir interiorizando e de ir pensando para mim: “- Bem podem dizer isto porque os seus actos demonstram o contrário. Mostram que querem este Governo no poder”.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Vou procurar fazer algumas considerações sobre a Proposta de Resolução em apreço e, logicamente, darei a devida resposta à intervenção do Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Que resposta?!

O Orador: É natural que o Sr. Secretário Regional se vá embora, porque em Outubro esse Governo Regional também vai-se embora de certeza.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): O Sr. ir-se-á embora, certamente!

O Orador: Veremos!

Mas, quer queiram quer não, ir-se-ão embora.

Em relação à proposta em apreciação, nós vamos votá-la favoravelmente, porque pensamos que com esse voto, estamos a contribuir para impedir este Governo de continuar a não respeitar as deliberações desta assembleia.

Todos nós temos consciência do modo como o Governo Regional tem procurado, por todos os meios (lícitos e não lícitos) desrespeitar o sentir da maioria do povo açoriano aqui representado..

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É preciso ter lata!!

O Orador: Por muito que custe ao Grupo Parlamentar do PSD e ao seu Governo.

Nós pensamos que é imperioso que esta Assembleia obrigue o Governo Regional a inflectir este seu procedimento abusivo.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Isso é que era bom!

O Orador: Exactamente Sr. Secretário. Com essa afirmação o Sr. Secretário está desrespeitando o povo dos Açores e esta Assembleia.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Para si!

O Orador: O Sr. demonstra a falta de respeito que têm - o Sr. e o seu Governo - pela democracia que vigora nesta Região. Desrespeita o sentir de maioria daqueles...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): A maioria está connosco!

O Orador: Não está Sr. Secretário! A maioria reflecte-se neste Parlamento. Os votos são convertidos em mandatos.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Administração Interna).

Presidente: Agradecia que não mantivessem diálogo.

Sr. Secretário, agradecia que deixasse continuar o Sr. Deputado Paulo Valadão.

O Orador: E o Sr. Secretário, como jurista que é ou que deveria ser, devia conhecer o mecanismo da conversão de votos em mandatos. Mas o Sr. esquece isso.

V. Exa. tem que compreender que estão aqui vários mandatos que representam o povo dos Açores. E para o Sr. Secretário respeitar a democracia, tem que respeitar esses votos transformados em mandatos. E é isso que o Sr. acabou de dizer que não respeita! E é isso que esta Assembleia deve obrigar o Sr. e esse seu Governo a respeitar!

Por isso mesmo, consideramos que votando favoravelmente esta Proposta de Resolução, estamos a contribuir para que o Governo regional seja obrigado a respeitar esta Assembleia.

Por outro lado, consideramos que é importante repôr a verdade, à qual aquele Governo faltou. E com esta Proposta de Resolução estamos a contribuir para que aqueles que receberam a resposta abusiva e falsa, recebam agora outra - desta Assembleia - que venha repôr a realidade.

Nós pensamos que com esta atitude estamos a contribuir para que os interesses do povo dos Açores sejam defendidos. Estamos a contribuir para que este Governo seja obrigado a fazer uma política que não vá contra os interesses do povo dos Açores.

Por outro lado ainda, gostaria de dizer ao Sr. Deputado líder da bancada do PSD que quando ele põe em causa o modo como funciona esta Assembleia, eu lembrar-lhe-ia que se nós não trabalhamos mais a culpa não é da oposição. Se nós não trabalhamos mais as razões são outras e são completamente diferentes. Quero lembrar ao Sr. Deputado que, por exemplo, neste momento, com o término dos nossos trabalhos, estão analisados todos os documentos que tiveram parecer das Comissões Especializadas Permanentes desta Assembleia.

Oh Sr. Deputado, o que é que nós teríamos que fazer a seguir, se todos os documentos estão analisados? Quer dizer, todos não. Há um que é exceção e que é precisamente uma proposta do Governo, ou seja, a Proposta sobre o “Estatuto das Casas do Povo”, proposta esta, que é apresentada a esta Casa no dia 24 de Julho de 1991; recebeu um parecer da Comissão de Política Geral, sobre o qual não vamos falar agora. E agora, desde 24 de Julho até este momento - passados nove meses - este Governo só agora é que chegou à conclusão que a proposta que aqui apresentou, não “tinha pontas por onde se lhe pegasse”. E pelo facto de saber que esta Assembleia tinha que pegar nesta proposta e que teria de ser alterada ou chumbada...

(Aparte inaudível do Deputado Victor Evaristo)

O Orador: Sr. Deputado, a proposta é referente aos Estatutos das Casas do Povo, parece que está a ouvir mal.

Deputado Victor Evaristo (PSD): O Sr. Deputado é que não percebeu!

O Orador: Portanto, este Governo ao chegar à conclusão de que isto não tem “pontas por onde se lhe pegue”, vem retirá-la. Levou 9 meses para chegar a essa conclusão!

Oh Sr. Deputado, isto é prova mais do que concreta do modo como funciona esse Governo. O Governo neste momento não é capaz de apresentar uma proposta, sob o aspecto técnico-jurídico, em condições de ser aprovada por esta Assembleia. Isso está visto e diz tudo.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD).

Deputado Jorge Cabral (PSD): Apresentar para quê? Vocês chumbam tudo!

O Orador: Em relação à forma de certo modo jocosa como o Sr. Secretário Regional da Administração Interna procurou fazer a análise dos representantes do povo que estão deste lado, é mais uma prova do desrespeito que os Srs. têm pelos açorianos.

Quer V. Exa. queira, quer não, eu estou como representante duma percentagem de cidadãos portugueses, com direito a voto, de açorianos que me deram o direito de aqui estar. E quer queira quer não, e enquanto eu tiver esse direito, aqui hei-de estar. E embora o Sr. não queira aceitar, eu hei-de continuar a criticar sempre que o Governo Regional faça asneiras.

Vou terminar, finalmente, com um protesto. Não pelo modo como o Sr. Secretário trata o Partido Comunista, o CDS ou o PS. Quero sim fazer um protesto pelo modo como o Sr. Secretário trata o povo desta Região. Os Srs. já nem respeitam o povo dos Açores.

Vozes do CDS: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis do Deputado Rui Melo)

(Risos da oposição)

Presidente: Tem a palavra o Sr. deputado Alvarino Pinheiro para um protesto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs.. Deputados:

Eu reconheço que logo a seguir à intervenção do Sr. Deputado líder da bancada do PSD ou à do Sr. Secretário, teria sido mais fácil enquadrar o protesto, mas seja como for, foram ditas coisas e emitidos juízos que não podem deixar de merecer o respectivo comentário.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tudo é de admitir quando, por exemplo, esta Assembleia já ouviu no passado, mais do que uma vez, da boca do Sr. Deputado Victor Evaristo, raciocínios e leituras como aqueles que ouvimos.

Se os Srs. criticavam antes de 29 de Maio o facto de o Governo exercer influência sobre esta Assembleia, querem mandar fazer o contrário agora, isto é, que o Governo, dependa desta Assembleia? Quer dizer, o que a bancada do PSD ainda não percebeu e o seu líder parlamentar também não, é que o facto de se ter encetado um processo de desgovernamentalização desta Casa, constitui um regresso à pureza do sistema parlamentar e não qualquer coisa de perverso como o Sr. Deputado líder da bancada do PSD quer introduzir aqui. É bom que esta pedagogia - que infelizmente tem que ser feita por parte da oposição - seja sistematicamente lembrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Criticar, como nós criticamos aqui, denunciar, chamar a atenção do Governo para o desrespeito que ele tem manifestado perante esta Assembleia não é achincalhar o Parlamento. É dignificá-los. É chamar a atenção do Governo para que ele esteja aqui em pessoa, nomeadamente na do Sr. Presidente do Governo.

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Como só tenho um minuto, gostaria de chamar a atenção do Sr. Secretário Regional da Administração Interna que entra aqui com jogos dando a entender que os Deputados, pelo facto de pertencerem a um grupo parlamentar mais pequeno têm mais ou menos representação. Sobre essa matéria, já tive ocasião de deixar claro nesta Assembleia repúdios sobre essa tentativa. Mas entrando no seu raciocínio, até lhe podia lembrar o seguinte: imagine a aceitação que tem V. Exa. e os seus colegas da Terceira, por parte do povo dos Açores, que nem a maioria dos sociais democratas da sua ilha o apoiam! Veja lá V. Exa. que impressão têm os açorianos sobre si!

Muito obrigado.

(Risos do CDS e PS)

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vamos todos para independente!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Secretário Regional da Administração Interna)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa. (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para três ou quatro notas relacionadas com questões postas depois da minha intervenção, na generalidade, neste debate.

Em primeiro lugar gostaria de responder às dúvidas suscitadas pelo CDS. Eu julgo que só uma interpretação que o Governo Regional fizesse desta alínea a) é que poderia dar o resultado que o Sr. Secretário receia, mas não vai ser o Governo Regional que vai interpretar esta alínea a). Por isso está escrito que serão todos os órgãos de comunicação social da Região que publicarão o anúncio. Nos órgãos de comunicação com actividade diária, ou seja, isto abrange a comunicação escrita, falada e a comunicação a nível de televisão. É evidente que isso é entendido também dentro de restrições que possam existir sob o ponto de vista legal, isto é, de enquadramento legal dessa disposição. “Os restantes em três números seguidos”, efectivamente aí tem-se em conta a comunicação social escrita. A mim não me ocorre que houvesse outro tipo de comunicação social que não fosse de actividade. Portanto, num caso por inclusão, no outro por exclusão. Suponho que fica clarificada esta questão.

Em relação ao PSD, e às afirmações feitas, eu apenas desejava sublinhar aquelas que se juntam ao Governo dizendo que dispensam o apoio dessa bancada, aliás foi isso que o Sr. Secretário Regional da Administração Interna afirmou aqui. Ou seja, os Srs. estão libertos, a partir deste momento, de apoiar esse Governo. Afinal nós é que o apoiamos, portanto os Srs. façam esse favor aos açorianos.

Mas, e apenas dentro desse desejo de esclarecer, na medida em que essas coisas chegam aos açorianos, gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia dissesse se há algum diploma pendente para apreciação. Se há algum diploma relatado, em condições de vir a Plenário, e que não tenha vindo,

porque se tenha perdido tempo, pois foi isso que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD disse desta Assembleia. Ou seja, afirmou que esta Casa passava a perder tempo e a não produzir e tratar dos interesses dos açorianos.

Assim, gostaria de saber, por parte do Sr. Presidente, se há algum diploma com relatório feito e que não tenha sido apreciado aqui, por causa desta falsa perda de tempo noutras questões.

Relativamente ao Sr. Secretário, é evidente que ele fez a única coisa em que é exímio a fazer, ou seja, fingir. Primeiro fingiu estando calado, julgando que dava a entender que não podia falar. Depois fingiu quando falou, criando uma data de silogismos, de sofismas em cadeia e criando uma data de “slogans”, em que ele é útil fabricante (exclusivo) no Governo Regional

Mas esta Assembleia não vive, nem se orienta, por “slogans”. E é desses “slogans” - que envolvem mentira e difamação - que nós pretendemos, através desta resolução, libertar os açorianos.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa dirigiu uma pergunta directa ao Presidente da Mesa, à qual não posso deixar de responder, como é óbvio.

Efectivamente, como é hábito, são agendados para os plenários, os diplomas que têm parecer e que estão em condições de ser relatados. Neste momento todos eles foram agendados.

Dou, de seguida, a palavra ao Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nem tinha pensado intervir neste debate, porque estava convencido de que o Governo Regional dos Açores assumia que havia Secretários Regionais que tinham cometido o erro de não dizer a verdade aos açorianos, relativamente à questão do plano e do orçamento, pelas cartas que dirigiram às pessoas.

Tive necessidade de intervir, porque verifico que o membro do Governo aqui presente assume - ele próprio - os officios, ao dizer que neles sai a verdade para os açorianos. Esta é uma situação extremamente grave, porque em vez do Governo reconhecer aqui o seu erro, acaba por reassumi-lo, o que significa que se não houvesse razões suficientes para votar esta proposta, em face desta declaração, essas razões tinham-se criado.

Eu esperava que o Sr. Secretário Regional aqui presente ou os Srs. Secretários Regionais que cometeram esta irregularidade - se fossem honestos - se demitissem das suas funções.

Mais. Se o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores conhece esta situação - porque como ele não aparece, ninguém sabe se está a par destes assuntos - então deveria demitir esses membros do Governo.

Se o não faz, só isso quer significar que, se isso foi feito, então é porque foi a seu mando.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: E essa é uma situação particularmente mais grave, porque essa responsabiliza todo o Governo, na medida em que é ele o chefe do executivo.

Afinal de contas, ontem, o Sr. Secretário Regional queixava-se porque não podia falar. Hoje teve oportunidade de falar, de participar em todos os debates e sobre esta matéria nada disse de interessante. Não deu qualquer explicação sobre estes comportamentos, o que comprova aquilo que, aliás sempre se soube, ou seja, o Sr. só faz que quer falar nos dias em que não pode ou nos períodos regimentais em que esse direito não lhe é atribuído.

Pena é, que uma situação desta natureza, criada por este Governo, tenha de ser remediada pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que é quem vai ter - se ela for aprovada - de passar pela desagradável situação de se ver na obrigação de explicar as razões por que este Governo assim se comporta. É pena que isto tenha de acontecer desta forma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de clarificar algumas das minhas posições. E em primeiro lugar, quero dizer que tenho grande respeito pela pessoa do Sr. Deputado Paulo Valadão. Tenho um profundo respeito por outros militantes do Partido Comunista Português. Tenho um grande respeito por todos os Deputados desta

Casa. Não tenho nenhum respeito pela formação política do Partido Comunista Português. Não tenho nenhum respeito por qualquer formação política que tenha os mesmos valores e que se veja no mesmo tipo de actuação do que aquela que nós vimos, quando caiu o Muro de Berlim. Não tenho nenhum respeito, portanto, por essa formação política, embora conviva com ela o que não aconteceria se fosse ao contrário.

Por outro lado, gostaria também de dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que não tenho nada com mais ou menos representação dos partidos políticos. Aliás, aprecio a representação de todos os partidos políticos, seja de um, seja de dois. Já tenho alguma dificuldade em aceitar posturas junto à oposição de Deputado Independente eleitos com votos do PSD, mas em relação às representações dos partidos políticos aceito-as, como não podia deixar de ser.

Claro que numa vida democrática salutar tem que haver partidos políticos. Os partidos políticos também têm que ter democracia interna e, portanto também têm que ter a sua vida interna clara e foi nessa ferida que eu pus o dedo, não foi quanto à representação dos pequenos partidos.

Quanto à “alfinetada” que o Sr. Deputado me quis dar, como o Sr. Deputado é com certeza um atento leitor do “jornal da Praia”, sabe certamente que eu não era candidato às eleições partidárias na Ilha Terceira, até porque esse jornal dedicou-lhe ampla atenção. Mas nas eleições de há 3 anos e tal fui eleito também, tal como o Sr. Deputado.

Quanto à maleabilidade de raciocínio do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, como ele não me disse nada eu também não tenho nada para lhe dizer.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Disse-lhe muita coisa!

O Orador: Quanto ao Sr. Deputado Renato Moura, não deve ter estado atento quando eu há pouco, em resposta a uma intervenção do Sr. Engenheiro Martins Goulart, referi essa questão do milhão de contos e disse que nos deram o encargo de retirar de onde nós estendéssemos que era possível, esse mesmo milhão de contos.

E é isso que nós estamos a fazer.

Estamos a fazer o que os Srs. nos obrigaram a fazer.

Quando o Sr. diz que quem quer que seja, se fosse honesto, demitia-se das suas funções, eu não sei porquê mas tive uma associação de pensamentos, e à minha cabeça veio o mesmo nome que veio há pouco à cabeça do Sr. Deputado Carlos César: “Barros Moura., Barros Moura...” - saíu do Parlamento Europeu Sr. Deputado!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Se eu não disse nada que tivesse interesse para si, Sr. Deputado, o Sr. também não disse nada que tivesse interesse para mim.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Quanto ao que essa maioria diz deste debate, quanto ao que essa maioria diz a respeito do comportamento do Governo, renovo a mesma posição de há pouco: têm sido sistematicamente maioria!

Este Governo só está aqui com o vosso apoio, para além de estar com o apoio da sua bancada, como é natural! E se fosse de todo natural, estariam ali 26 deputados.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Papa lá essa!

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra com que finalidade.



Deputado Victor Evaristo (PSD): Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD) Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento é muito breve e é em relação à intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa. Certamente V. Exa. não deve ter percebido bem o que eu disse. Eu não quis dizer que a Assembleia não trabalhava.

O que eu disse foi diferente, logo, não era preciso sequer citar os trabalhos das Comissões, nem interrogar o Sr. Presidente da Assembleia, sobre se havia diplomas em atraso. Todos nós já sabemos que não há. Já tinha sido respondido.

Voltando ao que eu disse, Sr. Deputado, o que eu referi foi que esta Assembleia, de há uns tempos para cá, mais concretamente depois de 29 de Maio - segundo o que eu ouvi por aí - isto é, depois do "Apocalipse" ("Apocalipse Now"?)

(Risos do PSD)

... enfim, depois dessa data, começou-se a entrar numa de votos de protesto, de protestos e contra protestos e propostas de resolução, por tudo e por nada! E a prova evidente é se consultarmos os Diários da Assembleia. É ver o que se passava antes do "apocalipse" e o que se passa depois do "apocalipse"!

É muito simples.

E já agora, se o Sr. Deputado quer ter mais uma prova daquilo que eu disse, o Sr. Deputado pegue bem nesta proposta que está aqui presente, e logo verá - qualquer pessoa minimamente bem formada de espírito veria isso - que antes de vir obrigar o Presidente deste órgão - o Presidente desta Casa de que o Srs. fazem parte - a ter que ir para os jornais e colocar isto tudo que aqui está, seria mais lógico, dizia, até por uma questão de respeito a nós próprios que também pertencemos a este órgão, que os Srs. formulassem uma proposta de resolução que tivesse só em atenção a alínea b) da conclusão da mesma. Ou seja, que o Presidente da Assembleia Legislativa Regional requeresse em nome desta Casa, junto da Presidência do Governo, fotocópias dos ofícios. Porque assim, era possível com a recolha desses elementos, fazer-se um trabalho sério.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Mas os Srs. não vêm fazer trabalho sério aqui. Assim é que devia ser. Ou seja, deviam pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que pedisse ao Sr. Presidente do Governo que desse a indicação de quem eram os Srs. Secretários que, no vosso entendimento, andariam a fazer estes disparates.

Vozes do PS: Oh Sr. Deputado pelo amor de Deus!

O Orador: Porque, ao fim e ao cabo, os Srs. julgam que fundamentam alguma coisa, mas não fundamentam nada!

Presidente: Sr. Deputado Victor Evaristo, agradecia que terminasse, porque chegou ao termo do seu tempo.

O Orador: Os Srs. pretendem fundamentar uma proposta de resolução de cinco páginas, com três fotocópias de ofícios da mesma secretaria, que nem sequer sabemos com exactidão por que razão é que levaram esta resposta.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Ora aí é que a seriedade de trabalho nesta Casa era ao contrário!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: É que os Srs. não querem saber de métodos honestos de trabalhar. Os Srs. querem dar a “barraca” primeiro, porque já está dada! Aí é que está o problema.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: E por que é que os Srs. fizeram isto?!

Presidente: Sr. Deputado agradecia que terminasse porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Os Srs. não pensem que nós não percebemos por que é que os Srs. fazem isto.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Ah, porque é?

O Orador: É porque estes officios mandados pelas Secretarias Regionais, estão a sair-lhes caros! Porque os Srs. convenceram-se que era chegar aqui a esta Casa, cortarem indiscriminadamente nas despesas e isso ficava assim!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Ora, como vêem, estas coisas têm respostas e é isto que, neste momento, vos está a preocupar seriamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Protestos inaudíveis da Deputada Lisete Silveira e Deputado Fernando Fonte).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Vou procurar emitir um protesto e também um esclarecimento.

Protesto pelo modo como o Secretário Regional da Administração Interna procura, através de intervenções marginais, desviar as atenções daquilo que aqui se discute, para outros aspectos que nada têm a ver com o que está em questão.

Em relação ao documento em discussão, tal como em relação ao documento discutido, anteriormente, que também punha em causa um membro do Governo Regional - quanto a isso - o Sr. Secretário disse ... nada!

Era interessante que o Sr. Secretário procurasse debater este e o assunto anterior, com argumentos concretos. Mas o Sr. Secretário está consciente de que isso é impossível ser feito pelos Srs. E é por isso que V. Exa. desvia as atenções para as questões marginais.

Sr. Secretário, estou convencido de que em toda a Região Autónoma dos Açores isto será compreendido e as pessoas irão perceber - até como resultado da proposta que nós certamente iremos aprovar - de que lado está a razão. E a razão está deste lado!

Vozes do PSD: Ah está, está!

O Orador: Em relação ao esclarecimento, ele vai para a bancada do PSD e para o seu líder parlamentar. Porque, na verdade, é falso dizer-se que não temos debatido e discutido os problemas e os interesses da Região Autónoma dos Açores, aqui, nesta Assembleia.

Presidente: O Sr. Deputado, tem mais um minuto.

O Orador: Já acabo, Sr. Presidente.

Ainda durante esta sessão, tivemos a debater o problema da agricultura, durante dois ou três dias.

Portanto, quando se procura lançar lá para fora a ideia de que os interesses desta Região não são aqui debatidos, logo se sabe que é com má intenção e perversamente, que a bancada do PSD procura trazer aqui essa imagem. Mas não é verdade!

Basta “meter a mão na consciência” e pensamos como temos estado aqui, seriamente, durante toda esta semana, a debater assuntos sérios, com interesse para esta Região.

Pena é que aquele Governo não tome as devidas ilações dos debates que aqui se fazem.

Deputada Lisete Silveira (PS): O Governo não vem cá para ouvir!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, naturalmente para prestar esclarecimentos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Exactamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pensei que seriam desnecessários, porque fiz uma longa intervenção de 20 minutos, em que fiz acusações concretas, pormenorizadas, ao Governo sobre o que ele não fez, o que deveria ter feito relativamente a legislação saída desta Assembleia, e em relação a legislação que ele próprio publicou.

Como de costume o Sr. Secretário e representante do Governo disse nada a esta Assembleia. Depois levantou-se para dizer que não dizia nada, porque não dizia nada, inclusivamente não esperava por quaisquer esclarecimentos vindos donde viessem, porque iria tomar o avião. Felizmente, nessa última disposição retomou outra atitude e acabou por se sentar. E é isto que eu desafio o Sr. Secretário a esclarecer esta Assembleia, porque ela precisa ser esclarecida, ou seja, porque é que aquilo que decorria da legislação aprovada nesta Casa - aprovada pela sua bancada, que fique mais uma vez claro - a bancada do PSD é que deu a este Governo os instrumentos para ele governar. Orçamento e Plano, - foi aquela bancada que aprovou esses documentos. É esta bancada que, politicamente, pelas eleições e parlamentarmente, suporta aquele Governo, porque a ele lhe deu os instrumentos de que ele necessita para governar, por mais que agora pretenda lavar as mãos desse facto. Teve que fazê-lo e isto está na lógica do funcionamento desta Assembleia em que nós desistimos de fazer com que a bancada do PSD a perceba, como também desistimos de fazer com que o Governo a perceba, pois sabemos que são vasos comunicantes e que não conseguem sair deste ... “cordão umbilical” que liga os dois.

Além disso, quanto à lógica ou não da nossa proposta, nas suas duas alíneas, há uma coisa que é preciso não esquecer.

Primeiro, não é a quantidade que faz o crime - suponho eu - mas sim o tipo de acções que se fazem. Não são 20 homicídios que fazem um crime, basta um. Ou seja, basta um ofício de mentira para que esta Assembleia tenha direito de se defender da mesma. Estão aí três ofícios como exemplos, emanados duma secretaria, estão aqui várias dezenas de outros, como exemplo doutra secretaria. É evidente, porém, que na actual situação, esperaríamos eternamente, como estamos perante outros documentos pedidos a esse Governo. Portanto temos que usar outros artificios.

Por outro lado, temos que desmontar toda a tramóia que o Governo causa, porque usa o sistema do boato, porta a porta, etc.. Por exemplo tenho aqui um ofício dirigido a uns finalistas que receberam a resposta do Governo, dizendo que não podiam ir ao Canadá, por causa da alterações introduzidas pela oposição. E traduzem isso para outra entidade, noutra ofício e cria-se, assim, uma cadeia que tem que ser cortada e que só pode ser cortada, não pelo ofício que directamente é enviado a cada uma das pessoas em que foram expedidos, porque essas, por sua vez, pediram ofícios para outras pessoas; tem que ser, sim, através dos órgãos de comunicação social. Aí está a lógica perfeitamente justificada, porque não há forma de combater o boato - pois de boato se trata - não há forma de combater a difamação - porque de difamação se trata - senão fazendo chegar ao conhecimento de todos que não se sabe quantos foram atingidos.

Tenho aqui um ofício que diz exactamente isso. É dirigido a uma câmara municipal, em que eles dizem que a informam - porque o Governo as informou - da impossibilidade de conceder qualquer apoio, devido aos Deputados do PS, PCP, CDS e Deputado Independente.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Como vêm, para desatar um dos elos dessa cadeia, esta Assembleia tem que ir para a comunicação social esclarecer a totalidade dos açorianos. Não tem outro processo de fazê-lo.

Quanto ao Sr. Membro do Governo, fica lançado o desafio: cumpra em actos aquilo que deve!

Faça, em legislação, aquilo que resulta como consequência da atitude desta Assembleia, e se não o quer fazer, explique-se perante esta Câmara. É o reparo que fica feito.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra com que finalidade.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedindo desculpa a alguns colegas que, eventualmente, ainda queiram participar neste debate, para o Grupo Parlamentar do CDS o assunto está suficientemente debatido e exaustivamente aprofundado. E atendendo à hora (são 16,10 horas), não houve interrupção, tão pouco para almoço assim, nós requeríamos à Mesa que se passasse à votação.

Presidente: Perante este requerimento feito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, a Mesa tem que submetê-lo à votação.

Agradecia aos Srs. Deputados que tomassem os seus lugares.

Os Srs. Deputados que concordam com este requerimento do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, no sentido de se passar de imediato à votação, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP; registou 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do Deputado Independente e 20 abstenções do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Votei contra este requerimento, fundamentalmente por uma questão de princípio.

Se bem que eu já não pudesse intervir mais neste debate, pois já as tinha feito todas as intervenções que regimentalmente tenho direito, entendo que em qualquer matéria a ser discutida nesta Assembleia, dever-se-á esgotar a mesma, na profundidade, e em que se deve dar o direito e a possibilidade de todos poderem aprofundar os temas. Embora considere que este tema, por parte de alguns Deputados, já se esgotou e aprofundou, mas uma vez que por parte do Governo isso não aconteceu nem pela parte do PSD, votei para que o debate continuasse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou nesta Assembleia ao abrigo da Constituição, do Estatuto e da Lei. E não consinto que a minha legitimidade seja aqui posta em causa, por um membro do Governo, porque os Deputados não respondem perante o Governo, este é que responde perante esta Assembleia.

Assim sendo, nem lhe dou a confiança de discutir esse assunto consigo.

(Risos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O facto da bancada do PSD ter 25 Deputados é imutável. Portanto o PSD tem 25 Deputados, a oposição tem 26, isso é incontestável. Mas o Governo continua a governar, tem o seu programa, tem toda a legitimidade para governar e tem as suas competências. E entre as suas competências está a estrutura a dar à administração regional.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu diria que repetiu tudo o que disse aquando da discussão do plano. A sua intervenção de hoje foi a mesma dessa altura.

Eu nessa altura respondi. Quando o Sr. Deputado Martins Goulart interveio, também respondi.

Quando tive oportunidade - já durante este debate - referi por que é que esses officios saem. Esses officios saem porque os Srs. Deputados, como um cirurgião cego, retiram 1 milhão de contos, que não disseram de onde era, e nós agora temos que ir tirar onde podemos tirar, sem provocar a paragem de determinadas coisas que consideramos essenciais. E a população vai sabendo de onde é que nós tiramos essas verbas é só.

De nós, esperem sempre que tiremos as consequências que os Srs. não quiseram tirar das vossas atitudes - porque os Srs. é que não quiseram dizer de onde é que isso se tirava, e por isso é que nós estamos a tirar - e não contem connosco para posições cómodas, atemorizados por terem 26 desse lado. Não vamos temer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pediu a palavra para?

Deputado Victor Evaristo (PSD): É para um esclarecimento Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há pouco fiquei com a clara ideia - através da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - que nós éramos massacrados até ao último minuto, depois do tal 29 de Maio. E isto veio na sequência de eu ter referido a quantidade de protestos e propostas de resolução, a propósito de tudo e de nada. E ele teve essa reacção.

Quando eu depois, referi-me à bancada do PS, e dei como exemplo esta proposta que hoje está aqui em análise, dizendo que na minha óptica devia ter um tratamento apenas a nível da alínea b), o Sr. Deputado Dionísio de Sousa levantou-se. E eu fiquei logo esclarecido, quando o Sr. Deputado me diz esta coisa magnífica: “- Nós temos de usar outros artificios!” - palavras suas. Eu fiquei ciente disto, imediatamente.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa).

O Orador: Pois levo. Nem todos podem ter a brilhante inteligência de V. Exa. Portanto agora não há dúvidas, isto é, o que aqui temos é um artifício do Partido Socialista, porque o Sr. Deputado o disse!

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa).

O Orador: Para enganar quem Sr. Deputado?!

A nós não que o denunciámos aqui. Portanto, este artifício não é com certeza para enganar esta Casa, que já percebeu que só se deixa enganar quem quer.

Isto que está aqui é para enganar o povo dos Açores e isso é que é grave!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Isto é mais um artifício!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para um protesto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É um protesto pela intervenção do Sr. Secretário, porque ele continua a dizer que esta Assembleia aprovou restrições ao orçamento sem dizer ao Governo onde é que elas iam ser retiradas. É mentira!

Eu protesto contra essa afirmação!

E repetirei o protesto todas as vezes que essa afirmação for feita.

Esta Assembleia também disse que esse milhão de contos era retirado de duas alíneas. Normalmente, a segunda alínea parece que “incomoda” muito esta maioria minoria.

(Risos do PSD)

É a segunda alínea da nossa proposta e é a segunda alínea do artigo do decreto do orçamento.

- “Redução dos gastos correntes com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, publicidade e propaganda, bónus, combustíveis e viaturas”.

Esta Assembleia diz onde é que o Governo devia retirar.

Competia a este Governo regulamentar como é que devia retirar e fazer essas restrições. Não o fez! Não assumiu as responsabilidades daquilo que devia reduzir.

Esta Assembleia disse a esse Governo:

“- Você (Governo) até hoje “embebedou-se” todos os anos em dispêndios supérfluos, em gastos desnecessários!”.

Nós dissemos através do orçamento:

“- Vai ter que reduzir esses gastos supérfluos em 1 milhão de contos!

Vai deixar de se “embebedar”!”

(Risos do PSD)

O Orador: E este Governo o que é que faz aos açorianos?!

Tira-lhes o pão para continuar a embebedar-se!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PS).

Deputado António Silveira (PSD): Essa é de morte...!

Vozes do PSD: Oh, Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: Tira-lhes o pão dos seus filhos. Tira-lhes o pão que eles necessitam para as actividades desportivas e culturais que pretendem realizar.

Este Governo continua a sugar a sociedade civil, com o pretexto de ter que fazer restrições.

Mas atira para cima da sociedade civil, dizendo que é por causa da oposição que é quem o faz. Se ele disser, como disse o Subsecretário Regional da Comunicação Social que afirmou que a entrega dos prémios não teve o brilho que deveria ter tido”.

O “brilho” significava um jantar e que o teve de cortar. Óptimo! Nós é que forçámos o Governo Regional a não dar aquele jantar. Assumimos isso plenamente. O Governo Regional é que não assume a redução destes gastos que aqui estão indicados.

Tenho que protestar em meu nome e em nome desta Assembleia, perante essa atitude do Governo que não só não cumpre aquilo que a Assembleia faz como se recusa a aplicar a si próprio a redução que esta Assembleia lhe impôs e impõe essas restrições a terceiros.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pediu a palavra, creio que para um contraprotesto.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Exactamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs.. Deputados:

Vem mais uma vez o Sr. Deputado Dionísio de Sousa querer “tapar o sol com uma peneira”. E quando diz, em resposta ao Sr. Secretário, que o PS tinha concretizado de onde é que se ia tirar essas verbas, o Sr. fez referência, realmente, às verbas. Ou seja, falou em gastos com avenças, gratificações, horas extraordinárias etc.. Mas o Sr. Deputado é que escreve na sua proposta esta coisa mirabolante: “Por último, uma disposição de carácter genérico, constituída por uma dotação de ajustamento, com valor negativo na Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, no montante de 1 milhão de contos”.

Quer dizer, o que os Srs. deram ao Governo foi esta indicação de carácter genérico, através duma dotação de valor negativo.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: E o Sr. Deputado acha que ao Governo Regional - que teve que ficar com esta generalidade em cima das costas, que teve de saber onde é que ia cortar 1 milhão de contos - foi dada pelo Partido Socialista indicação precisa e concisa para tirar esse milhão?

Ora, tiro o chapéu ao Sr. Deputado!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Disse aqui o Sr. Deputado, que com esta actuação, o Governo tirava o pão às pessoas para se “embebedar” em despesas.

Eu devo dizer-lhe que este Governo é que tem dado pão ao povo e evita que o povo beba vinho. Mas os Srs. possivelmente estão habituados a alimentar-se de sopas de cavalo cansado (que é pão embebido em vinho), por isso não distinguem o pão do vinho.

(Risos e aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Não sabem distinguir as duas coisas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para um contraprotesto.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa acredita, sinceramente que se deve retirar 1 milhão de contos das despesas de viagens, avenças, horas extraordinárias e essas outras coisas?!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Acredito, acredito!

O Orador: Não é uma questão de acreditar ou não Sr. Deputado. Esta é uma questão de ir ao orçamento e ver que isso não é possível. Não é possível retirar 1 milhão de contos daqui!

Portanto nós temos que tirar de tudo aquilo que não põe em causa o funcionamento normal da administração e penaliza-nos muito dizer alguns “nãos”, mas foram os Srs. que fizeram com que nós tivéssemos que o fazer, para respeitar a deliberação desta Assembleia.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados eu pediria aos presidentes dos grupos parlamentares, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Indep., o favor de se aproximarem da Mesa, para combinarmos a organização dos nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa estava inscrito para usar da palavra. De acordo com a nossa pequena reunião, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, na consideração de que esse assunto já se encontra bastante discutido e debatido, prescinde da palavra e vamos passar de imediato à votação desta resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada com 20 votos a favor do PS, 2 a favor do CDS, 1 a favor do PCP e 1 a favor do Deputado Independente; registou 23 votos contra do PSD.

(Aplausos do PS, CDS, PCP e Deputado Indep.)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma declaração de voto.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata votou contra esta proposta, por 4 razões.

A primeira é porque esta é mais uma proposta de resolução que entra nesta Casa, sem ter o mínimo de fundamento que possa justificar, com carácter de seriedade por parte desta Câmara, a apreciação do seu conteúdo.

Em segundo lugar votámos contra, porque os próprios proponentes desrespeitam-se a si mesmos e não mostram respeito pelo órgão de que são co-titulares.

Bastará que se atine naquilo que pedem nas conclusões da proposta, nomeadamente no que se diz na alínea a) - exige-se do Presidente desta Assembleia - do primeiro órgão unipessoal político desta Região - que se preste a dar público esclarecimento e divulgação em jornais, de matéria que não está convenientemente apurada é - meus senhores - um autêntico atentado não só à democracia, como é uma falta de respeito por nós próprios ou pelos senhores.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: E por último, o Partido Social Democrata votou contra, porque votará contra todas as propostas de resolução, ou todos os votos de protesto, que se apresentem, aqui, nas mesmas condições artificiosas que o próprio líder parlamentar apresentante o diz publicamente “Nós temos que usar outros artificios”.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Portanto esta proposta foi votada contra, porque em nosso entender, é nem mais nem menos um artifício. E como artifício que é, deve ir para ... o cesto dos papéis!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS).

Deputada Lisete Silveira (PS): Estão aí a fazer de propósito, porque se quisessem ir embora já tinham acabado isto há horas!

Deputado José Carlos Simas (PSD): A Sra. Deputada está a falar só porque isto já acabou!

Deputada Lisete Silveira (PS): Eu estou isenta porque moro cá! Mas lá que estão a fazer propositadamente, estão!

Presidente: Sra. Deputada e Srs. Deputados pedia que fizessem silêncio para podermos ouvir o Sr. Deputado Paulo Valadão, na declaração a que tem legítimo direito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito rapidamente, só para dizer que votei favoravelmente esta proposta, porque considero que com esta aprovação estamos a contribuir para que o Governo Regional, duma vez por todas, possa cumprir as deliberações democraticamente tomadas pelos representantes desta Região eleitos democraticamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma declaração de voto, no sentido de sublinhar perante esta Assembleia, que o resultado da aprovação desta Proposta de Resolução é uma manifestação daquilo que ocorre neste Plenário, desde há algum tempo a esta parte. Cada um tem de assumir as suas responsabilidades no grau em que lhe compete, pela Constituição, pelo Estatuto, pelo Regimento, pela lógica do funcionamento das instituições, do voto e do poder democrático. Isto verifica-se quer para a acção como para a reacção. É isto que é novo e que esta proposta vem sublinhar.

Esta Assembleia assume a sua responsabilidade na aprovação do orçamento, na medida em que pode e impõe os princípios e as normas suficientes que o Governo - por seu lado - deve regulamentar e respeitar.

A maioria deve assumir aquilo que aprovou e não ficar ou fingir surpresa quando, 3 ou 4 meses depois, descobre qual é o conteúdo exacto daquelas decisões que votou (em votação final) favoravelmente.



Esta Proposta de Resolução não é mais do que a consequência da bancada do PSD ter aprovado, com o seu voto, a proposta de Orçamento e de Plano, apresentada pelo Governo nesta Assembleia e em relação à qual a oposição, na sua função de vigilância, e na sua função de traduzir eficácia na política do Governo, o fez pela primeira vez na história desta Região.

Também pela primeira vez, está a acontecer algo a que a maioria política que suporta este Governo, não aceita mas tem que suportar, tal como os açorianos suportam este Governo.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados vamos dar por concluído este espaço reservado às declarações de voto. A Mesa da Assembleia Legislativa Regional propõe que se declare findo o Período Legislativo de Março.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PSD, 11 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A declaração de voto é curta mas serve para deixar registado que esta Assembleia não apreciou em Plenário, dois Projectos de Decreto Legislativo Regional que foram apreciados, previamente, por uma Comissão desta Assembleia. E que a Comissão não fez chegar ao Plenário os relatórios relativos a essa matéria. de modo que entendo que esta reunião deveria prosseguir para a semana, para que todos os diplomas que estão apreciados, efectivamente, pudessem ser vistos neste Plenário desta Assembleia, como sempre foi prática deste Parlamento.

Presidente: Feita esta declaração de voto, estão terminados os nossos trabalhos e encerrada a nossa sessão.

Uma boa viagem aos Srs. Deputados que partem.

(Os trabalhos terminaram às 16,40 horas)

---

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Carlos Lima)

---

A Redactora Principal: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.

A Redactora de 2ª Classe: Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré.